

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONSOLIDADO

2016

Índice

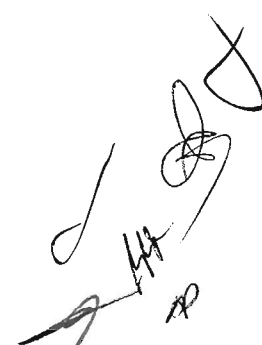
1. O Grupo CA SGPS	2
2. Indicadores Económicos e Financeiros	4
2.1. Da Crédito Agrícola SGPS, SA	4
2.2. CA Seguros e Pensões	5
2.3. CA Seguros	6
2.4. CA Vida	7
2.5. CA Gest	9
2.6. CA Consult	12
2.7. CA Imóveis	14
2.8. CCCAM Gestão de Investimentos	14
2.9. Agrocapital	16
2.10. CA Informática	17
3. Nota Final	19

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

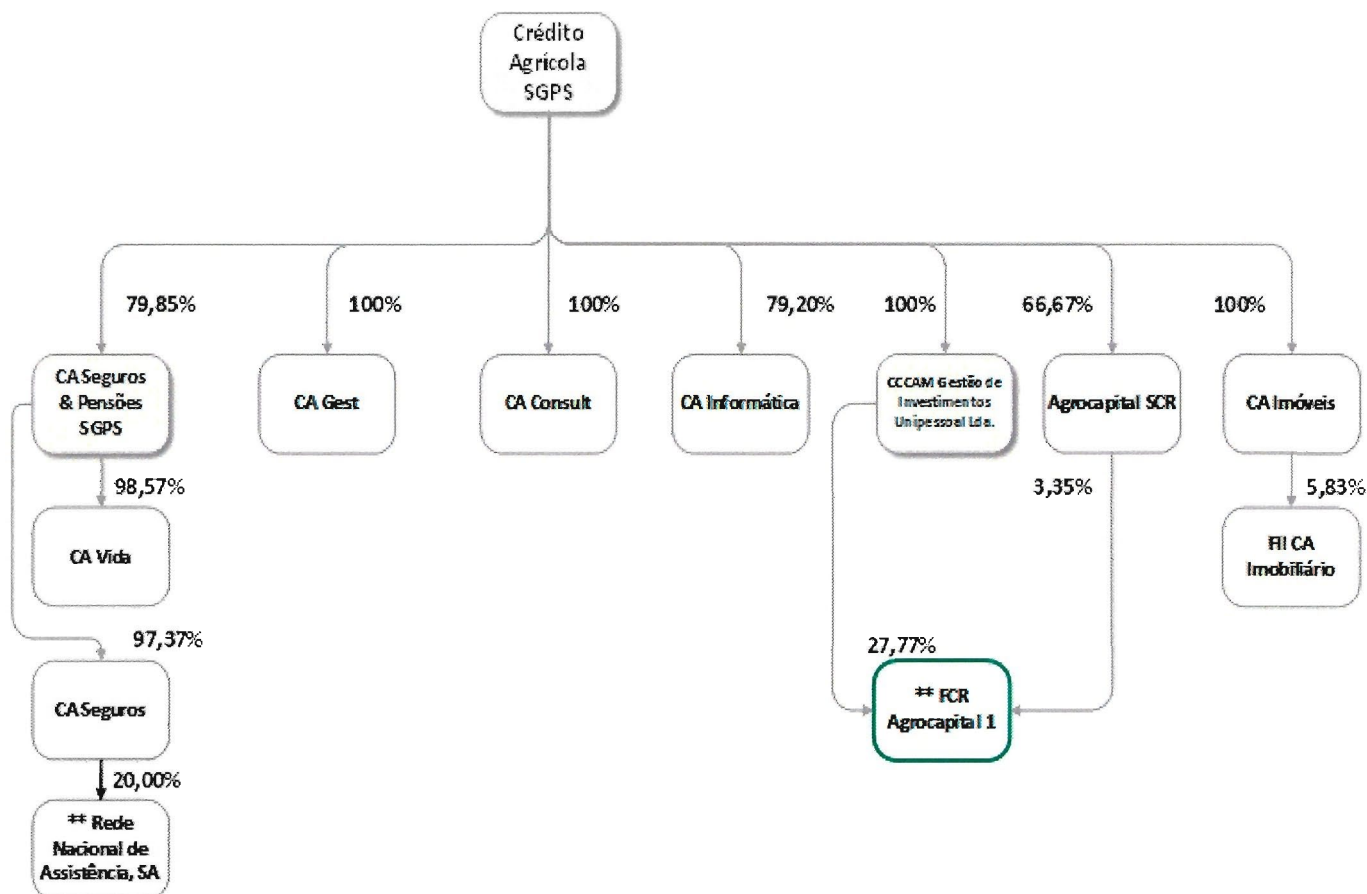
1. O Grupo CA SGPS

O "Grupo CA SGPS" é composto pela sociedade Crédito Agrícola, S.G.P.S., S.A., empresa-mãe do Grupo, integralmente detida pela Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL (CCCAM), e pelas seguintes filiais e associadas:

- Crédito Agrícola – Seguros e Pensões, SGPS, SA (CA Seguros e Pensões)
- Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. (CA Seguros)
- Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A. (CA Vida).
- Crédito Agrícola Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (CA Gest);
- Crédito Agrícola Consult – Assessoria Financeira e de Gestão, S.A. (CA Consult)
- Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda. (CA Imóveis)
- CCCAM, Gestão de Investimentos, Unipessoal, Lda. (CCCAM Gestão de Investimentos)
- AGROCAPITAL – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Agrocapital)
- Crédito Agrícola Informática – Sistemas de Informação, S.A. (CA Informática)
- RNA Seguros de Assistência S.A. (RNA)
- FCR Agrocapital 1



O organigrama do Grupo apresenta-se como segue:



2. Indicadores Económicos e Financeiros

2.1. CA SGPS

No final de 2016, o activo líquido da CA SGPS atingiu os 195.905 milhares de euros, correspondendo na sua maioria às participações financeiras detidas, mas também aos 76.269 milhares de euros registados em conta de devedores diversos, correspondentes a suprimentos e prestações suplementares concedidas a participadas.

As fontes de financiamento do activo consistem sobretudo no capital social, no valor de 62.500 milhares de euros e em 133.163 milhares de euros de suprimentos.

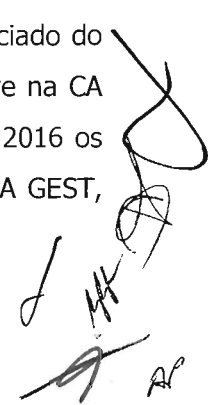
Neste exercício a CA SGPS teve um prejuízo de 4.047 milhares de euros.

No exercício o activo líquido da CA SGPS atingiu os 195.905 milhares de euros, revelando uma diminuição de 11.447 milhares de euros (-5,5%) face ao ano anterior. No exercício não ocorreram variações nos investimentos em filiais, tendo aproximadamente 70% daquela redução decorrido do reembolso, à CA SGPS, de suprimentos ou prestações suplementares concedidos à CCCAM Gestão de Investimentos, CA Informática e CA Consult nos montantes de 5.075, 2.495 e 250 milhares de euros, respectivamente, que foi parcialmente compensada pelo reforço de apoio financeiro à CA Imóveis no valor de 4.057 milhares de euros.

O passivo manteve-se praticamente inalterado tendo o aumento dos suprimentos prestados pela accionista, no valor de 2.000 milhares de euros, sido apenas ligeiramente superior ao reembolso do financiamento junto de instituição de crédito existente no final do ano anterior.

Apesar de não se ter verificado aumento do endividamento, a margem financeira da CA SGPS tornou-se negativa no exercício, atingindo 263 milhares de euros, em resultado de terem sido alteradas as condições de remuneração dos suprimentos obtidos e concedidos.

Em 2016 o Produto Bancário atingiu 838 milhares de euros, valor que não é comparável com o registado em 2015, 37.072 milhares de euros, já que, nesse ano, a CA SGPS havia beneficiado do ganho na transmissão, à CA Seguros e Pensões, das participações que a Sociedade deteve na CA Seguros e CA Vida, a que acresceram os dividendos recebidos daquelas seguradoras. Em 2016 os rendimentos de capital cingiram-se aos dividendos distribuídos pelas participadas CIMD, CA GEST, BCC e Floresta Atlântica, totalizando 1.059 milhares de Euros de margem financeira.



Os custos operacionais atingiram 464 mil euros, 2,4% mais que o verificado no ano anterior, repartindo-se entre Custos com Pessoal no valor de 156 mil euros que diminuíram 8,6% face a 2015, e Gastos Gerais Administrativos no montante de 308 mil euros, 8,9% acima do período homólogo, dos quais cerca de 46% respeita aos encargos decorrentes de acordos de cedência ocasional de trabalhadores.

O valor líquido das imparidades registadas no exercício cifrou-se em 4.415 milhares de euros, 27% inferior ao registado em 2015, valor que se aproxima do resultado líquido negativo registados no exercício, 4.047 milhares de euros, prejuízo que não é comparável com o lucro obtido em 2015

2.2. CA Seguros e Pensões

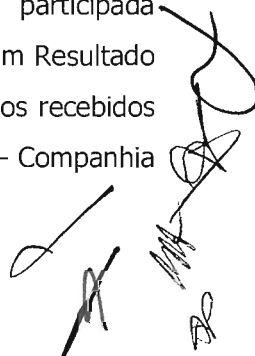
A CA Seguros e Pensões foi constituída em 6 de Novembro de 2015 com um capital inicial de 101.954.680,00 euros realizado integralmente pela CA SGPS:

- em espécie, no montante de 93.836.680,00 euros: sendo 46.485.560,00 euros através da transmissão para a nova sociedade de 1.717.870 acções da CA Vida valorizadas a 27,06 euros/acção, e 47.351.120,00 euros através da transmissão de 6.963.400 acções da CA Seguros valorizadas a 6,80 euros/acção; e
- em dinheiro, no montante de 8.118.000,00 euros, destinados a posterior aquisição de 300.000 acções da CA Vida detidas pela CA Seguros, a € 27,06/acção.

Em 18 de Dezembro de 2015 foi realizada esta aquisição bem como um aumento de capital da CA Seguros e Pensões para 127.688.265,00 euros no qual 51 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo realizaram a sua participação através da transmissão, para a nova sociedade de 939.134 acções da CA Vida, e 47.170 acções da CA Seguros nas mesmas condições de valorização verificadas na constituição.

A CA Seguros e Pensões, no final de 2015 e de 2016, detinha participações na CA Seguros e na CA Vida de 97,3690% e 98,5668%, respectivamente, não tendo portanto, no exercício adquirido ou alienado qualquer participação.

Em 31 de Dezembro de 2016 as demonstrações financeiras individuais, desta participada evidenciavam um Activo de 137.184.439 euros, um Capital Próprio de 137.183.231 e um Resultado Líquido do exercício de 9.495.152 euros, decorrente, fundamentalmente, dos dividendos recebidos da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A. e da Crédito Agrícola Seguros – Companhia



de Seguros de Ramos Reais, S.A., nos montantes de 739.251 euros e 8.763.213 euros, respectivamente.

2.3. CA Seguros

A carteira de apólices em vigor registou um crescimento de 79 mil apólices (+15%), e de 9,9 milhões de euros (+13%), o que representa um desempenho superior ao registado em anos anteriores. Para esta evolução, e para além do crescimento da produção nova, contribuíram as medidas que foram implementadas para evitar a contínua degradação dos prémios médios, particularmente nos ramos automóvel e acidentes de trabalho. No final do exercício, conseguiu-se alcançar uma carteira de maior dimensão, com uma estrutura mais favorável, tendo aumentado o peso dos produtos com maiores margens associadas.

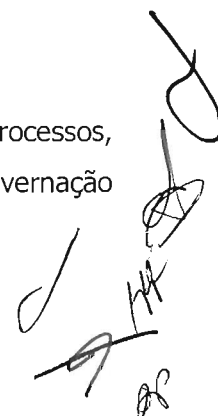
Para a melhoria da margem técnica, contribuiu o crescimento dos prémios adquiridos (+7,0 milhões de euros; +8%), que compensou um ligeiro agravamento da sinistralidade.

A CA Seguros aumentou o número de clientes com apólices em vigor de 295 mil para 342 mil, prossequindo proactivamente a sua Visão de "Ser a Seguradora Não Vida em que confiam todos os Associados e Clientes do Crédito Agrícola". O número de Apólices em vigor aumentou de 545 mil para 624 mil (+14,5%).

O aumento das margens geradas pelo negócio permitiu aumentar as remunerações de mediação pagas às Caixas Agrícolas de 16,8 milhões de euros em 2015 para 18,6 milhões de euros em 2016.

É importante assinalar que as remunerações de mediação têm crescido todos os anos, nos últimos 10 anos, e com uma forte aceleração a partir de 2014. Ainda assim, em 2016, tendo em vista melhorar a satisfação dos clientes e das Caixas Agrícolas com os produtos da CA Seguros, procurou-se adequar e melhorar os produtos em relação as necessidades dos clientes e do mercado, nomeadamente com o aumento de garantias do produto CA CliniCard, com a reestruturação dos produtos ligados a protecção financeira (de créditos bancários) e com a criação de um produto específico para os riscos das empresas.

A CA Seguros entrou no regime Solvência II devidamente preparada em termos de processos, conhecimento e modelos de quantificação de capital, cumprindo todas as obrigações de governação



e de reporte impostas pelo Supervisor, e apresentando uma situação de elevada robustez ao nível do seu rácio de solvência.

Foi concluído com sucesso o processo de acompanhamento da Certificação de Qualidade, pela Norma ISSO 9001/2008, e da auditoria de acompanhamento à Certificação Ambiental. Neste contexto, é de assinalar o facto de a CA Seguros ter registado mais um ano com zero incumprimentos ao nível dos prazos e datas limite impostos pela lei, na gestão dos sinistros Automóvel, uma situação impar no mercado português.

Os Prémios brutos emitidos ascenderam a 95,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 10,1% face ao ano anterior, com um crescimento acima do mercado não vida, que apresentou uma taxa de crescimento de 4,9%.

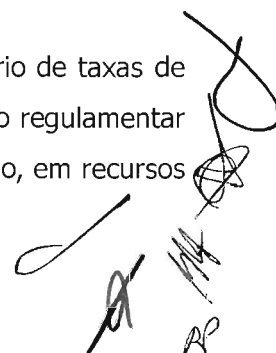
O Resultado líquido apurado foi de 3,9 milhões euros, reflectindo o aumento da margem técnica e a manutenção dos custos operacionais e do Resultado financeiro. Foi deliberado na Assembleia-Geral da CA Seguros efectuar o pagamento de dividendos aos Accionistas, no montante de 1,9 milhões de euros, o que corresponde a cerca de 50% do resultado líquido do exercício.

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução favorável em 2016, traduzida no aumento do Activo total. No Activo, os Investimentos financeiros aumentaram 4,4 milhões de euros, o que corresponde a um aumento percentual de 2,5%. O peso desta rubrica no total do Activo aumentou, de 86,8%, para 88,8% em 2016.

A CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as Provisões técnicas situam-se, em 31 de Dezembro de 2016, no valor total de 131 milhões de euros. As responsabilidades relativas aos Segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2016 quer ao nível da representação das Provisões técnicas quer ao nível da solvência. Em 31 de Dezembro de 2016, os activos elegíveis para a representação das Provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 143%.

2.4. CA Vida

O ano de 2016 voltou a ser marcante para a CA Vida. A permanência de um cenário de taxas de juro baixas, a condicionar a oferta do segmento de capitalização e o enquadramento regulamentar e prudencial de Solvência II, a representar um investimento significativo, por um lado, em recursos



humanos e sistemas de informação e, por outro, em capital necessário para a continuidade da actividade, constituíram desafios à gestão da CA Vida, que procurou obter um equilíbrio entre três vectores de negócio essenciais, o crescimento, a rentabilidade e a exigência de capital.

Não obstante este contexto, a CA Vida alcançou um resultado líquido de 4,2 milhões de Euros, resultado consistente com o que tem sido o desempenho financeiro da CA Vida nos últimos anos, e um volume de prémios brutos emitidos e entregas em contratos de investimento na ordem de 168 milhões de euros. No que respeita ao volume de produção referido, o mesmo representou um decréscimo de 51% comparativamente a 2015, sendo este justificado integralmente pela suspensão dos produtos de capitalização no decorrer de 2016.

Em linha com o objectivo estratégico de crescimento dos seguros de risco, 2016 assumiu-se como um ano de viragem no que concerne ao desenvolvimento de novas soluções e reestruturação dos produtos em carteira. Nesse sentido a oferta de produtos de risco foi reforçada ao longo do ano e os produtos já existentes foram também renovados, com a disponibilização de novas coberturas, mais ajustadas à realidade e perfil de consumo do cliente. De destacar a performance deste segmento de negócio, bem como de fundos de pensões, cujos valores de crescimento superaram em muito os verificados no mercado.

No final de 2016, a CA Vida detinha 291.487 apólices de seguros de vida em vigor e 13.945 contratos de fundos de pensões, representando, respectivamente, um crescimento de 3% e 67% face ao ano anterior. O volume de contribuições de fundos de pensões ascendeu a 21,2 milhões de Euros, representando um incremento de 49% face ao ano transacto, quando em 2015 já apresentara um crescimento de 93%. Para esta evolução, contribuiu não só o aumento das contribuições nos fundos de pensões abertos em resultado do alargamento da base de clientes, mas também o aumento de contribuições no fundo de pensões do Credito Agrícola efectuadas pelas Caixas Associadas no final de 2016.

Em 2016 o capital próprio da CA Vida totalizava 91,9 milhões de euros, valor superior ao do ano transacto (80,8 milhões de euros), resultante da variação da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros e do resultado líquido alcançado no exercício.

Tendo em consideração os resultados obtidos e sendo esta uma prática de anos anteriores, a CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos seus accionistas, no montante de 750 mil euros.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be 'J. D.' followed by some illegible initials.

No final de 2016, os quadros da CA Vida contemplavam 44 colaboradores, continuando a Seguradora a privilegiar o desenvolvimento dos seus Recursos Humanos e a gerir a sua política de admissão de novos colaboradores em função das necessidades de optimização do nível de serviço prestado ao Grupo Crédito Agrícola. Apesar do volume de produção e da dinâmica que tem caracterizado a actuação da CA Vida nos últimos anos, o número de colaboradores tem-se mantido estável, sendo a relação volume de produção/número de colaboradores uma das mais competitivas do mercado.

No ano da entrada em vigor do regime de Solvência II, a CA Vida prosseguiu os trabalhos de implementação e adaptação às exigências definidas no novo enquadramento. Os desenvolvimentos efectuados ao longo do ano permitiram incrementar significativamente o nível de automatização dos diversos processos associados aos cálculos dos requisitos de capital de solvência, permitindo desta forma melhorar o processo de avaliação e gestão de riscos e a respectiva integração deste na definição e tomada de decisões estratégicas da CA Vida.

De assinalar também a participação da CA Vida no exercício de Stress Test desenvolvido pela entidade de supervisão a nível europeu, a European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA), que incluiu as cinco maiores seguradoras a nível nacional em montantes de provisões técnicas Vida e no estudo de impacto de alteração da metodologia de cálculo da estrutura temporal de taxas de juro utilizadas no desconto das responsabilidades das Companhias para efeitos de cálculos de Solvência II.

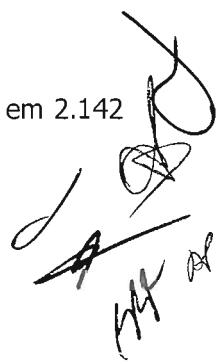
2.5. CA Gest

A actividade da CA Gest consiste essencialmente na gestão de fundos de investimento mobiliário e na gestão discricionária de carteiras de clientes.

No final de 2016 o total de activos sob gestão da CA Gest atingiu os 2.550 milhões de euros, o que representou um crescimento de 0,4% face a 2015.

Os fundos de investimento mobiliário comercializados pelo Grupo e geridos pela CA Gest atingiram um valor global líquido de 408 milhões de euros, registando em 2016 um aumento de 6,7% face a 2015 para o qual contribuiu essencialmente o lançamento do novo fundo CA Curto Prazo.

No entanto, o montante sob gestão de carteiras de clientes, em final de 2016, cifrava-se em 2.142 milhões de euros, registando uma diminuição de 0,6% em relação ao ano anterior.



A evolução dos activos sob gestão da CA Gest superou o desempenho dos mercados de Fundos de Investimento Mobiliário e de Gestão de Patrimónios nacionais que registaram um decréscimo de, respectivamente, 7,0% e 6,8%, o que se reflecte no crescimento das quotas de mercado.

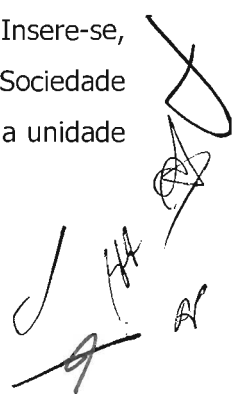
Os rendimentos de serviços e comissões da CA Gest atingiram 3,8 milhões de euros, traduzindo uma redução anual de 581 mil euros ou uma variação de menos 13,2%. A quebra da principal fonte de rendimentos foi integralmente explicada pela descida das comissões de gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, as quais atingiram 1,6 milhões de euros, significando uma queda homologa de 27,1%, e que decorreram quer da redução de volumes sob gestão no início do ano quer da alteração do regime de comissionamento visando preservar a competitividade.

a) Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário

O desempenho da actividade de Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário desenvolvida em 2016 é marcado, nomeadamente, pelos seguintes factos:

- Os fundos CA Monetário e CA Rendimento terminaram o ano de 2016 no 1º lugar do ranking das respectivas categorias, tendo sido distinguidos com o premio "Gestão Nacional de Organismos de Investimento Colectivo em Valores Mobiliários", por terem obtido a mais elevada rendibilidade ajustada pelo risco nos últimos três anos terminados em 2015 entre os fundos nacionais das respectivas categorias;
- O fundo CA Alternativo terminou o ano no 1º lugar da respectiva categoria;
- O CA Rendimento preservou a classificação de 5 estrelas atribuída pela Morningstar, dados os consistentes registos de rendibilidade e risco alcançados;
- O lançamento de 3 novas soluções de investimento - o CA Curto Prazo, o CA Dedicado Acumulação e o CA Dedicado Valorização - num ano em que o mercado nacional registou apenas 4 novos Fundos e foram liquidados 21;
- A CA Gest passou a oferecer a rede do Crédito Agrícola um total de 8 fundos cobrindo a generalidade dos perfis dos clientes alvo.

O contexto extremamente difícil que marcou 2016, nomeadamente pela descida acentuadíssima das taxas de juro da Zona Euro para valores mínimos recorde, inclusive negativos, e eventos de mercado considerados extremos, como por exemplo o Brexit, levaram a CA Gest a adoptar medidas extraordinárias visando preservar a competitividade. Insere-se, nesta linha, a alteração do regime de comissionamento do CA Monetário, em que a Sociedade prescindiu de cobrar comissão de gestão por forma a prevenir desvalorizações da sua unidade de participação.



b) Gestão de Patrimónios

No final de 2016, o negócio de Gestão de Patrimónios explicava 84% do volume total de activos sob gestão na CA Gest e era constituído fundamentalmente por clientes profissionais, nomeadamente, as Seguradoras do Ramo Vida e Não Vida do Credito Agrícola, Fundos de Pensões, abertos e fechados, e Caixas Associadas, sendo residuais os segmentos de particulares e empresas.

Em 2016, o volume de activos sob gestão correspondente a actividade de Gestão de Patrimónios registou uma descida marginal de 0,6% associada ao segmento de clientes profissionais, designadamente a quebra registada na produção de seguros de capitalização vida. Apesar disso, o desempenho do negócio da CA Gest superou o registado pelo mercado, cuja quebra de produção de seguros directo caiu cerca de 23,3%.

O volume sob gestão das carteiras afectas ao negócio Vida conheceu uma descida significativa em 2016 devido, por um lado, à descontinuação da comercialização de soluções abertas de capital garantido, o que se justificou pela descida agressiva das taxas de rendibilidade das obrigações denominadas em euros, provocada pelas medidas de política monetária ultraexpansionista prosseguidas pelo Banco Central Europeu, e, por outro lado, ao vencimento de produtos de capital e rendimento garantido de duração determinada.

Acresceu que a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2016, da Regulamentação Solvência II provocou igualmente reflexões na política comercial da Seguradora Vida sobre a gestão do portefolio de soluções de capitalização, atenta a necessidade de optimização dos requisitos de capital de solvência.

O negócio junto de clientes particulares e empresas foi severamente afectado pela descida das taxas de juro para valores mínimos históricos, inclusive para valores negativos, acrescido da desconfiança do aforrador nacional em investir em instrumentos emitidos por entidades financeiras nacionais, privilegiando depósitos bancários abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e os Certificados do Tesouro Poupança Mais e as Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável.

Por forma a contornar estas dificuldades a CA Gest, tal como no segmento de gestão de Fundos de Investimento, apresentou soluções inovadoras de que se destacam:



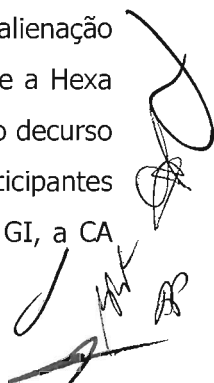
- a gestão de carteira de produto Unit linked, que resulta do lançamento, pela primeira vez na rede Crédito Agrícola, de um seguro de vida de capital variável efectuado pela Seguradora Vida do Crédito Agrícola, inserido na sua estratégia de desenvolvimento de produto em ambiente de Solvência II;
- a gestão de carteiras de Caixas Associadas, segmento que foi objecto de dinamização pela estrutura comercial da CA Gest e que fechou o ano com um volume de activos sob gestão de cerca de 11,9 milhões de euros, distribuído por 6 entidades;
- reestruturação da oferta do produto Modelos de Investimento dirigidos a clientes particulares e empresas, que prevê a consolidação das soluções existentes em apenas duas e a reformulação do objectivo e da política de investimento do produto e traduz claramente um reforço da proposta de valor na medida em que assegura o cumprimento do objectivo estratégico da CA Gest de auxiliar o Grupo Credito Agrícola a fidelizar, renovar e crescer a sua base de clientes.

A CA Gest, no final de 2016, dispunha de um activo total líquido de 3.233 milhares de euros, tendo a situação líquida atingido os 2.138 milhares de euros tendo sido apurado um resultado do exercício negativo em 322 milhares de euros, que inclui custos não recorrentes de 350 milhares de euros.

2.6. CA Consult

Durante o ano de 2016, a CA Consult manteve o foco da sua actividade na prestação de serviços de assessoria a entidades do Grupo, nas vertentes de Assessoria em Capital de Risco, Assessoria de Gestão a Órgãos de Estrutura da Caixa Central e suas participadas e de Prestação de Serviços Administrativos e de Contabilidade, mas retomou a prestação de serviços a clientes externos ainda que no âmbito de operações desenvolvidas no âmbito da Caixa Central.

A CA Consult continua a prestar serviços de assessoria de apoio à execução de tarefas da responsabilidade da Caixa Central e da Agrocapital, enquanto entidades gestoras de Fundos de Capital de Risco (FCR). No que respeita ao FCR Central Frie, e prevendo o respectivo Regulamento de Gestão que o fundo fosse extinto em 2016, a actividade ao longo do primeiro semestre do ano focou-se nas negociações realizadas com terceiras entidades e que permitiram realizar a alienação das duas únicas participações que constavam da carteira do fundo: a Castelinho Vinhos e a Hexa Painei, cujos contratos de venda foram celebrados em Janeiro e Maio, respectivamente. No decurso do segundo semestre o Fundo foi extinto por deliberação da respectiva Assembleia de Participantes em 30 de Novembro mas, atentos os acordos estabelecidos entre o IAPMEI e a CCCAM GI, a CA



Consult continua a prestar assessoria a esta ultima entidade sobre a gestão dos créditos objecto de partilha.

Relativamente ao FCR Agrocapital 1, e tendo sido considerado pelos órgãos próprios do fundo que deixaram de existir condições para realizar novos investimentos recuperáveis até à maturidade, cessou a actividade de angariação de novas operações, sendo a assessoria da CA Consult focalizada na gestão da carteira de capital de risco. Ao longo de 2016, a CA Consult manteve ainda a apreciação de oportunidades que possam perspectivar a diversificação de actividades da Agrocapital designadamente a constituição de outros Fundos de Capital de Risco que permitam rentabilizar a estrutura e conhecimento disponíveis.

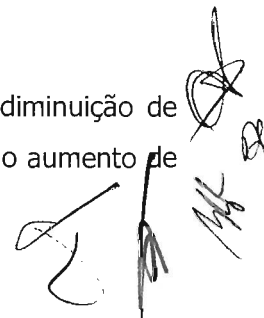
Na vertente de assessoria à Caixa Central e à CA SGPS na gestão de participações, a CA Consult manteve a actividade de acompanhamento e reporte dos eventos, nomeadamente societários ou assimiláveis, de entidades em que a Caixa Central, a CA SGPS e CCCAM GI participam, onde se incluem:

- Sociedades de garantia mútua;
- Sociedades de gestão de patrimónios imobiliários;
- Sociedades financeiras de gestão de pagamentos;
- Fundo de investimento florestal e respectiva entidade gestora;
- Fundos de capital de risco; e
- Associações empresariais e de carácter sectorial, domiciliadas em Portugal, mas também, desde final de 2015:
 - Entidades bancárias, e
 - Grupos de sociedades financeiras com operações internacionais no seio da UE.

Assinale-se que uma parte substancial destas participadas integram sectores regulados e, tendo-se verificado, em 2016, a entrada em vigor de diversas alterações aos respectivos regimes jurídicos, de auditoria e de supervisão, assistiu-se a um particular incremento das solicitações relativas à análise, preparação e reporte de deliberações sociais nesses domínios.

Assinala-se ainda que o ano de 2016 foi o primeiro exercício completo em que a CA Consult assegurou integralmente o apoio a gestão corrente e aos respectivos órgãos sociais, bem como todas as tarefas de natureza administrativa não só da CA SGPS, e da CCCAM GI como também da Credito Agrícola – Seguros e Pensões, SGPS, SA.

Em 2016 os proveitos atingiram 963 mil Euros, 2% mais que em 2015, tendo a diminuição de receitas dos serviços prestados a entidades do Grupo sido mais que compensado pelo aumento de



proveitos junto de terceiras entidades, e as despesas de exploração reduziram-se, ainda que marginalmente, em cerca de 1%.

No final de 2016, o activo total líquido da CA Consult situou-se nos 509 milhares de euros e a sua situação líquida nos 330 milhares de euros, tendo registado um resultado de 265 milhares de euros, 13% superior ao do ano anterior.


Dados os bons níveis de geração líquida de fundos, as disponibilidades aumentaram cerca de 58% no exercício, apesar de a sociedade ter procedido ao reembolso de prestações acessórias realizadas pela accionista única no valor de € 250 mil. Tal não prejudicou, no entanto, a solidez financeira e solvência da CA Consult, que continua a não registar responsabilidades bancárias nem dívida de financiamento, estando o passivo representado exclusivamente por dívidas correntes de actividade e, apesar da referida distribuição a accionista, mantém uma autonomia financeira de 65%.

2.7. CA Imóveis

A CA Imóveis tem por objecto social a detenção, gestão e administração de imóveis e a compra de imóveis para revenda.

Em 2016, a CA Imóveis registou proveitos de 3.562 milhares de euros, dos quais 3.196 milhares de euros foram referentes a vendas de imóveis, e adquiriu imóveis no montante de 5.500 milhares de euros, tendo o financiamento da actividade sido assegurado por suprimentos da CA SGPS, que no final do exercício atingiam 50.976 milhares de euros. O resultado líquido do exercício, influenciado maioritariamente pela desvalorização de investimentos financeiros, em particular de unidades de participação do Fundo Especial de Investimento Imobiliário CA Imobiliário detidas pela sociedade, e dos imóveis em carteira, totaliza 4.579 milhares de euros negativos.

Em observância do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais foram adoptadas, por parte da CA SGPS, medidas de reforço dos capitais próprios desta participada, tendo, em Outubro de 2016, sido constituídas prestações suplementares no valor de 6.000 milhares de euros, por conversão de suprimentos. Em 31 de Dezembro de 2016 os capitais próprios apresentavam-se positivos em 4.544 milhares de euros.



2.8. CCCAM Gestão de Investimentos

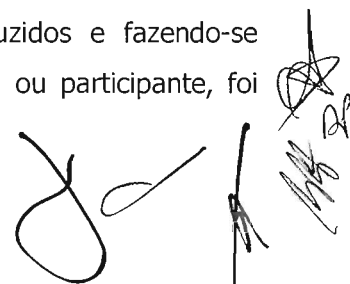
A CCCAM Gestão de Investimentos tem por objecto social a prestação, exclusivamente às instituições participantes no seu capital social, a quem com elas esteja em relação de domínio ou de grupo e, em geral, às instituições pertencentes ao Grupo, de serviços acessórios aos respectivos objectos principais, nomeadamente a detenção e ou gestão de valores mobiliários de qualquer natureza, incluindo unidades de participação em organismos de investimento colectivo e fundos de qualquer natureza e participações sociais.

No exercício de 2016 não foram realizados investimentos em novas participadas, tendo as únicas aplicações em participações decorrido da realização de UP's já subscritas pela sociedade mas ainda não completamente realizadas, no valor de 55 mil euros, e da prestação de suprimentos à Propaço – Sociedade Imobiliária de Paço D'Arcos, Lda. no montante de 4 mil euros com vista a financiar a conservação do respectivo património.

Durante o ano de 2016 verificaram-se desinvestimentos nas seguintes entidades participadas:

- FCR Agrocaptal 1: por deliberação da respectiva Assembleia de Participantes realizada em 29 de Junho de 2016, o FCR Agrocaptal 1 viu o seu capital reduzido em 50%, tendo sido extintas e reembolsadas ao respectivo valor nominal de 1.000 euros/cada, 2.084 unidades de participação (UP's) deste Fundo;
- FCR Central Frie: a Assembleia de Participantes do FCR Central Frie, realizada em 30 de Novembro de 2016, deliberou pela sua dissolução e liquidação, tendo a sociedade, em resultado da partilha dos bens do Fundo, recebido um total de 643 mil euros em dinheiro e a respectiva quota parte (29,77%) de um crédito, assim como de direitos contingentes consagrados contratualmente de que o fundo era titular;
- FCR Portugal Ventures – FIEP: em Abril e Setembro de 2016 este Fundo procedeu a duas reduções de capital traduzidas no reembolso, pelo valor nominal de 1.000 euros/cada, de 15 UP's e 10 UP's respectivamente;
- Propaço – Na sequência da alienação do imóvel que era detido por esta participada, a respectiva gerência procedeu à distribuição, em Dezembro, pelos sócios credores, de parte substancial do produto da venda de tal activo, tendo a sociedade recebido a respectiva quota parte no montante de 195 mil euros.

A CCCAM Gestão de Investimentos acompanhou a evolução das entidades participadas, designadamente pela análise dos *reportings* de actividade por elas produzidos e fazendo-se representar nos eventos societários para os quais, enquanto accionista/sócia ou participante, foi convocada.



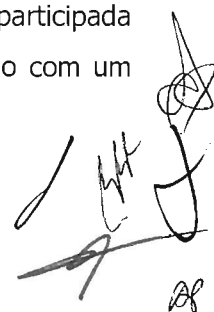
O activo líquido desta participada em final de 2016 cifrava-se em 18.043 milhares de euros, reflectindo uma diminuição de 23%, relativamente ao ano anterior, tendo tal redução incidido maioritariamente nos activos não correntes em razão de desinvestimentos registados, sobretudo, em Unidades de Participação de Fundos de Capital de Risco. Tais desinvestimentos contribuíram para que esta participada, em 2016, procedesse a reembolsos de suprimentos à CA SGPS no valor de 5.075 milhares de euros, ou seja, cerca de 24% do total de suprimentos devidos no início desse ano, tendo a dívida financeira líquida caído para 15.100 milhares de euros. Apesar desta redução, os gastos de financiamento atingiram 90 mil euros contra 26 mil euros do ano anterior em virtude do agravamento da taxa remuneratória dos suprimentos que, em 2016, deixou de estar indexada à Euribor.

O prejuízo do exercício, no valor de 238 milhares de euros, determinou que a sociedade apresentasse, em 31 de Dezembro de 2016, capitais próprios no valor de € 246 mil euros, marginalmente inferiores a 50% do capital social. Tendo tal situação sido constatada pelos Gerentes no decurso do encerramento das contas do ano de 2016, portanto após o termo do exercício, a Gerência, conforme previsto no nº 1 do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, aprovou propor que, na Assembleia Anual a realizar em Março de 2017, a sócia única aprovasse o reforço do capital próprio da sociedade pela conversão de suprimentos em prestações suplementares, o que veio a acontecer através da conversão de 990 milhares de euros de suprimentos em prestações suplementares, deliberada em 31 de Março de 2017.

2.9. Agrocapital

A Agrocapital é uma sociedade de capital de risco que tem por objecto a realização de investimentos temporários, por períodos de tempo não superiores a dez anos, em sociedades com potencial elevado de crescimento e valorização, e a gestão de fundos de capital de risco cujas unidades de participação se destinem a ser subscritas ou adquiridas, exclusivamente, por investidores qualificados.

A sua actividade visa essencialmente a gestão do Fundo de Capital de Risco Agrocapital 1 que lhe proporcionou, em 2016, proveitos de 338 milhares de Euros, situando-se 25% abaixo do valor verificado em 2015, na sequência da redução do capital desse fundo. Nesse ano esta participada registou um resultado líquido positivo 31 milhares de euros tendo encerrado o exercício com um



activo total líquido de 1.088 milhares de euros e com uma situação líquida de 1.017 milhares de euros.

No que respeita à gestão do FCR AGROCAPITAL 1 assinala-se que face ao aproximar da maturidade deste Fundo, a sua promoção deixou de orientar-se para PME's com projectos que não demonstrassem boas perspectivas de saída do fundo em prazos mais curtos, o que reduziu consideravelmente o mercado alvo, pelo que no exercício de 2016:

- se iniciou um processo de redução da actividade de investimento cessando a captação de novos projectos que não respeitassem aquela condição; e
- por deliberação da respectiva Assembleia de Participantes o capital do Fundo foi reduzido de 15 milhões de Euros para 7,5 milhões de Euros.

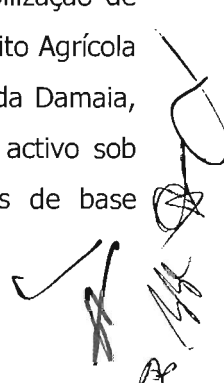
Neste contexto, e face ao desinvestimento realizado em participada do sector viti-vinícola, a carteira de activos de capital risco do Fundo, no final de 2016, incluía uma participação em empresa produtora de azeite e créditos sobre contrapartes decorrentes dos acordos parassociais celebrados no âmbito dos investimentos realizados em outras duas sociedades.

No âmbito da diversificação de actividades o Conselho de Administração da Agroc capital prosseguiu, em 2016, a pesquisa de oportunidades de constituição de outros fundos de capital de risco que permitam rentabilizar a estrutura e conhecimentos disponíveis e, sobretudo, colmatar "falhas de mercado".

2.10. CA Informática

A CA Informática tem como objecto social a prestação de serviços de informática, incluindo a consultoria em matéria de selecção de software e hardware, o desenvolvimento e apoio ao desenvolvimento de aplicações, processamento de dados, formação de pessoal, consultoria em organização e gestão, bem como a comercialização e prestação de serviços de utilização RIMO de equipamentos e produtos informáticos.

A CA Informática desenvolve as suas actividades operacionais no âmbito da disponibilização de equipamentos associados aos sistemas de informação e de comunicação do Grupo Crédito Agrícola (gestão de activos de base tecnológica), bem como da gestão das instalações físicas da Damaia, enquadrada no objectivo estratégico delineado para a Sociedade de redução do seu activo sob gestão, como reflexo da adopção pelo Grupo de modelos de gestão de sistemas de base



tecnológica em regime de outsourcing e da transição para a Central de Compras de outra tipologia de activos, de natureza mais comum em termos de consumo.

Durante 2016, a CA Informática consolidou as profundas transformações levadas a cabo nos anos transactos com vista à desalavancagem da sua actividade, consubstanciadas pela redução histórica do volume de activos geridos sob a modalidade RIMO, contratação de serviços de gestão de infra-estrutura e sistemas base em alternativa à aquisição de equipamentos e da transição para a Caixa Central da gestão de um conjunto adicional de categorias de compras de equipamentos, nomeadamente digitalizadoras, certificadoras e monitores.

Neste período, a CA Informática voltou a cumprir os desígnios estratégicos de médio prazo para a vertente financeira definidos pela actual Administração no início do seu primeiro mandato, nomeadamente a diminuição progressiva do valor do balanço, robustecimento da estrutura de capital e obtenção de níveis de rentabilidade do negócio satisfatórios considerando a redução da sua actividade.

Em 2016, pela primeira vez, o valor da dívida da CA Informática situou-se abaixo do montante dos seus capitais próprios e os prejuízos acumulados do passado (resultados transitados negativos) foram completamente anulados.

Na vertente operacional, destaca-se a conclusão da iniciativa de revisão dos processos de gestão dos activos da CA Informática e inventariação exaustiva dos mesmos com vista ao acerto das quantidades inventariadas nos sistemas de gestão e contabilização, assim como, neste contexto, a transferência para a esfera de gestão da Central de Compras de 3 novas categorias: Digitalizadoras, Certificadoras e Monitores.

No domínio da gestão de contratos, a CA Informática renovou o contrato de licenciamento e serviços Microsoft para o triénio 2016/2019 tendo sido possível reduzir o valor do contrato, para um âmbito similar, em cerca de 30% face ao triénio anterior.

No final de 2016 o activo total líquido da CA Informática ascendia a 16.832 milhares de euros e a sua situação líquida a 7.230 milhares de euros, tendo obtido nesse exercício um resultado líquido de 236 milhares de euros.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, the initials 'HA', and a signature with the number '20' below it.



Nesse exercício, a Sociedade reduziu a sua dívida financeira em cerca de 1,9 milhões de euros, tendo conseguido reduzir o seu nível absoluto de endividamento para 5,9 milhões de euros, pela primeira vez inferior ao montante dos seus capitais próprios.

3. Nota Final

O Conselho de Administração pretende manifestar neste Relatório o seu agradecimento aos restantes órgãos e corpos sociais da sociedade, às empresas do Grupo e à Caixa Central – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. pela colaboração obtida.

Lisboa, 27 de Julho de 2017

O Conselho de Administração

The image shows three handwritten signatures in black ink. The top signature is long and horizontal. The middle signature is more vertical and includes the name 'José Manuel' followed by a surname. The bottom signature is shorter and more compact.

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31.12.2016

Crédito Agrícola, S.G.P.S., S.A. - Balanço Consolidado a 31 de Dezembro de 2016

ACTIVO	Notas	2016		2015	
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6	11.400.640	-	11.400.640	24.238.633
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	2.543.738	-	2.543.738	5.116.039
Activos financeiros detidos para negociação	8/38	23.900.380	-	23.900.380	35.081.002
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	9/38	85.445.537	-	85.445.537	68.203.921
Activos financeiros disponíveis para venda	10/38	1.933.196.112	(11.024)	1.933.185.088	1.975.363.896
Empréstimos concedidos e contas a receber	11	10.547.787	-	10.547.787	823.224
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos		10.547.787	-	10.547.787	823.224
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Outros activos tangíveis	12	69.153.688	(56.203.318)	12.950.370	14.113.096
Outros activos intangíveis	13	80.515.857	(75.164.137)	5.351.720	4.498.933
Provisões técnicas de resseguro cedido	14	11.327.972	-	11.327.972	11.861.517
Ramo Vida	14.1	3.061.128	-	3.061.128	2.813.021
Provisão para sinistros		3.061.128	-	3.061.128	2.813.021
Ramos Não Vida	14.2	8.266.844	-	8.266.844	9.048.496
Provisão para prémios não adquiridos		4.296.643	-	4.296.643	3.813.203
Provisão para sinistros		3.970.201	-	3.970.201	5.235.293
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	15	18.069.329	(4.737.096)	13.332.233	19.731.167
Contas a receber por operações de seguro directo		7.007.857	(2.625.264)	4.382.593	3.270.034
Contas a receber por operações de resseguro		2.376.516	-	2.376.516	1.879.788
Contas a receber por outras operações		8.684.956	(2.111.832)	6.573.124	14.581.344
Activos por impostos e taxas	16	2.396.426	-	2.396.426	1.685.753
Activos por impostos correntes		1.999.640	-	1.999.640	416.408
Activos por impostos diferidos		396.786	-	396.786	1.269.345
Acréscimos e diferimentos	17	3.499.414	-	3.499.414	3.513.534
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	18	49.203.721	(6.931.565)	42.272.156	40.373.940
TOTAL ACTIVO		2.301.200.601	(143.047.139)	2.158.153.461	2.204.604.654

A Contabilista Certificada

Suzana Alves

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]

Alfonso

[Handwritten signature]

Crédito Agrícola , S.G.P.S., S.A. - Balanço Consolidado a 31 de Dezembro de 2016

	Notas	2016	2015
Provisões técnicas	14	1.586.162.215	1.624.585.111
<i>Ramo Vida:</i>	14.1		
Provisão matemática	19.3	1.353.105.471	1.395.303.496
Provisão para sinistros De vida		11.593.914	12.583.817
Provisão para participação nos resultados		50.661.724	46.119.444
Provisão para compromissos de taxa		39.670.331	28.767.086
Provisão para estabilização de carteira		-	12.089.490
<i>Ramo não Vida:</i>	14.2 / 19		
Provisão para prémios não adquiridos	19.1	20.001.644	17.657.407
Provisão para sinistros De acidentes de trabalho	19.2	38.688.741	37.705.101
De outros ramos		68.159.816	70.863.756
Provisão para desvios de sinistralidade	19.4	1.388.688	1.148.703
Provisão para riscos em curso	19.5	2.891.886	2.346.811
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	20	232.492.158	252.277.846
Outros passivos financeiros	21	47.856.303	48.394.746
Passivos subordinados		44.033.333	44.033.333
Depósitos recebidos de resseguradores		300.221	342.657
Outros		3.522.749	4.018.756
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		57.837	52.725
Outros credores por operações de seguro e outras operações	22	153.059.296	151.477.467
Contas a pagar por operações de seguro directo		12.895.169	10.913.854
Contas a pagar por outras operações de resseguro e co-seguro		3.255.632	3.115.114
Contas a pagar por outras operações		136.908.495	137.448.499
Passivo por impostos	16	6.553.601	5.042.065
Passivos por impostos correntes		1.309.876	1.573.864
Passivos por impostos diferidos		5.243.724	3.468.201
Acréscimos e diferimentos	17	19.930.328	17.303.716
Outras provisões		880.633	373.000
TOTAL DO PASSIVO		2.046.992.370	2.099.506.677
Capital	23	62.500.000	62.500.000
Reservas de reavaliação	24	38.880.008	25.514.696
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros		38.880.008	25.514.696
Reserva por impostos diferidos		(9.750.725)	(6.622.757)
Reserva Legal	25	10.739.813	9.211.670
Outras reservas		652.899	8.447.289
Resultados transitados		(25.447.780)	(29.325.138)
Resultados do exercício		1.578.552	5.405.501
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		79.152.766	75.131.260
Interesses que não controlam	26	32.008.325	29.966.717
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.158.153.461	2.204.604.654

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração



Crédito Agrícola , S.G.P.S., S.A. - Demonstração de Resultados Consolidados a 31 de Dezembro de 2016

	Notas	2016			2015
		Técnica	Não técnica	Total	Total
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	27	234.634.017	-	234.634.017	404.970.684
Prémios brutos emitidos		262.712.714	-	262.712.714	430.022.247
Prémios de resseguro cedido		(25.989.775)	-	(25.989.775)	(24.571.037)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(2.572.362)	-	(2.572.362)	(762.763)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		483.440	-	483.440	282.237
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		127.514	-	127.514	133.346
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	28	263.215.853	-	263.215.853	253.143.982
Montantes pago		265.541.110	-	265.541.110	246.563.804
Montantes brutos		278.081.917	-	278.081.917	254.575.321
Parte dos resseguradores		(12.540.807)	-	(12.540.807)	(8.011.517)
Provisões para sinistros (variação)		(2.325.257)	-	(2.325.257)	6.580.178
Montantes brutos		(3.289.915)	-	(3.289.915)	7.626.630
Parte dos resseguradores		964.658	-	964.658	(1.046.452)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	29	(401.184)	-	(401.184)	(10.953.195)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	30	(52.950.262)	-	(52.950.262)	140.746.903
Montantes brutos		(52.950.262)	-	(52.950.262)	140.746.903
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
Participação nos resultados, líquida de resseguro		12.033.714	-	12.033.714	3.880.698
Custos e gastos de exploração líquidos	31	44.879.659	-	44.879.659	42.645.641
Custos de aquisição		37.867.288	-	37.867.288	35.613.643
Custos de aquisição diferidos (variação)		(228.125)	-	(228.125)	(361.806)
Custos administrativos		12.958.326	-	12.958.326	12.358.518
Comissões e participação nos resultados de resseguro		(5.717.830)	-	(5.717.830)	(4.964.714)
Rendimentos	32	66.958.849	-	69.216.936	76.344.482
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		56.909.384	1.597.426	58.506.810	63.132.781
Outros		10.049.465	660.661	10.710.126	13.211.701
Gastos Financeiros	33	37.490.166	2.987.993	40.478.159	27.594.503
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		13.051.902	1.500.301	14.552.203	8.011.540
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		14.224.633	-	14.224.633	8.549.756
Outros		10.213.631	1.487.692	11.701.323	11.033.207
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	34	8.787.649	(2.719.680)	6.067.969	4.724.889
De activos disponíveis para venda		8.787.649	(2.719.680)	6.067.969	4.724.889
Diferenças de câmbio		-	-	308	(1.761)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	35	13.524.359	-	13.524.626	(15.012.527)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		1.952.179	-	1.952.179	(569.706)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		11.572.180	267	11.572.447	(14.442.821)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	36	6.501.379	1.267.723	7.769.102	4.409.195
De activos disponíveis para venda		6.501.379	1.374.760	7.876.139	31.445
De outros		-	(107.038)	(107.038)	4.377.750
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		480.590	-	480.590	486.719
Outras provisões (variações)		(144.367)	600.599	456.232	192.391
Outros rendimentos/gastos		-	(1.684.381)	(1.684.381)	(464.197)
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	(304.292)	(226.598)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO E DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		(68.841.914)	(1.684.381)	6.582.014	9.294.919
Imposto sobre rendimento do exercício - impostos correntes		-	(2.835.905)	(2.835.905)	(3.192.831)
Imposto sobre rendimento do exercício - impostos diferidos		-	(31.835)	(31.835)	(259.591)
RESULTADO APÓS IMPOSTO E ANTES DE INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		(68.841.914)	(4.552.121)	3.714.274	5.842.496
Interesses que não controlam		-	2.135.722	2.135.722	436.995
RESULTADO LÍQUIDO		(68.841.914)	(6.687.843)	1.578.552	5.405.501

A Contabilista Certificada

Susana Alves

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]
Paulo R. Almeida
 Presidente do Conselho de Administração



Crédito Agrícola, S.G.P.S., S.A. - Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados a 31 de Dezembro de 2016

	2016	2015
1. Fluxos de caixa das actividades operacionais	-7.036.120	-65.229.821
Operações de seguros	-73.784.726	139.662.134
Prémios de seguro directo e entregas em contratos de investimento	222.681.036	323.113.309
Participação nos resultados distribuída	-864.407	-1.008.548
Custos com sinistros de seguro directo e reembolsos em contratos de investimento	-255.825.100	-150.269.120
Comissões por intermediação de seguros e contratos de investimento	-28.033.405	-25.715.011
Recebimentos de comissões	3.854.460	5.431.672
Pagamentos de comissões	-914.378	-1.151.859
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	-7.543.318	-6.902.933
Recebimentos do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas	6.227.439	5.046.461
Pagamentos ao Centro-IDS	-1.139.651	-190.162
Pagamento de taxas e impostos sobre seguros	-11.195.261	-10.517.512
Pagamentos a empregados e fornecedores	-29.637.136	-27.107.417
Recebimentos de clientes	28.604.995	28.933.254
Investimentos financeiros	105.361.385	-169.066.068
Aquisições de investimentos financeiros (incluindo constituição de depósitos a prazo)	-1.677.549.608	-2.667.426.327
Liquidações de depósitos a prazo		
Juros recebidos	5.977	44.831
Reembolso/alienação de investimentos financeiros (incluindo reembolso de depósitos a prazo)	1.710.365.753	2.444.961.149
Pagamentos respeitantes a outros activos	0	-1.095.000
Rendimentos de títulos (juros e dividendos)	59.502.905	59.766.915
Pagamentos em futuros (líquidos de recebimentos)	1.689.187	0
Pagamentos em swaps (líquidos de recebimentos)	11.335.121	-5.353.228
Recuperações de impostos retidos aquando do recebimento de dividendos	12.507	34.504
Comissões de gestão e custódia de investimentos financeiros	0	0
Activos financeiros ao justo valor	-457	1.088
Outros Fluxos de Caixa	-38.612.779	-35.825.886
Pagamentos a fornecedores	-16.072.114	-13.383.003
Pagamentos ao pessoal	-4.472.309	-5.384.620
Impostos (pagos)/ recebidos sobre os lucros	-3.526.591	-5.751.555
Taxas sobre seguros	-917.777	-856.348
Outros impostos/taxas	-10.704.042	-7.180.882
Outros fluxos de caixas operacionais	-1.132.906	-1.584.614
Pagamentos à Segurança Social	-1.788.407	-1.684.864
Recebimentos de outras actividades operacionais (líquidos)	1.367	0
2. Fluxos de caixa das actividades de investimento	2.191.006	-23.855.311
Compra de activos tangíveis e intangíveis	-10.260.725	-32.346.401
Venda de activos tangíveis	3.964.306	1.175.425
Alienação de participadas	1.815.034	0
Empréstimos concedidos (suprimentos)	0	0
Liquidação de empréstimos concedidos (suprimentos)	0	0
Juros de empréstimos concedidos (suprimentos)	0	0
Prestações suplementares	0	0
Prestações suplementares (liquidação)	0	0
Aumento de capital em participadas / Recebimentos de empréstimos concedidos a participada	0	0
Dividendos recebidos de participadas	1.059.423	4.877.144
Recebimentos provenientes de investimentos financeiros	3.851.404	2.400.000
Recebimentos provenientes de outros activos	1.575.215	0
Juros e rendimentos similares	186.350	38.521
3. Fluxos de caixa das actividades de financiamento	-7.992.880	81.234.655
Aumento de capital	0	0
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-650.000	-1.290.000
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0	0
Conta corrente (amortização)		
Conta corrente (utilização)		
Pagamento de dividendos a Accionistas	-7.794.390	0
Outras operações de financiamento	-100	100
Empréstimos obtidos (suprimentos)	7.000.000	27.280.000
Recebimentos de Financiamentos obtidos	14.956.742	79.140.380
Pagamentos de Financiamentos obtidos	-20.013.925	-23.422.556
Juros e gastos similares	-1.491.207	-473.269
Varição de caixa e equivalentes de caixa (1 + 2 + 3)	-12.837.993	-7.850.477
Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período	24.238.633	32.089.109
Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período	11.400.640	24.238.632
Varição no período	-12.837.993	-7.850.477

A Contabilista Certificada

Suzana Alves

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Administration members]

Crédito Agrícola , S.G.P.S., S.A. - Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado a 31 de Dezembro de 2016

	Reservas de reavaliação	Reservas Legal	Outras reservas e resultados transitados		Resultado consolidado do exercício	Sub-total	Interesses não controlados	Total
			Outras reservas	Resultados transitados				
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	18.891.939	9.211.670	8.447.289	(29.325.138)	5.405.501	75.131.260	29.966.717	105.097.977
Aplicação do resultado do exercício de 2015:								
Transferência para reservas e resultados transitados		1.528.143		3.877.358	(5.405.501)	-		-
Distribuição de dividendos			(7.794.390)	(7.794.390)		(7.794.390)		(7.794.390)
Aumento de capital por incorporação de reservas			-	-		-		-
Diminuição de interesses que não controlam			-	-		-	(94.114)	(94.114)
Outras Variações em Capital Próprio								
Resultado Líquido					1.578.552	1.578.552	2.135.722	3.714.274
Rendimento integral consolidado do exercício de 2016	10.237.344					10.237.344		10.237.344
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	29.129.283	10.739.813	652.899	(25.447.780)	1.578.552	79.152.766	32.008.325	111.161.091

A Contabilista Certificada

Suzana Alves

O Conselho de Administração




Paulo R. ...
João ...
Alfonso ...
...

Crédito Agrícola, S.G.P.S., S.A. - Demonstração do Rendimento Integral Consolidado a 31 de Dezembro de 2016

	<u>2016</u>
Resultado consolidado do exercício	3.714.274
Variações de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	13.365.312
Impacto fiscal:	
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(3.127.968)
Total de outros rendimentos integrais	10.237.344
Rendimento integral consolidado	13.951.618
Atribuível ao grupo	5.929.383
Atribuível aos interesses que não controlam	8.022.235

A Contabilista Certificada
Susana Alves

O Conselho de Administração



Paulo R. Almeida

Almeida


CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS

31.12.2016

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Sociedade Crédito Agrícola SGPS, S.A. (adiante designada por CA SGPS ou Sociedade) é uma sociedade constituída em 16 de Dezembro de 2004. Constitui objecto da sociedade a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

Em 31 de Dezembro de 2016, a Sociedade tem sede na Rua Castilho, nº 233/233A, 1099-004 Lisboa.

A Sociedade detém participações em empresas de seguros bem como em outras empresas subsidiárias, que em conjunto compõem o "Grupo CA SGPS". As empresas de seguros participadas são a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A. ("CA Seguros") e a Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, S.A. ("CA Vida").

No presente relatório será apresentada a informação financeira consolidada resultante da CA SGPS e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, preparadas com referência a 31 de Dezembro de 2016.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 10/2006-R, de 15 de Setembro e ainda de acordo com outras normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros emitidas pela ASF.

O Plano de Contas actual segue as International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia (UE), excepto a IFRS 4 – 'Contratos de Seguro', relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, o Grupo adoptou na preparação destas demonstrações financeiras as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adopção não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, não originou alterações de políticas contabilísticas, nem afectou a posição financeira do Grupo.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e encontram-se preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos financeiros ao justo valor. Os restantes activos e passivos são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

- IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.
- IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de activos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. É de aplicação prospectiva.

- IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem activos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz activos biológicos consumíveis, e refira este tipo de activos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Activos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os activos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura.
- IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.
- IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
- Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento".
- IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de actividades empresariais.
- Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24.
- Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:

- IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
- IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com Clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

Normas

- IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração

introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transacções que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das actividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.

- IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos activos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A mesma clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos activos relacionados com activos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos activos quando existem restrições na lei fiscal.
- IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A mesma clarifica que os activos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efectuar a transferência.
- IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transacções de pagamentos baseados em acções' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A mesma clarifica a base de mensuração para as transacções de pagamentos baseados em acções liquidadas financeiramente (cash-settled) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em acções, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (cash-settled) para liquidado com capital próprio (equity-settled). Para além disso, introduz uma excepção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em acções seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (equity-settled), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A mesma atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja actividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.
- Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com Clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.
- IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação reflectindo futuros pagamentos da locação e um activo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, excepto certas locações de curto prazo e de activos de baixo valor. A definição de um contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um activo identificado".
- Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.

Interpretações

- IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transacção" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transacção" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transacções em moeda estrangeira.

2.2. Princípios de consolidação

A CA SGPS detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital ou nas empresas onde a CA SGPS exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que a CA SGPS, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

a) Empresas filiais ou subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da CA SGPS, da CA Seguros, da CA Vida, da Crédito Agrícola Seguros e Pensões SGPS, S.A. ("CA SeP"), da Crédito Agrícola Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. ("CA Gest"), da Crédito Agrícola Consult – Assessoria Financeira e de Gestão, S.A. ("CA Consult"), da Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal Lda. ("CA Imóveis"), da Crédito Agrícola Informática – Sistemas de Informação, S.A. ("CA Informática"), da CCCAM Gestão de Investimentos, Unipessoal, Lda. ("CCCAM GI") e da Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. ("Agrocapital").

Ao nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha controlo (empresas subsidiárias ou filiais), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As empresas subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método de consolidação integral, desde o momento em que a CA SGPS assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo CA SGPS.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos, assim como quaisquer instrumentos de capital emitidos, em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida. Os custos directamente atribuíveis à operação são registados como custo quando incorridos. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

Quando a aquisição do controlo é efectuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor, ou na proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transacção. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

Transacções subsequentes de alienação ou aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou goodwill, sendo

qualquer diferença apurada entre o valor da transacção e o valor contabilístico da participação transaccionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses minoritários são alocados na percentagem devida por estes, independentemente de assumirem um saldo negativo. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da CA SGPS e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% (mas inferior a 50% com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Os investimentos em associadas são inicialmente mensurados ao custo nas demonstrações financeiras consolidadas. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

O excesso do custo de aquisição relativamente à quota-parte do justo valor dos activos e passivos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na Associada. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da Associada adquirida, a diferença é reconhecida como um ganho directamente na Demonstração do rendimento integral consolidado.

Caso a participação financeira numa associada seja reduzida, mas mantendo a influência significativa, apenas uma quantia proporcional dos valores reconhecidos anteriormente em outros rendimentos integrais é reclassificada para a Demonstração dos resultados.

Na aplicação do método da equivalência patrimonial os ganhos ou perdas não realizadas em transacções entre o Grupo e as suas Associadas são eliminados. As políticas contabilísticas das Associadas são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Quando a quota-parte das perdas de uma Associada excede o investimento na Associada, o Grupo reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efectuado pagamentos em benefício da Associada. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

c) Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos, instrumentos de capital próprio emitidos, deduzido dos custos directamente atribuíveis à emissão. O goodwill refere-se à diferença apurada entre o justo valor do preço de aquisição de investimentos em subsidiárias, associadas, ou negócios, e o justo valor dos activos e passivos dessas empresas ou negócios a data da sua aquisição. O goodwill é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade, de acordo com o IAS 36, pelo menos uma vez por ano, não sendo amortizado. As perdas de imparidade de Goodwill não são reversíveis. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos activos líquidos adquiridos é superior ao custo de aquisição (goodwill negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de caixa a que pertence, para efeitos de realização dos testes de imparidade. Quando o Grupo reorganiza a sua estrutura societária, implicando a alteração da composição das suas unidades geradoras de caixa, as quais tenha sido imputado goodwill, o processo de reorganização deverá envolver a realocação do Goodwill às novas unidades geradoras de caixa. A

realocação é efectuada através de uma abordagem de valor relativo, face as novas unidades geradores de caixa que resultam da reorganização.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos.

b) Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, estando assim relevados nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

d) Activos fixos tangíveis

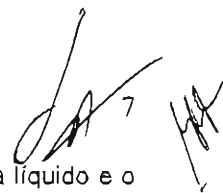
Os activos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respectivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- | | |
|------------------------------|-----------------|
| • Equipamento administrativo | 12,50% |
| • Máquinas e ferramentas | 12,50% a 20,00% |
| • Equipamento informático | 25,00% a 33,33% |
| • Material de transporte | 25,00% |
| • Instalações interiores | 10,00% a 15,00% |

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, é capitalizado o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correcto funcionamento do activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do activo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os gastos subsequentes com os activos tangíveis são capitalizados no activo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um activo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os activos registados ao custo histórico.



O valor recuperável do activo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

e) Activos intangíveis

Os activos intangíveis estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respectivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, ao longo de 3 anos, período que reflecte, de forma razoável, a vida útil estimada dos intangíveis.

Os gastos directamente relacionados com o desenvolvimento de software pela Companhia, relativamente aos quais se verifiquem as seguintes condições, são reconhecidos como activos intangíveis, de acordo com a IAS 38 `Activos Intangíveis:

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

f) Activos financeiros

i) Classificação

Os activos financeiros são classificados no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros detidos para negociação

Adquiridos com o principal objectivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

- Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os activos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

- Activos disponíveis para venda

Os activos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados em que (i) existe a intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

- Investimentos a deter até à maturidade

São os activos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os activos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

- Empréstimos concedidos e contas a receber

Inclui activos financeiros, excepto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado activo e cuja finalidade não seja a negociação.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de activos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de activos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados directamente em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) tenham sido substancialmente transferidos todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante sendo retidos parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha sido transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas e, quando afectos a seguros de vida com participação nos resultados, transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir, na parte pertencente ao tomador de seguro.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), na parte que pertence ao Accionista, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso de activos financeiros afectos a seguros com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente em reservas (Capital Próprio) e posteriormente transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir, na parte pertencente ao tomador de seguro.

Ainda relativamente aos activos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efectiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (excepto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As acções, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de acções e os exchange traded funds são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transacção médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adoptado o último preço de transacção efectuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respectivo valor patrimonial.

Os títulos representativos de capital de organismos de investimento colectivo são valorizados com base no último valor do respectivo valor unitário do activo líquido – net asset value - ou valor da unidade de participação, divulgado pela fonte de informação de referência até ao momento da valorização.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transacção, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, excepto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transacções, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com activos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do Composite Bloomberg Bond Trader (CBBT), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço CBBT, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, é estimado o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a reflectir as particularidades e

circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

iv) Transferências entre categorias de activos financeiros

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros detidos para negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

v) Imparidade de activos financeiros

A cada data de balanço avalia-se se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou um grupo de activos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do activo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respectivo custo e
- b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade utilizado teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

No que se refere aos investimentos a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no activo, líquidos de imparidade. No caso de um activo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição puder ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respectivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são reflectidos na rubrica "Contas a receber por operações de seguro directo".

O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base nos valores dos prémios por cobrar segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, com excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

10
AA
MK

g) Outros activos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respectivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respectivamente, como activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como activos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação ou inexistência de mercado activo, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os factores de volatilidade.

h) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro os quais são registados ao justo valor.

i) Provisões, activos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor actual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

j) Capital social

As acções são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os gastos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos rendimentos, líquidos de impostos.

k) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

l) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

m) Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

n) Transacções em moeda estrangeira

As conversões para Euros das transacções em moeda estrangeira são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem. Os valores dos activos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia ("UEM") são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de activos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício. Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

o) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando relacionados com itens reconhecidos directamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio. Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

[Handwritten signature] 12
[Handwritten initials]

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável a existência de lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

A CA SGPS optou, com efeitos a partir de 01/01/2014, pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto nos artº 69º a 71º do CIRC.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos como rendimentos de investimento, em resultados, utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva, são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo, opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), estes são reconhecidos quando recebidos.

q) Contratos de seguro e contratos de Investimento

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afecte de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (seguros de vida puros).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados).

Se os contratos de investimento forem puros enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados).

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como rendimentos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição, pela angariação de contratos de seguro e de investimento.

Estas remunerações são registadas como gasto no exercício a que respeitam.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. De acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, da ASF, esta provisão é calculada contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método prorata temporis a partir dos prémios brutos emitidos (os quais incluem metade dos adicionais relativos ao custo da apólice, acta adicional e certificado de seguro automóvel) deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efectuado por ramos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR).

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela seguradora, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro directo, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor.

Provisão matemática

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades da Seguradora e os valores actuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos actuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para cada uma das modalidades.

De acordo com estas notas técnicas, a provisão é calculada com base na tábua de mortalidade GKM80 e com as taxas de juro técnicas definidas para cada modalidade.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, através do reconhecimento de uma responsabilidade, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizados quando estes se concretizarem.

Esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos beneficiários do contrato sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos, designadamente mediante a inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

Provisão para compromissos de taxa

A cada data de reporte, a seguradora procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Essa avaliação é efectuada tendo por base a projecção dos cash-flows futuros associados a cada contrato, descontados considerando a estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela EIOPA para efeitos de cálculos de Provisões Técnicas no âmbito do regime Solvência II, sendo feita produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença entre os valores das responsabilidades e a projecção de cash-flows futuros descontados, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

r) Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós-emprego

De acordo com o contrato colectivo de trabalho para o Sector Segurador, "todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho aplicáveis à empresa.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão colectiva ao fundo de pensões aberto CA Reforma Garantida.

A primeira contribuição anual do empregador para o Plano Individual de Reforma verificar-se-á, para os trabalhadores em efectividade de funções, no ano seguinte àquele em que completem 2 anos de prestação de serviço efectivo na empresa.

No caso do contrato de trabalho ter sido celebrado a termo resolutivo, a primeira contribuição anual do empregador apenas terá lugar no ano civil subsequente ao da conversão do contrato a termo em contrato de trabalho sem termo e cumprido que esteja o período de carência de 2 anos previsto acima.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora. Trata-se de um plano de contribuição definida, sendo os benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados determinados pelas contribuições pagas pela entidade patronal, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos actuarial e de investimento recairão nos empregados, sem prejuízo da garantia de capital investido, referida acima.

Dado que a obrigação da seguradora (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respectiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efectuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na seguradora terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efectivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na seguradora;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na seguradora;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na seguradora.

Benefícios de saúde

Os Colaboradores das seguradoras que se encontram no activo beneficiam de um seguro de assistência médica, sendo os gastos resultantes deste benefício registados como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração Executivo e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela entidade patronal e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na CA Vida.

Benefícios de cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos quando cessa o emprego antes da data normal de reforma, ou quando o empregado aceita a cessação de emprego em troca destes benefícios. A responsabilidade com benefício de cessação de emprego é reconhecida na mais antiga das seguintes datas: na qual a entidade deixa de poder retirar a oferta dos benefícios, ou na qual a entidade reconhece os gastos de uma reestruturação no âmbito do registo das provisões. Os benefícios devidos a mais de 12 meses, após o final do período de reporte, são descontados para o seu valor presente.

s) Locações

As operações de locação são classificadas como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

t) Responsabilidades por férias e subsídio de férias

As responsabilidades por férias e subsídio de férias estão reconhecidas na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, e corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, imputando ao exercício as responsabilidades legais existentes no final do exercício perante os Colaboradores, pelos serviços prestados até aquela data, e a regularizar posteriormente.

u) Ajustamento de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são reflectidos na rubrica "Contas a receber por operações de seguro directo".

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, com excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

O uso de estimativas e pressupostos, por parte da gestão, mais significativas são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, os instrumentos financeiros são valorizados com base em *bids* indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização ou de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente *inputs* observáveis em mercado com impacto significativo na valorização do instrumento.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere a mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperados de acordo com projecções económico-financeiras em condições de incerteza. Caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de ajustamento no valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

Avaliação de activos imobiliários

O serviço de avaliações é prestado por peritos independentes, registados na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas funções.

Os procedimentos de avaliação pressupõem a recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento da informação permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O valor de realização dos activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas

[Handwritten signature] 18
[Handwritten initials]

das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2016, as entidades que integram o Grupo CA SGPS são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	45.954.971	208.833.960	3.903.402	97,37%	97,37%	Integral
Crédito Agrícola Vida	91.915.653	1.834.749.964	4.235.836	98,57%	98,57%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	2.137.736	3.233.175	(322.315)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	4.543.547	55.931.105	(4.578.660)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	330.018	508.537	285.035	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Informática-Serviços de Informática S.A.	7.230.047	16.832.400	235.720	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	1.017.131	1.089.213	30.561	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FCR Agrocapital I	6.159.542	6.225.699	475.264	27,77%	30,00%	Eq. Patrimonial
Outras						
Crédito Agrícola Seguros & Pensões SGPS S.A.	137.183.231	137.184.439	9.495.152	79,95%	79,95%	Integral
CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda	246.481	18.043.080	(238.183)	100,00%	100,00%	Integral
RNA - Rede Nacional de Assistencia	3.475.319	9.221.969	805.390	20,00%	20,00%	Eq. Patrimonial

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2016 (saldo contabilístico antes de ajustamentos de consolidação)

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Crédito Agrícola SGPS S.A., a Crédito Agrícola Imóveis, Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda, a Crédito Agrícola Consult S.A. e a CCCAM Gestão de Investimentos Unipessoal Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., a Crédito Agrícola Vida, S.A., a Crédito Agrícola Seguros e Pensões S.G.P.S. e a Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., têm a sua sede na Rua de Campolide 372, 1070-040 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. tem sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto.

A RNA Seguros de Assistência S.A. tem sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco – Edf. Amoreiras, Torre 1 - 12º Piso - Sala 1, 1070-101 Lisboa.

O FCR Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

Não se verificaram alterações no perímetro de consolidação em 2016.

5. RELATO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Os principais segmentos identificados:

- Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).
- Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do Grupo.

Resultados por segmento em 31 de Dezembro de 2016:

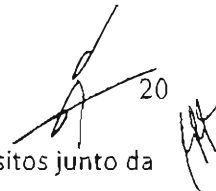
	2016				2015			
	Actividade Seguradora		Outros	Total	Actividade Seguradora		Outros	Total
	Ramo Vida	Ramo Não Vida			Ramo Vida	Ramo Não Vida		
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	160.168.245	74.464.772		234.634.017	336.705.306	68.264.378		404.970.684
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de Investimento ou como contratos de prestação de serviços	137.514	0		137.514	133.346	0		133.346
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	222.541.018	40.674.835		263.215.853	214.100.074	39.043.908		253.143.982
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-1.186.244	785.060		-401.184	-10.068.200	-883.995		-10.952.195
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-52.950.267	0		-52.950.267	140.746.903	0		140.746.903
Participação nos resultados, líquida de resseguro	12.033.714	0		12.033.714	3.880.698	0		3.880.698
Custos e gastos de exploração líquidos	16.869.555	28.010.104		44.879.659	15.803.539	26.843.111		42.645.640
Rendimentos	65.059.139	3.450.045	697.752	69.206.936	72.107.567	3.236.795	1.000.120	76.344.482
Gastos financeiros	39.033.454	606.377	836.378	40.476.159	26.738.671	606.533	249.299	27.594.503
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor	9.105.522	-48.504	-2.989.049	6.067.969	5.389.573	6.601.749	-7.466.433	4.724.889
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	13.524.359	0	267	13.524.626	-15.012.903	0	376	-15.012.527
Diferenças de câmbio	0	0	308	308	0	0	-1.761	-1.761
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	6.501.379	0	1.167.723	7.669.102	0	0	4.409.195	4.409.195
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	480.590	0		480.590	466.719	0		466.719
Outras provisões (variações)	0	-144.367	660.499	516.132	0	0	192.391	192.391
Outros rendimentos/gastos	146.330	-2.405.052	574.541	-1.684.381	413.664	-1.298.785	420.924	-464.197
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	0	0	-304.392	-304.392	0	0	-226.598	-226.598
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	5.778.085	5.240.568	-4.725.373	6.582.614	9.023.597	11.395.580	-11.124.257	9.294.930

6. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2016 é analisado como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e seus equivalentes	3.414	2.386
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	11.397.226	24.236.247
	<u><u>11.400.640</u></u>	<u><u>24.238.633</u></u>

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

 20

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito, essencialmente, a depósitos junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo.

7. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FCR Agrocapital 1	1.848.054	3.955.254
Rede Nacional de Assistência, SA	695.684	533.986
FCR Central Frie	-	626.799
	<u><u>2.543.738</u></u>	<u><u>5.116.039</u></u>

No exercício de 2016 foi liquidado o FCR Central Frie, numa das empresas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2016, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são analisados como se segue:

	<u>2016</u>			
	<u>Nocional</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Justo valor</u>
Activos financeiros				
Contratos sobre taxas de juro				
Swaps de taxa de juro*	57.795.000	24.182.438	282.058	23.900.380

*Swaps realizados com as seguintes contrapartes: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. e Caixa - Banco de Investimentos S.A..

	<u>2015</u>			
	<u>Nocional</u>	<u>Activo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Justo valor</u>
Activos financeiros				
Contratos sobre taxas de juro				
Swaps de taxa de juro*	111.925.000	35.974.908	893.906	35.081.002

*Swaps realizados com as seguintes contrapartes: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A. e Caixa - Banco de Investimentos S.A..

O impacto gerado pela variação do justo valor destes activos foi registado em resultados.

No âmbito das operações realizadas, foram prestadas garantias bancárias pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. a favor do Grupo, no valor de 16.980.000 Euros a serem accionadas em situação de *default* da contraparte.

Em termos da hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 13, todos os instrumentos financeiros derivados encontram-se inseridos no Nível 2, ou seja, o seu justo valor é determinado utilizando modelos de avaliação suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis.

9. ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2016	2015
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1.516.893	26.865
De outros emissores	83.927.517	68.176.744
Unidades de participação em fundos imobiliários*	1.127	312
Valor de balanço	85.445.537	68.203.921
Valor de aquisição	83.707.497	83.687.735

* Entregas para o Fundo de Compensação do Trabalho

Em termos da hierarquia do justo valor, prevista na IFRS 13, todos os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se inseridos no Nível 2, ou seja, o seu justo valor é determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transaccionáveis. As exceções referem-se às obrigações BBVASM 6.75% 29/12/49 20 e PGB 5.65% 15/02/24, com valores de balanço a 31 de Dezembro de 2016 de 5.975.511 Euros e 1.489.415 Euros, respetivamente, e às unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho, inseridas no Nível 1, isto é, com justo valor determinado recorrendo diretamente a cotações obtidas num mercado oficial ativo.

Por prazos de maturidade, a carteira desagrega-se da seguinte forma:

	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	5.976	3.430	49.081	-	26.958	-	85.445

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Activos financeiros disponíveis para venda	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Instrumentos de capital e unidades de participação	134.798.692	122.978.731
Títulos de dívida	1.798.397.420	1.846.416.831
Outros	0	6.984.924
	<u>1.933.196.112</u>	<u>1.976.380.486</u>
Imparidade	<u>(11.024)</u>	<u>(1.016.590)</u>
	<u><u>1.933.185.088</u></u>	<u><u>1.975.363.896</u></u>

O detalhe da valorização dos ativos financeiros encontra-se na nota

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é analisado como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Depósito a prazo - CCCAM	10.516.703	521.843
Depósito a prazo - Outros bancos	-	300.000
Juros	31.084	1.382
	<u>10.547.787</u>	<u>823.225</u>

23

O valor registado nesta rubrica respeita a depósitos a prazo constituídos junto da Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L.

12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	31-12-2015				Abates, Alienações e outros	31-12-2016		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Aquisições	Depreciações		Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido
Imóveis								
De serviço próprio	13.219.825	(4.767.261)	-	(263.274)	-	13.219.825	(5.030.535)	8.189.290
Obras em imóveis arrendados	134.243	(9.132)	1.953	(19.323)	-	136.196	(28.455)	107.741
	13.354.068	(4.776.393)	1.953	(282.597)	-	13.356.021	(5.058.990)	8.297.031
Equipamento								
Mobiliário e material	1.725.897	(1.461.711)	14.684	(59.244)		1.726.828	(1.507.202)	219.626
Máquinas e ferramentas	48.926	(26.359)	-	(6.055)		48.926	(32.414)	16.512
Equipamento informático	55.112.525	(50.929.498)	1.633.838	(2.183.513)	(7.483)	51.178.937	(47.553.067)	3.625.869
Instalações interiores	1.557.294	(811.782)	17.163	(272.535)		1.574.456	(1.084.317)	490.140
Material de transporte	467.951	(337.686)	134.485	(84.557)	(17.708)	350.637	(188.152)	162.485
Outro equipamento	142.381	(67.199)	-	(14.489)		142.381	(81.688)	60.694
	59.054.974	(53.634.235)	1.800.170	(2.620.393)	(25.191)	55.022.165	(50.446.839)	4.575.326
Património Artístico	2.793	-	-	-		2.793	0	2.793
Outros activos tangíveis	765.823	(653.935)	6.885	(43.554)		772.708	(697.489)	75.219
	768.616	(653.935)	6.885	(43.554)	0	775.502	(697.489)	78.013
	73.177.658	(59.064.563)	1.809.008	(2.946.544)	25.191)	69.153.688	(56.203.318)	12.950.370

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	31-12-2015				Abates, Alienações e outros	31-12-2016		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Amortizações		Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido
Activos Intangíveis								
Sistema de tratamento automático de dados (software)	74.237.063	(69.739.670)	3.325.565	(2.471.542)	-	77.562.628	(72.211.212)	5.351.416
Outros activos intangíveis	2.953.228	(2.951.688)	-	(1.236)	-	2.953.228	(2.952.925)	304
	77.190.292	(72.691.358)	3.325.565	(2.472.778)	-	80.515.857	(75.164.137)	5.351.720

14. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO E RESSEGURO CEDIDO

14.1. Ramo Vida

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de Dezembro de 2015 e 2016:

	2016			2015		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão matemática do ramo vida	1.353.105.471		1.353.105.471	1.395.303.496		1.395.303.496
Provisão para sinistros	11.593.914	-3.061.128	8.532.787	12.583.817	-2.813.021	9.770.796
Provisão para participação nos resultados	50.661.724		50.661.724	46.119.444		46.119.444
Provisão para compromissos de taxa	39.670.331		39.670.331	28.767.086		28.767.086
Provisão para estabilização de carteira				12.089.490		12.089.490
Total de provisões técnicas	1.455.031.441	-3.061.128	1.451.970.313	1.494.863.333	-2.813.021	1.492.050.312

A provisão matemática do Ramo Vida por segmento de negócio é analisada da seguinte forma:

Segmento de negócio	2016			2015		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Poupança	1.352.153.050		1.352.153.050	1.394.852.446		1.394.852.446
Risco	952.421		952.421	451.050		451.050
Provisão matemática	1.353.105.471		1.353.105.471	1.395.303.496		1.395.303.496

De acordo com a IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento. Assim, em 31 de Dezembro de 2015 e 2016, os contratos de taxa garantida sem participação nos resultados discricionária e os contratos sem taxa garantida, em que o risco de investimento é do tomador de seguro são classificados e registados na rubrica passivos financeiros por contratos de investimentos.

A evolução da provisão matemática no exercício de 2016 foi a seguinte:

	Provisão no início do exercício	Participação nos resultados incorporada na provisão matemática	Varição da provisão matemática	Provisão no final do exercício
Provisão matemática	1.395.303.496	10.752.237	-52.950.262	1.353.105.471

A provisão para sinistros por segmento de negócio é analisada como se segue:

Segmento de negócio	2016			2015		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Poupança	3.937.986		3.937.986	5.118.827		5.118.827
Risco	7.655.928	-3.061.128	4.594.801	7.464.990	-2.813.021	4.651.969
Provisão para sinistros	11.593.914	-3.061.128	8.532.787	12.583.817	-2.813.021	9.770.796

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

25

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, líquida de resseguro, no montante de 639.283 Euros relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR), valor este sem qualquer alteração face ao do ano anterior.

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de seguro directo, são apresentados como se segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2015	9.612.279
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	217.125.227
Anos anteriores	36.701
Montantes pagos	
Próprio ano	-208.319.464
Anos anteriores	-5.870.927
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	12.583.817
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	223.774.841
Anos anteriores	1.609.264
Montantes pagos	
Próprio ano	-216.691.512
Anos anteriores	-9.682.495
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	11.593.914

Os movimentos ocorridos no exercício na provisão para sinistros de resseguro cedido, são apresentados como se segue:

Saldo a 1 de Janeiro de 2015	3.647.191
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	3.243.042
Anos anteriores	-181.188
Montantes pagos	
Próprio ano	-1.830.005
Anos anteriores	-2.066.019
Saldo a 31 de Dezembro de 2015	2.813.021
Sinistros ocorridos	
Próprio ano	3.059.670
Anos anteriores	-216.583
Montantes pagos	
Próprio ano	-1.623.172
Anos anteriores	-971.808
Saldo a 31 de Dezembro de 2016	3.061.128

A provisão para participação nos resultados atribuída corresponde aos montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática.

A movimentação na provisão para participação nos resultados atribuída para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016 é analisada como se segue:

Modalidade	Provisão para participação nos resultados atribuída			Provisão no final do exercício
	Provisão no início do exercício	Atribuída	Distribuída	
Protecção Poupança Investimento		647.577	647.577	
CA PPR		2.775.878	2.775.878	

Rua Castilho n.ºs 233/233-A – 1099-004 Lisboa

Capital Social € 62.500.000,00

Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC: n.º 507.159.110

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

26

CA PPR [Capital]		277.817	277.817	
CA Poupança Activa		6.171.799	6.171.799	
CA Universitário [Poupança]		406.804	406.804	
CA Poupança Activa [Capital]		426.563	426.563	
CA Universitário [Capital]		45.798	45.798	
CA Protecção Fundos de Pensões	864.407	1.281.477	864.407	1.281.477
Total	864.407	12.033.714	11.616.645	1.281.477

A movimentação na provisão para participação nos resultados atribuída para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2015 é analisada como se segue:

Modalidade	Provisão para participação nos resultados atribuída			Provisão no final do exercício
	Provisão no início do exercício	Atribuída	Distribuída	
Protecção Poupança Investimento		736.116	736.116	
CA Super 4,25		62.313	62.313	
CA PPR [Capital]		212.113	212.113	
CA Poupança Activa		1.494.631	1.494.631	
CA Universitário [Poupança]		86.885	86.885	
CA Poupança Activa [Capital]		388.119	388.119	
CA Universitário [Capital]		36.114	36.114	
CA Protecção Fundos de Pensões	1.008.548	864.407	1.008.548	864.407
Total	1.008.548	3.880.698	4.024.839	864.407

A provisão para participação nos resultados a atribuir inclui o ajustamento relativo ao *shadow accounting*, o qual corresponde à estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos activos afectos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizados, no momento em que os mesmos se tornem efectivas, de acordo com os respectivos termos contratuais e legislação aplicável.

Em 2016, a provisão para participação nos resultados a atribuir evoluiu como se segue:

Modalidade	Provisão para participação nos resultados a atribuir		
	Provisão no início do exercício	Aumentos (+) / diminuições (-)	Provisão no final do exercício
Protecção Poupança Investimento	8.015.286	-138.154	7.877.132
CA Super 4,25	4.922.757	243.515	5.166.272
Protecção Poupança Reforma – PPR	8.097.596	1.555.166	9.652.762
CA PPR +6	351.024	58.585	409.609
CA PPR	8.140.935	-198.655	7.942.280
CA PPR [Capital]		1.262.065	1.262.065
CA Poupança Activa	14.850.542	-929.421	13.921.120
CA Universitário [Poupança]	876.897	55.670	932.567
CA Poupança Activa [Capital]		1.988.837	1.988.837
CA Universitário [Capital]		227.603	227.603
Total	45.255.037	4.125.210	49.380.247

Em 2015, a provisão para participação nos resultados a atribuir evoluiu como se segue:

Modalidade	Provisão para participação nos resultados a atribuir		
	Provisão no início do exercício	Aumentos (+) / diminuições (-)	Provisão no final do exercício

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

27

Protecção Poupança Investimento	9.101.253	-1.085.967	8.015.286
CA Super 4,25	7.020.853	-2.098.096	4.922.757
CA Primavera	1.628.201	-1.628.201	
CA Verão Taxa Crescente	1.730.485	-1.730.485	
CA Super 5 (5%)	3.950.172	-3.950.172	
CA Super 5 (3,8%)	717.189	-717.189	
CA Sempre +	1.397.789	-1.397.789	
CA Garantia Máxima	2.698.446	-2.698.446	
CA Garantia 5 (1ª série)	954.410	-954.410	
CA Garantia 5 (2ª série)	2.823.178	-2.823.178	
Protecção Poupança Reforma - PPR	10.856.764	-2.759.168	8.097.596
CA PPR +6	336.384	14.640	351.024
CA PPR	10.692.749	-2.551.814	8.140.935
CA Verão PPR	742.619	-742.619	
CA Futuro Garantido PPR	2.025.137	-2.025.137	
CA Super 5 PPR (5%)	3.355.416	-3.355.416	
CA Super 5 - PPR (3,8%)	613.695	-613.695	
CA Sempre + PPR	1.104.645	-1.104.645	
CA Garantia Máxima - PPR	2.089.423	-2.089.423	
CA Garantia 5 - PPR (1ª série)	1.111.927	-1.111.927	
CA Garantia 5 - PPR (2ª série)	3.139.358	-3.139.358	
CA Poupança Activa	20.822.974	-5.972.433	14.850.542
CA Universitário [Poupança]	866.839	10.058	876.897
Total	89.779.906	-44.524.869	45.255.037

A provisão para estabilização de carteira foi constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

Em 2016, esta provisão foi desmobilizada na totalidade, uma vez que no âmbito de Solvência II, projectaram-se os *cash-flows* destes contratos até ao seu termo, considerando-se os prémios futuros, dado que a grande maioria dos produtos em carteira, apesar de serem temporários anuais renováveis, têm durações pré-definidas, algumas com bastante longevidade, e as tarifas de cada produto permanecem inalteradas durante todo o prazo dos contratos, obtendo-se resultados favoráveis, pelo que a provisão para estabilização de carteira deixou de ser aplicável.

A evolução desta provisão no exercício de 2016 foi a seguinte:

	Provisão no início do exercício	Constituição	Anulação	Provisão no final do exercício
Provisão para estabilização de carteira	12.089.490		-12.089.490	0

A cada data de reporte, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash-flows* futuros associados a cada contrato, descontados às taxas determinadas com base na estrutura temporal de taxas de juro disponibilizada pela EIOPA. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existirem *gaps*, estes são registados em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

A evolução desta provisão no exercício de 2016 foi a seguinte:

	Provisão no início	Constituição	Anulação	Provisão no final do
--	--------------------	--------------	----------	----------------------

Rua Castilho nºs 233/233-A – 1099-004 Lisboa

Capital Social € 62.500.000,00

Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC: nº 507.159.110

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

28
HT

	do exercício		exercício
Provisão para compromissos de taxa	28.767.086	10.903.246	39.670.331

Em conformidade com o relatório da função actuarial, no que respeita ao cálculo de provisões matemáticas e participação nos resultados, verificou-se que o mesmo está de acordo com as bases técnicas dos produtos e com o normativo em vigor. A análise das provisões para sinistros revelou a suficiência das mesmas.

14.2. Ramo Não Vida

As provisões técnicas de seguro directo e resseguro cedido, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

	Montantes expressos em Euros					
	2016			2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Taxa de cadência	Seguro directo	Resseguro cedido	Taxa de cadência
Provisão para prémios não adquiridos	20.001.644	4.296.643	21,5%	17.657.407	3.813.203	21,6%
Provisão para sinistros	106.848.557	3.970.201	3,7%	108.568.856	5.235.293	4,8%
	<u>126.850.201</u>	<u>8.266.843</u>	<u>6,5%</u>	<u>126.226.263</u>	<u>9.048.496</u>	<u>7,2%</u>

As provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

	Montantes expressos em Euros					
	2016			2015		
	Prémios não adquiridos de Resseguro Cedido	Custos de aquisição diferidos de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de Resseguro Cedido	Prémios não adquiridos de Resseguro Cedido	Custos de aquisição diferidos de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de Resseguro Cedido
Ramos Técnicos						
Acidentes e doença:						
Acidentes de trabalho	-	-	-	-	-	-
Acidentes pessoais	(7.804)	188	(7.992)	876.426	(188)	876.238
Doença	370.995	79.561	291.434	302.482	(62.183)	240.299
Incêndio e outros danos	1.902.565	722.354	1.180.211	1.688.889	(620.725)	1.068.164
Automóvel:						
Responsabilidade civil	-	-	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	405	-	405	694	(104)	590
Responsabilidade civil geral	114.758	792	113.966	106.883	(1.101)	105.782
Outros	2.720.097	1.479	2.718.618	1.523.955	(1.827)	1.522.128
	<u>5.101.016</u>	<u>804.373</u>	<u>4.296.643</u>	<u>4.499.331</u>	<u>(686.128)</u>	<u>3.813.203</u>

O detalhe da provisão para sinistro de resseguro cedido, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é como se segue:

Montantes expressos em Euros

Ramos Técnicos	2016		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Acidentes e doença:			
Acidentes de trabalho	38.688.741	-	38.688.741
Acidentes pessoais	4.853.481	(177.709)	4.675.773
Doença	998.671	(998.671)	-
Incêndio e outros danos	4.780.149	(759.803)	4.020.346
Automóvel:			
Responsabilidade civil	53.306.031	(1.272.531)	52.033.500
Outras coberturas	2.105.488	-	2.105.488
Marítimo, aéreo e transportes	8.042	(5)	8.037
Responsabilidade civil geral	1.282.279	-	1.282.279
Outros	825.676	(761.483)	64.193
	<u>106.848.557</u>	<u>(3.970.201)</u>	<u>102.878.356</u>

Montantes expressos em Euros

Ramos Técnicos	2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Acidentes e doença:			
Acidentes de trabalho	37.705.101	-	37.705.101
Acidentes pessoais	5.068.399	(177.709)	4.890.690
Doença	947.520	(947.520)	-
Incêndio e outros danos	6.646.489	(2.276.034)	4.370.455
Automóvel:			
Responsabilidade civil	55.504.620	(1.832.644)	53.671.977
Outras coberturas	1.513.300	(1.388)	1.511.912
Marítimo, aéreo e transportes	3.364	-	3.364
Responsabilidade civil geral	1.163.600	-	1.163.600
Outros	16.465	-	16.465
	<u>108.568.856</u>	<u>(5.235.293)</u>	<u>103.333.563</u>

O detalhe da provisão para sinistro de resseguro cedido, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é apresentado na Nota 19.

30

15. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGURO E OUTRAS OPERAÇÕES

Os saldos de outros devedores por operações de seguro directo e outras operações, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber por operações de seguro directo:		
Recibos por cobrar (nota 15.1)	3.828.657	3.085.158
Reembolsos de sinistros a receber		
Reembolsos não emitidos	2.320.318	1.851.951
Reembolsos emitidos e não recebidos	799.383	650.027
Reembolso Fundo Acidentes de Trabalho	25.186	23.103
Outros	34.313	37.231
	<u>7.007.857</u>	<u>5.647.470</u>
Contas a receber por operações de resseguro e co-seguro:		
Por operações de resseguro	2.376.516	1.879.788
	<u>2.376.516</u>	<u>1.879.788</u>
Contas a receber por outras operações:		
Saldos a receber do IFAP e União Europeia (nota 15.2)	2.793.932	5.850.613
Outros	5.891.024	10.711.817
	<u>8.684.956</u>	<u>16.562.430</u>
	<u>18.069.329</u>	<u>24.089.688</u>
Ajustamentos de recibos por cobrar (nota 15.3)	(733.911)	(589.544)
Imparidade dos recibos por cobrar	(1.586.066)	(1.521.309)
Imparidade dos reembolsos emitidos e não recebidos	(301.247)	(262.544)
Imparidade outras contas a receber	(2.111.832)	(1.981.087)
	<u>(4.733.056)</u>	<u>(4.354.484)</u>
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	(4.039)	(4.039)
	<u>(4.737.095)</u>	<u>(4.358.523)</u>
	<u>13.332.233</u>	<u>19.731.166</u>

15.1. Recibos por cobrar

A rubrica de recibos por cobrar aumentou de 3.085.158 Euros, em 31 de Dezembro de 2015, para 3.828.657 Euros, em 31 de Dezembro de 2016. No final de 2016, esta rubrica inclui:

- i) 933.378 Euros, respeitantes a recibos de prémios entretanto cobrados no início de 2017;
- ii) 1.586.066 Euros, respeitante a recibos de prémios vencidos com 100% de imparidade registada;
- iii) 1.199.398 Euros, respeitantes a cobranças antecipadas em 2016, relativamente a 2017.

15.2. Saldos a receber do IFAP e União Europeia

Os saldos a receber do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pesca ("IFAP") e da União Europeia, no valor total de 2.793.932 Euros, em 31 de Dezembro de 2016, e 5.850.617 Euros, em 31 de Dezembro de 2015, respeitam às campanhas do seguro de colheitas dos seguintes anos:

Campanha	Montantes expressos em Euros					
	2016			2015		
	IFAP	U.E.	Total	IFAP	U.E.	Total
2011	31.585	-	31.585	2.422.517	-	2.422.517
2012	642.915	-	642.915	1.270.799	-	1.270.799
2013	724.543	-	724.543	724.546	-	724.546
2014	-	-	-	-	746.567	746.567
2015	-	-	-	-	686.188	686.188
2016	-	1.394.890	1.394.890	-	-	-
	<u>1.399.042</u>	<u>1.394.890</u>	<u>2.793.932</u>	<u>4.417.862</u>	<u>1.432.755</u>	<u>5.850.617</u>

A estes valores, devem ser deduzidos as verbas respeitantes ao Fundo de Calamidade do seguro de colheitas os quais ascendem a 143.721 Euros e 375.288 Euros, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, respectivamente, os quais se encontram registados na rubrica passivos por impostos correntes.

Os montantes a receber do IFAP líquidos do Fundo de Calamidade ascendem a 1.255.321 Euros e 4.042.574 Euros em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, respectivamente.

Durante o ano de 2016 foram regularizadas bandas no montante de 2.787.249 Euros relativas a bandas de anos anteriores e 3.440.190 Euros referente à campanha de 2014, 2015 e 2016.

15.3. Ajustamentos de recibos por cobrar, imparidade de recibos por cobrar e imparidade de reembolsos emitidos

Os saldos destas rubricas, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são os seguintes:

32

Montantes expressos em Euros

2016					
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar	589.544	144.368	-	-	733.911
Imparidade de recibos por cobrar	1.521.309	64.757	-	-	1.586.066
Imparidade de reembolsos emitidos	262.544	38.704	-	-	301.247
	<u>2.373.397</u>	<u>247.828</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.621.224</u>
2015					
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Utilizações	Saldo final
Ajustamentos de recibos por cobrar	418.337	171.207	-	-	589.544
Imparidade de recibos por cobrar	1.484.355	36.955	-	-	1.521.309
Imparidade de reembolsos emitidos	226.605	35.939	-	-	262.544
	<u>2.129.297</u>	<u>244.100</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.373.397</u>

Para a análise da incobrável dos recibos por cobrar a Companhia avaliou a existência de evidência objectiva de indicadores de imparidade, em base individual para todos os recibos emitidos, entendendo-se como base individual, o conjunto de todos os recibos emitidos e não pagos, (i) em nome do mesmo tomador de seguro, ou (ii) em nome de entidades integrantes do mesmo grupo económico, no caso, de haver um acordo de gestão da carteira de seguros entre esse grupo económico e a Companhia.

16. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	241.336	1.115.838
Por prejuízos fiscais reportáveis	<u>155.451</u>	<u>153.507</u>
	<u>396.786</u>	<u>1.269.345</u>
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	<u>(5.243.724)</u>	<u>(3.468.201)</u>
	<u>(4.846.938)</u>	<u>(2.198.856)</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	1.999.640	416.408
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	<u>(1.309.876)</u>	<u>(1.573.864)</u>
	<u>689.763</u>	<u>(1.157.456)</u>

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

17. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Os acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são os seguintes:

<u>Acréscimos e diferimentos ativos:</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas pagas a diferir	2.094.633	2.185.499
Outras rendas a diferir	217.524	234.878
Sector Público Administrativo		
IRC-Pagamentos por conta	371.994	187.764
Outros rendimentos a receber	815.263	905.393
	<u>3.499.414</u>	<u>3.513.534</u>
<u>Acréscimos e diferimentos passivos:</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	2.596.278	2.530.582
Comissões de mediação	8.427.544	7.013.231
Comissões de gestão de carteira	1.514.835	1.096.869
Outros	7.391.671	6.663.034
	<u>19.930.328</u>	<u>17.303.716</u>

Os outros gastos diferidos dizem respeito essencialmente a diferimentos de campanhas promocionais

18. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

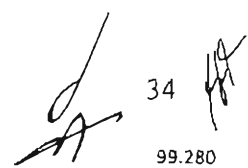
Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os imóveis da entidade detalham-se conforme segue:

	<u>2016</u>			<u>2015</u>		
	<u>Valor bruto</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor bruto</u>	<u>Imparidade</u>	<u>Valor líquido</u>
Ativos não correntes detidos para venda:						
Terrenos	7.594.055	2.956.169	4.637.886	4.296.106	2.895.509	1.400.597
Imóveis	35.344.488	2.855.798	32.488.690	36.051.431	2.062.855	33.988.576
Outros	6.265.178	1.119.597	5.145.581	6.135.223	1.150.455	4.984.768
	<u>49.203.721</u>	<u>6.931.565</u>	<u>42.272.156</u>	<u>46.482.760</u>	<u>6.108.820</u>	<u>40.373.940</u>

A decomposição dos imóveis é como se apresenta:

Descrição	Valor Bruto	Imparidade em 31/12/2016	Valor Líquido Contabilístico 31/12/2016
Terreno em Coslada- Madrid	3.356.144	2.753.392	602.752
Terreno na Zona Industrial de Monforte	180.948	61.748	119.200
Prédio misto Courela Balofa – Casarões (Estremoz)	3.506.093	877.213	2.628.880
Prédio rústico Olival Padre Santinho (Estremoz)	57.764	6.764	51.000
Prédio rústico Courela Grande do Freixo (Estremoz)	68.267	8.087	60.180
Prédio misto Olival do Figo (Estremoz)	141.385	16.265	125.120

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

34 

Prédio rústico Amieirinha de Baixo (Estremoz)	120.780	21.500	99.280
Prédio misto Monte da Capareira (Estremoz)	187.153	20.213	166.940
Prédio rústico Herdade da Torrinhã (Estremoz)	168.299	20.059	148.240
Prédio rústico Courela Antas (Estremoz)	68.371	8.191	60.180
Prédio rústico Topete-Sto. Estevão (Estremoz)	68.267	8.087	60.180
12 Frações na rua Bartolomeu Gusmão - Entroncamento	1.911.416	690.675	1.220.741
Terr urbano Av.Villieres Sur Marne (Lt30) - Entroncamento	125.558	-	125.558
6 Lojas nos Jardins de S. Lourenço (Lisboa)	3.456.641	1.086.641	2.370.000
1 Fração nos Jardins de S. Lourenço (Lisboa)	1.775.319	202.319	1.573.000
9 Frações na Av. Europa, Lote G, São José (Viseu)	1.716.252	318.122	1.398.130
Alameda do Moinhos nº5- Loja D (Alfragide)	87.288	2.588	84.700
Prédio urbano em Matavacas (Rio Caldo)	25.825	-	25.825
Herdade do Arrepiado Velho (Sousel)	1.461.141	104.241	1.356.900
Av. João XXIII- Nelas (Viseu)	41.599	6.149	35.450
Herdade do Ferragudo em Castro Verde	1.014.661	-	1.014.661
Prédio rústico em Casal - Vila do Conde	101.881	7.681	94.200
1 Fração, Bloco 9 em Terceira	23.995	1.635	22.360
2 Frações Amorosa Place, Edif 2 em Vale de Romeiras	152.070	-	152.070
Terreno na Rua Ferreira de Lemos em Santo Tirso	105.385	16.485	88.900
Prédio Misto Albufeira	2.530.687	29.687	2.501.000
Rua Cinco de Outubro, Fração B-Regufe Vila do Cond	81.015	-	81.015
Prédia urbano em Linda-a-Pastora, Carnaxide	1.018.959	8.459	1.010.500
Morada R. do Vale - Pedrogão	18.857	-	18.857
11 Frações Jardins São Lourenço	14.513.948	432.734	14.081.215
177 Estacionamentos Jardins São Lourenço	2.623.618	30.368	2.593.250
28 Frações Praia Areia Branca	2.896.586	148.086	2.748.500
Loja Fuseta	97.631	-	97.631
Prédio Urbano R. Frei Rodrigo Cunha em Leça do Balio	176.385	-	176.385
Terr Urb.Mato Sto Espírito, L12, Tavira	86.452	-	86.452
Prédio Urbano, Rua da Telheira, Freg Paranhos, Porto	1.486.112	-	1.486.112
3 Lt Terreno, Limites Rebelva	161.679	1.090	160.589
6 Lt Terreno, Altos da Vinha	262.812	-	262.813
Morada Quinta da Beloura, Lote 14 M Sintra	665.030	-	665.030
Prédio Rustico - Cantinho ou Funcheira	79.440	-	79.440
91 LT Ter Casal Olheiros-Torres Vedras	2.582.008	43.085	2.538.923
	49.203.721	6.931.565	42.272.156

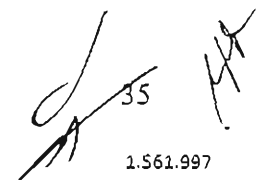
Descrição	Valor Bruto	Imparidade em 31/12/2015	Valor Líquido Contabilístico 31/12/2015
Terreno em Coslada- Madrid	3.356.144	2.753.392	602.752
Terreno na Zona Industrial de Monforte	180.948	61.748	119.200
Prédio misto Courela Balofa - Casarões (Estremoz)	3.506.093	877.213	2.628.880
Prédio rústico Olival Padre Santinho (Estremoz)	57.764	6.764	51.000
Prédio rústico Courela Grande do Freixo (Estremoz)	68.267	8.087	60.180
Prédio misto Olival do Figo (Estremoz)	141.385	16.265	125.120
Prédio rústico Amieirinha de Baixo (Estremoz)	120.780	21.500	99.280
Prédio misto Monte da Capareira (Estremoz)	187.153	20.213	166.940
Prédio rústico Herdade da Torrinhã (Estremoz)	168.299	20.059	148.240
Prédio rústico Courela Antas (Estremoz)	68.371	8.191	60.180
Prédio rústico Topete-Sto. Estevão (Estremoz)	68.267	8.087	60.180

Rua Castilho nºs 233/233-A - 1099-004 Lisboa

Capital Social € 62.500.000,00

Matrícula C.R.C. Lisboa e NIPC: nº 507.159.110

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

35


15 Fracções na rua Bartolomeu Gusmão - Entroncamento	2.157.121	595.123	1.561.997
Terreno urbano Av.Villieres Sur Marne (Lt30) - Entroncamento	110.756	-	110.756
6 Lojas nos Jardins de S. Lourenço (Lisboa)	3.245.124	1.119.124	2.126.000
1 Fracção nos Jardins de S. Lourenço (Lisboa)	1.767.864	14.403	1.753.461
12 Fracções na Av. Europa, Lote G, São José (Viseu)	2.066.330	228.011	1.838.319
Alameda do Moinhos nº5- Loja D (Alfragide)	82.023	-	82.023
Prédio urbano em Matavacas (Rio Caldo)	25.575	-	25.575
Herdade do Arrepiado Velho (Sousel)	1.385.686	28.786	1.356.900
Av. João XXIII- Nelas (Viseu)	41.194	5.744	35.450
Herdade do Ferragudo em Castro Verde	1.014.661	-	1.014.661
Prédio rústico em Casal - Vila do Conde	101.881	7.681	94.200
Morada Av. Fernão Mendes Pinto 59 - Aigualva	119.809	-	119.809
1 Fracção, Bloco 9 em Terceira	23.995	-	23.995
2 Fracções Amorosa Place, Edif 2 em Vale de Romeiras	152.070	-	152.070
Terreno na Rua Ferreira de Lemos em Santo Tirso	105.385	-	105.385
Prédio Misto Albufeira	2.530.687	-	2.530.687
Prédio Urb Cortesões	675.428	109.428	566.000
Prédio Urb - Samora Correia	75.451	951	74.500
Rua Cinco de Outubro, Fracção B-Regufe Vila do Cond	81.015	-	81.015
Prédio urbano em Linda-a-Pastora, Carnaxide	1.018.959	8.459	1.010.500
Morada R. do Vale - Pedrogão	18.857	-	18.857
12 Fracções Jardins São Lourenço	15.828.641	130.858	15.697.784
182 Estacionamentos Jardins São Lourenço	2.710.445	31.331	2.679.114
31 Fracções Praia Areia Branca	3.122.701	27.401	3.095.300
Loja Fuseta	97.631	-	97.631
	46.482.760	6.108.820	40.373.940

19. PROVISÕES TÉCNICAS NÃO VIDA

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as provisões técnicas de seguro directo, por ramos, são as seguintes:

Montantes expressos em Euros

Ramos Técnicos	2016				Total de provisões técnicas
	Provisão para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para riscos em curso	Provisão para desvios de sinistralidade	
Acidentes e doença:					
Acidentes de trabalho	1.335.199	38.688.741	-	-	40.023.940
Acidentes pessoais	3.546.463	4.853.481	-	-	8.399.944
Doença	250.506	998.671	-	-	1.249.177
Incêndio e outros danos	5.856.807	4.780.149	-	1.388.688	12.025.644
Automóvel:					
Responsabilidade civil	4.692.793	53.306.031	2.891.886	-	60.890.710
Outras coberturas	2.001.792	2.105.488	-	-	4.107.280
Mantimo, aéreo e transportes	39.746	8.042	-	-	47.788
Responsabilidade civil geral	895.617	1.282.279	-	-	2.177.896
Outros	1.382.721	825.676	-	-	2.208.397
	20.001.644	106.848.557	2.891.886	1.388.688	131.130.775

Montantes expressos em Euros

Ramos Técnicos	2015				
	Provisão para prémios não adquiridos	Provisão para sinistros	Provisão para riscos em curso	Provisão para desvios de sinistralidade	Total de provisões técnicas
Acidentes e doença:					
Acidentes de trabalho	1.215.589	37.705.101	445.294	-	39.365.984
Acidentes pessoais	3.006.838	5.068.399	-	-	8.075.237
Doença	208.637	947.520	-	-	1.156.157
Incêndio e outros danos	5.331.441	6.646.489	-	1.148.703	13.126.633
Automóvel:					
Responsabilidade civil	4.212.530	55.504.620	1.895.013	-	61.612.163
Outras coberturas	1.734.845	1.513.300	-	-	3.248.145
Marítimo, aéreo e transportes	40.510	3.364	-	-	43.873
Responsabilidade civil geral	846.689	1.163.600	6.504	-	2.016.794
Outros	1.060.327	16.465	-	-	1.076.792
	<u>17.657.407</u>	<u>108.568.856</u>	<u>2.346.811</u>	<u>1.148.703</u>	<u>129.721.777</u>

O quadro seguinte detalha as variações nas provisões técnicas, por ramos, em 2016 e 2015. A variação da provisão para prémios não adquiridos é apresentada líquida da variação dos custos de aquisição diferidos.

Montantes expressos em Euros

Ramos Técnicos	2016				
	Variação da provisão para prémios não adquiridos	Variação da provisão para sinistros	Variação da provisão para riscos em curso	Variação da provisão para desvios de sinistralidade	Total das variações das provisões técnicas
Acidentes e doença:					
Acidentes de trabalho	119.610	983.641	(445.294)	-	657.957
Acidentes pessoais	208.625	(214.918)	-	-	(6.293)
Doença	41.869	51.151	-	-	93.020
Incêndio e outros danos	525.366	(1.866.340)	-	239.985	(1.100.989)
Automóvel:					
Responsabilidade civil	480.263	(2.198.590)	996.873	-	(721.454)
Outras coberturas	266.947	592.188	-	-	859.135
Marítimo, aéreo e transportes	(763)	4.678	-	-	3.914
Responsabilidade civil geral	48.927	118.679	(6.504)	-	161.102
Outros	653.393	809.211	-	-	1.462.604
	<u>2.344.237</u>	<u>(1.720.299)</u>	<u>545.075</u>	<u>239.985</u>	<u>1.408.997</u>

Ramos Técnicos	2015				
	Varição da provisão para prémios não adquiridos	Varição da provisão para sinistros	Varição da provisão para riscos em curso	Varição da provisão para desvios de sinistralidade	Total das variações das provisões técnicas
Acidentes e doença:					
Acidentes de trabalho	53.547	3.418.462	(658.501)	-	2.813.908
Acidentes pessoais	141.879	825.994	-	-	967.873
Doença	21.318	30.996	-	-	52.314
Incêndio e outros danos	179.469	913.407	(343.767)	249.524	998.633
Automóvel:					
Responsabilidade civil	(125.587)	(142.479)	(137.755)	-	(405.821)
Outras coberturas	98.486	(192.713)	-	-	(94.227)
Marítimo, aéreo e transportes	2.137	(7.570)	-	-	(5.433)
Responsabilidade civil geral	25.896	(209.758)	6.504	-	(177.358)
Outros	3.812	16.465	-	-	20.277
	<u>400.957</u>	<u>4.652.804</u>	<u>(1.133.519)</u>	<u>249.524</u>	<u>4.169.766</u>

Refira-se que a variação da provisão para sinistros não coincide com a diferença entre os valores das provisões para sinistros em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, devido ao facto de a variação da provisão para sinistros ser também afectada: (i) pela dedução dos montantes recuperáveis relativos a reembolsos a emitir, reconhecidos na rubrica de outros devedores, no activo, e (ii) pela variação das responsabilidades futuras estimadas, relativas a entregas a efectuar ao Fundo para Acidentes de Trabalho ("FAT"), reconhecidas como um passivo por impostos.

19.1 PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS

A provisão para prémios não adquiridos, por ramos, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

Ramos Técnicos	Montantes expressos em Euros					
	2016			2015		
	Prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos	Prémios não adquiridos	Custos de aquisição diferidos	Provisão para prémios não adquiridos
Acidentes e doença:						
Acidentes de trabalho	1.515.528	(180.329)	1.335.199	1.394.978	(179.390)	1.215.589
Acidentes pessoais	4.427.770	(881.307)	3.546.463	3.758.547	(751.709)	3.006.838
Doença	311.931	(61.425)	250.506	260.797	(52.159)	208.637
Incêndio e outros danos	7.130.944	(1.274.137)	5.856.807	6.481.017	(1.149.576)	5.331.441
Automóvel:						
Responsabilidade civil	5.455.737	(762.944)	4.692.793	5.049.416	(836.886)	4.212.530
Outras coberturas	2.334.884	(333.092)	2.001.792	2.084.327	(349.483)	1.734.845
Marítimo, aéreo e transportes	49.683	(9.937)	39.746	50.637	(10.127)	40.510
Responsabilidade civil geral	1.117.574	(221.957)	895.617	1.057.665	(210.976)	846.689
Outros	1.587.208	(204.487)	1.382.721	1.221.511	(161.183)	1.060.327
	<u>23.931.259</u>	<u>(3.929.615)</u>	<u>20.001.644</u>	<u>21.358.896</u>	<u>(3.701.489)</u>	<u>17.657.407</u>

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

38
HX

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com as Normas Regulamentares n.º10/2016-R, da ASF, calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos (os quais incluem metade dos adicionais relativos ao custo da apólice, acta adicional e certificado de seguro automóvel) deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

19.2 PROVISÃO PARA SINISTROS

As provisões para sinistros por ramo, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

Ramos Técnicos	Montantes expressos em Euros		
	2016		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Acidentes e doença:			
Acidentes de trabalho	38.688.741	-	38.688.741
Acidentes pessoais	4.853.481	(177.709)	4.675.773
Doença	998.671	(998.671)	-
Incêndio e outros danos	4.780.149	(759.803)	4.020.346
Automóvel:			
Responsabilidade civil	53.306.031	(1.272.531)	52.033.500
Outras coberturas	2.105.488	-	2.105.488
Marítimo, aéreo e transportes	8.042	(5)	8.037
Responsabilidade civil geral	1.282.279	-	1.282.279
Outros	825.676	(761.483)	64.193
	<u>106.848.557</u>	<u>(3.970.201)</u>	<u>102.878.356</u>

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

Montantes expressos em Euros

Ramos Técnicos	2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Acidentes e doença:			
Acidentes de trabalho	37.705.101	-	37.705.101
Acidentes pessoais	5.068.399	(177.709)	4.890.690
Doença	947.520	(947.520)	-
Incêndio e outros danos	6.646.489	(2.276.034)	4.370.455
Automóvel:			
Responsabilidade civil	55.504.620	(1.832.644)	53.671.977
Outras coberturas	1.513.300	(1.388)	1.511.912
Marítimo, aéreo e transportes	3.364	-	3.364
Responsabilidade civil geral	1.163.600	-	1.163.600
Outros	16.465	-	16.465
	<u>108.568.856</u>	<u>(5.235.293)</u>	<u>103.333.563</u>

A provisão para sinistros, incluindo as provisões para sinistros ocorridos e ocorridos mas não declarados ("IBNR") e a provisão para custos de gestão de sinistros, tem a seguinte composição, por ano de ocorrência dos sinistros:

Montantes expressos em Euros

Ano de Ocorrência dos Sinistros	2016			
	Acidentes de trabalho	Automóvel	Outros	Total
2016	7.526.986	11.254.007	6.452.216	25.233.209
2015	4.398.949	4.890.184	1.296.071	10.585.204
2014	3.359.957	5.073.334	1.237.734	9.671.025
2013	2.059.584	3.260.223	1.469.623	6.789.430
2012	2.169.126	3.428.965	828.505	6.426.596
2011	2.377.258	4.540.202	1.145.100	8.062.560
2010	1.885.787	5.335.450	141.725	7.362.962
2009	2.795.112	2.775.491	102.979	5.673.582
2008	830.591	3.816.048	2.437	4.649.076
2007	2.490.333	2.705.909	4.947	5.201.189
2006	1.905.940	2.301.888	33.124	4.240.952
2005	783.834	2.809.449	(176)	3.593.107
2004	1.110.817	2.175.200	-	3.286.017
2003	1.374.777	593.496	2.438	1.970.711
2002	937.839	325.268	-	1.263.107
2001	564.498	16.465	24.833	605.796
2000	881.187	109.939	6.742	997.868
1999	690.436	-	-	690.436
1998	545.731	-	-	545.731
	<u>38.688.742</u>	<u>55.411.518</u>	<u>12.748.297</u>	<u>106.848.557</u>

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

40

Montantes expressos em Euros

Ano de Ocorrência dos Sinistros	2015			
	Acidentes de trabalho	Automóvel	Outros	Total
2015	7.032.889	10.394.080	7.221.208	24.648.177
2014	4.522.754	6.227.991	1.719.235	12.469.980
2013	2.748.019	4.235.054	1.818.067	8.801.140
2012	3.007.726	4.649.029	905.375	8.562.130
2011	2.628.338	4.960.705	1.244.349	8.833.393
2010	1.995.905	5.676.026	421.135	8.093.067
2009	3.011.337	3.162.577	284.966	6.458.880
2008	1.056.088	4.374.681	109.511	5.540.280
2007	2.526.272	2.996.402	16.406	5.539.079
2006	2.040.790	2.523.658	44.894	4.609.302
2005	511.562	3.518.919	4.885	4.035.366
2004	1.525.515	3.196.905	11.958	4.734.378
2003	1.406.158	645.696	6.188	2.058.041
2002	964.627	325.268	-	1.289.895
2001	579.301	20.929	25.000	625.230
2000	889.863	110.000	6.742	1.006.605
1999	699.393	-	-	699.393
1998	528.433	-	5.919	534.351
1997	30.169	-	-	30.169
	<u>37.705.101</u>	<u>57.017.920</u>	<u>13.845.836</u>	<u>108.568.856</u>

Provisão para sinistros não declarados

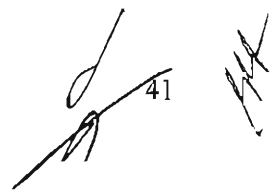
A provisão para sinistros ocorridos mas não declarados (Provisão IBNR), em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

Montantes expressos em Euros

Ramos Técnicos	2016		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquida
Acidentes e doença:			
Acidentes de trabalho	3.497.522	-	3.497.522
Acidentes pessoais	340.052	-	340.052
Doença	138.556	(138.556)	-
Incêndio e outros danos	692.804	(131.680)	561.124
Automóvel:			
Responsabilidade civil	436.402	-	436.402
Outras coberturas	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	681	-	681
Responsabilidade civil geral	218.676	-	218.676
Outros	135.295	(134.882)	413
	<u>5.459.988</u>	<u>(405.118)</u>	<u>5.054.870</u>

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

Montantes expressos em Euros



Ramos Técnicos	2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Acidentes e doença:			
Acidentes de trabalho	3.807.171	-	3.807.171
Acidentes pessoais	347.935	-	347.935
Doença	92.960	(92.960)	-
Incêndio e outros danos	578.440	(123.554)	454.885
Automóvel:			
Responsabilidade civil	420.343	-	420.343
Outras coberturas	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	358	-	358
Responsabilidade civil geral	294.898	-	294.898
Outros	1.440	-	1.440
	<u>5.543.545</u>	<u>(216.515)</u>	<u>5.327.030</u>

Os estudos actuariais têm revelado um bom nível de provisionamento das responsabilidades assumidas pela Companhia, em linha com a política conservadora que tem vindo a ser seguida. No ramo automóvel, foi constituída uma provisão para sinistros IBNR, no montante de 436.402 Euros.

Relativamente ao ramo responsabilidade civil (para os ramos geral e exploração) constituiu-se uma provisão para sinistros IBNR de 34.5%, dos custos ocorridos no exercício de 2016, tendo em consideração a experiência histórica recente da Companhia, de aparecerem novas acções judiciais relativas a anos anteriores.

No que se refere aos outros ramos, foi constituída uma provisão para sinistros IBNR no montante de 4% do total dos custos com sinistros ocorridos no exercício de 2016. Para o ramo acidentes de trabalho, a explicação desta provisão é apresentada na nota 28.2.5.

42

Provisão para custos de gestão de sinistros

A provisão para custos de gestão de sinistros ainda não encerrados, por ramos, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

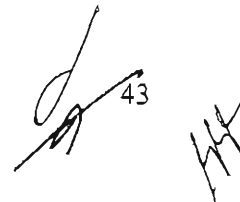
Ramos Técnicos	Montantes expressos em Euros	
	2016	2015
	Seguro directo	Seguro directo
Acidentes e doença:		
Acidentes de trabalho	800.841	712.227
Acidentes pessoais	109.720	94.640
Doença	-	-
Incêndio e outros danos	201.630	289.510
Automóvel:		
Responsabilidade civil	1.089.385	995.819
Outras coberturas	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	260	390
Responsabilidade civil geral	36.790	38.480
Outros	3.770	-
	2.242.396	2.131.066

Esta provisão corresponde a cerca de 2,1% das provisões para sinistros totais em 2016, sendo que em 2015 correspondia a 1,96% das provisões para sinistros totais.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

No que se refere ao ramo acidentes de trabalho, a provisão para sinistros a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, inclui:

	Montantes expressos em Euros					
	2016			2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Acidentes de trabalho:						
Provisão matemática:						
Pensões homologadas	14.434.114	-	14.434.114	13.600.864	-	13.600.864
Pensões definidas	4.013.900	-	4.013.900	4.078.299	-	4.078.299
Pensões presumíveis	4.036.932	-	4.036.932	4.300.221	-	4.300.221
Provisão para IBNR	1.480.091	-	1.480.091	1.138.924	-	1.138.924
	23.965.037	-	23.965.037	23.118.308	-	23.118.308
Provisão para assistência vitalícia						
Sinistros declarados	5.780.382	-	5.780.382	5.456.724	-	5.456.724
Provisão para IBNR	1.712.283	-	1.712.283	2.263.518	-	2.263.518
	7.492.665	-	7.492.665	7.720.242	-	7.720.242
Provisão para outras prestações e custos						
Sinistros declarados	6.125.051	-	6.125.051	5.749.594	-	5.749.594
Provisão para IBNR	305.148	-	305.148	404.729	-	404.729
	6.430.199	-	6.430.199	6.154.323	-	6.154.323
Provisão para custos de gestão de sinistros	800.841	-	800.841	712.227	-	712.227
	38.688.742	-	38.688.742	37.705.101	-	37.705.101



19.3 Provisão matemática

Esta provisão tem por objectivo registar as responsabilidades da Companhia com sinistros ocorridos até à data das demonstrações financeiras, que envolvam pagamentos de pensões vitalícias, já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades por pensões relativas a incapacidades permanentes, referentes a sinistros já ocorridos e que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença. Esta provisão é calculada sinistro a sinistro, mediante tabelas e fórmulas actuariais estabelecidas pela ASF.

Esta provisão destina-se também a fazer face às responsabilidades por pensões relativas a potenciais incapacidades permanentes, de sinistrados que se encontravam hospitalizados à data de relato ou que nessa data apresentavam incapacidades temporárias parciais.

A provisão matemática é calculada com base na tábua de mortalidade TV 88/90 e com uma taxa de juro de 2,75% (excepto as pensões obrigatoriamente remíveis, em que se aplica a TD 88/90, com uma taxa de juro de 5,25%, conforme Portaria nº 11/2000 de 13 de Janeiro).

A 31 de Dezembro de 2016, as Provisões matemáticas incluem: (i) o valor das provisões calculadas processo a processo, no montante de 22.484.946 Euros (não deduzindo reembolsos a emitir); (ii) um montante de 1.480.091 Euros, que engloba o IBNR para pensões presumíveis e uma verba para revisões de pensões. No total, a provisão matemática do ramo acidentes de trabalho, em 31 de Dezembro de 2016, ascende a 23.965.037 Euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2015, ascendia a 23.118.308 Euros.

Provisão para assistência vitalícia

O valor determinado para a provisão matemática inerente a estas responsabilidades é de 5.780.382 Euros. Devido à evolução da inflação nos custos com despesas médicas, a provisão de assistência vitalícia foi calculada considerando rendas vitalícias imediatas crescentes à taxa de 2%. Relativamente ao cálculo de IBNR total para a provisão de assistência vitalícia foi apurado o valor de 1.712.283 Euros.

No total, a provisão para assistência vitalícia em 31 de Dezembro de 2016, ascende a 7.492.665 Euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2015, ascendia a 7.720.242 Euros.

Provisão para outras prestações e custos

Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos futuros a incorrer com indemnizações por salários perdidos, assistência ambulatoria e outras despesas hospitalares, referentes a sinistros do ramo acidentes de trabalho ocorridos no ano ou em anos anteriores. Em 31 de Dezembro de 2016, o valor destas responsabilidades reconhecidas em processos de sinistro abertos e não encerrados ascende a 6.125.051 Euros (em 2015: 5.749.594 Euros). Em 31 de Dezembro de 2016, foi constituída uma provisão IBNR de 305.148 Euros, aplicando-se o modelo estocástico Bootstrap considerando a medida de risco VaR de 70%.

No total, a provisão para outras prestações e custos em 31 de Dezembro de 2016, ascende a 6.430.199 Euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2015, ascendia a 6.154.323 Euros.

44

Provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR)

Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo das provisões IBNR no ramo acidentes de trabalho (excepto pensões) totalizam 2.017.431 Euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2015 ascendiam a 2.668.247 Euros.

Provisão para custos de gestão de sinistros

Esta provisão destina-se a fazer face aos encargos futuros com a gestão de sinistros ainda não encerrados à data de balanço. Em 31 de Dezembro de 2016, o saldo desta provisão, é de 800.841 Euros, enquanto em 31 de Dezembro de 2015, ascendia a 712.227 Euros.

O saldo adicionado da provisão para outras prestações e gastos, 6.430.199 Euros, e da provisão para custos de gestão de sinistros, 800.841 Euros, corresponde a 48% dos prémios brutos do ramo acidentes de trabalho emitidos no exercício (sendo superior ao mínimo de 25% previsto na norma regulamentar N.º 10/2016-R, de 15 de Setembro).

Efeitos de alteração no pressuposto de taxa de juro sobre as provisões para sinistros

Como referido acima, as provisões matemáticas são calculadas com base na tábua de mortalidade TV 88/90, considerando uma taxa de juro de 2,75% (excepto as pensões obrigatoriamente remíveis, em que se aplica a TD/88/90, com uma taxa de juro de 5,25%, conforme Portaria n.º 11/2000 de 13 de Janeiro).

Em 2016 a taxa de desconto utilizada para o cálculo das provisões matemáticas de acidentes de trabalho, mantém-se em 2,75%, no sentido de a mesma acompanhar a evolução das taxas de juro do mercado.

Apresentamos de seguida, uma análise da sensibilidade desta provisão matemática de acidentes de trabalho, excluindo as pensões obrigatoriamente remíveis e excluindo IBNR, a alterações na taxa de juro para actualização dos fluxos de caixa futuros.

	Montantes expressos em Euros				
	Taxa de juro				
	1,75%	2,25%	2,75%	3,25%	3,75%
Provisão matemática (excepto obrigatoriamente remíveis)	22.044.688	20.564.332	19.242.902	18.072.784	17.019.205
Impacto	2.801.786	1.321.430	-	(1.170.118)	(2.223.697)

O quadro seguinte apresenta uma análise da sensibilidade da provisão matemática de acidentes de trabalho (apenas a parte respeitante às pensões obrigatoriamente remíveis), excluindo IBNR, a alterações na taxa de juro para actualização dos fluxos de caixa futuros.

	Montantes expressos em Euros				
	Taxa de juro				
	4,25%	4,75%	5,25%	5,75%	6,25%
Provisão matemática (apenas obrigatoriamente remíveis)	3.493.937	3.302.495	3.129.232	2.971.995	2.828.729
Impacto	364.705	173.263	-	(157.247)	(300.502)

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.



No que diz respeito à provisão para assistência vitalícia, os impactos resultantes de alterações no pressuposto da taxa de juro, estão apresentados no quadro seguinte:

	Montantes expressos em Euros				
	Taxa de juro				
	1,75%	2,25%	2,75%	3,25%	3,75%
Provisão para assistência vitalícia	7.009.203	6.379.090	5.780.382	5.360.850	4.947.097
Impacto	1.228.821	598.708	-	(419.532)	(833.284)

19.4. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

Ramos Técnicos	Montantes expressos em Euros			
	Saldo de balanço		Variação em ganhos e perdas	
	2016	2015	2016	2015
Acidentes e doença:				
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais	-	-	-	-
Doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	1.388.688	1.148.703	239.985	249.542
Automóvel:				
Responsabilidade civil	-	-	-	-
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
	<u>1.388.688</u>	<u>1.148.703</u>	<u>239.985</u>	<u>249.542</u>

Esta provisão aumentou para 1.388.688 Euros em 2016, o que representa uma variação de 239.985 Euros, relativamente a 2015.

46

19.5. PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO

A provisão para riscos em curso, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

Ramos Técnicos	Montantes expressos em Euros			
	Saldo de balanço		Variação em ganhos e perdas	
	2016	2015	2016	2015
Acidentes e doença:				
Acidentes de trabalho	-	445.294	(445.294)	(658.500)
Acidentes pessoais	-	-	-	-
Doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	(343.767)
Automóvel:				
Responsabilidade civil	2.891.886	1.895.013	996.873	(137.755)
Outras coberturas	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	6.504	(6.504)	6.504
Outros	-	-	-	-
	<u>2.891.886</u>	<u>2.346.811</u>	<u>545.075</u>	<u>(1.133.519)</u>

A provisão para riscos em curso é constituída nos ramos em que se verifique que o rácio: ((Custos com sinistros ocorridos no ano, líquidos de resseguro + Custos de exploração, líquidos de resseguro + Prémios adquiridos de resseguro cedido - Valor dos rendimentos a considerar) / Prémios brutos adquiridos no ano n), excede os 100%.

No ramo automóvel, esta provisão aumentou de 1.895.013 Euros em 31 de Dezembro de 2015, para 2.891.886 Euros em 31 de Dezembro de 2016, traduzindo num aumento do referido rácio de 113,8% para 119,0%. De notar que o elevado rácio no ramo automóvel está associado a uma política de provisionamento conservadora neste ramo, o qual tende a reduzir-se nos anos seguintes, tendo em conta os reajustamentos posteriores às provisões para sinistros.

No ramo acidentes de trabalho, não foi constituída qualquer provisão, em 31 de Dezembro de 2016, reflectindo uma diminuição (445.294 Euros).

No ramo responsabilidade civil geral, não foi constituída qualquer provisão, em 31 de Dezembro de 2016, reflectindo uma diminuição (6.504 Euros).

Em 31 de Dezembro de 2016 o rácio de sinistralidade do ramo incêndio e outros danos fixou-se em 45% comparativamente com 41% em 31 de Dezembro de 2015.

20. PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento respeitam a contratos de taxa garantida,

sem participação nos resultados discricionária, valorizados ao custo amortizado e a contratos em que o risco de investimento é do tomador de seguro.

A evolução entre 31 de Dezembro de 2015 e 2016 é analisada como se segue:

	Montante gerido em 31/12/2015	Montantes		Variações de ganhos e perdas (juro técnico)	Montante gerido em 31/12/2016
		Entradas	Saídas		
Valorizados ao custo amortizado	252.277.846		35.488.809	14.224.633	231.013.670
Valorizados ao justo valor por via de resultados		1.556.277	40.781	-37.007	1.478.489
Total	252.277.846	1.556.277	35.529.590	14.187.625	232.492.158

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pela Companhia em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

A rubrica de Outros passivos financeiros é detalhada como se segue:

	2016	2015
Outros passivos financeiros		
Passivos subordinados		
Capital	44.000.000	44.000.000
Juros decorridos	33.333	33.333
Depósitos recebidos de resseguradores	300.221	342.657
Outros	3.522.749	4.018.756
Total	47.856.303	48.394.746

A CA Vida realizou no dia 22 de Dezembro de 2015 uma emissão de obrigações perpétuas subordinadas no montante de 40.000.000 de Euros, correspondente a 400.000 obrigações com valor nominal de 1.000 Euros cada uma, destinada exclusivamente às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo pertencentes ao Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo ("SICAM"), sendo realizada através de oferta particular e directa, antecipando os requisitos de capital necessários no regime prudencial de Solvência II.

Para este empréstimo não foi estabelecida data de vencimento para as obrigações, as quais não poderão ser reembolsadas, no todo ou em parte, antes de decorridos cinco anos após a data de emissão e sem aprovação prévia da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A CA Seguros tem um empréstimo subordinado concedido em 23 de Dezembro de 2002 pela Caixa Central, no valor de € 4.000.000 o qual não tem prazo de reembolso definido e vence juros à taxa Euribor a um ano acrescida de um ponto percentual. O reembolso deste empréstimo será efectuado de uma só vez, com pré-aviso de cinco anos por parte da Companhia à Caixa Central ou mediante acordo prévio da ASF, sendo dispensado, neste caso o pré-aviso anteriormente referido.

Em 31 de Dezembro de 2016, a CA Seguros mantinha um depósito da resseguradora CARDIF Assurances Risques Divers, no montante de 300.221 Euros, e em 31 de Dezembro de 2015, 342.657 Euros, resultante da retenção de prémios de resseguro cedido não adquiridos. Em 2016, o montante dos juros pagos a esta resseguradora foi de 12.343 Euros, e em 2015, 14.319 Euros.

Na rubrica de Outros encontram-se contabilizados os empréstimos e descobertos bancários detidos junto da CCCAM e correspondentes juros.

22. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGURO E OUTRAS OPERAÇÕES

Os saldos de credores por operações de seguro directo e outras operações, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a pagar por operações de seguro directo:		
Contas correntes das CCAM	11.527.070	10.270.284
Rcebidos de prémios recebidos antecipadamente	933.180	316.607
Sinistros a pagar	431.671	325.714
Tomadores de seguro	<u>3.247</u>	<u>1.249</u>
	<u>12.895.168</u>	<u>10.913.854</u>
Contas a pagar por operações de resseguro e co-seguros		
Por operações de resseguro	<u>3.255.632</u>	<u>3.115.114</u>
	3.255.632	3.115.114
Contas a pagar por outras operações		
Suprimentos e juros	133.274.356	131.172.332
Outros credores e Fornecedores	2.478.004	5.732.147
Depósitos bancários (saldos credores - cheques em trânsito)	<u>1.156.137</u>	<u>544.019</u>
	<u>136.908.497</u>	<u>137.448.499</u>
	<u>153.059.297</u>	<u>151.477.467</u>

O valor da rubrica contas correntes das CCAM respeita na sua quase totalidade às remunerações de mediação de seguros a pagar às CCAM, relativas ao segundo semestre de 2016, apuradas à data de 31 de Dezembro de 2016, e entretanto pagas durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2017.

A rubrica de Suprimentos e juros apresenta o seguinte detalhe, excluindo juros:

<u>Entidade</u>	<u>Montante</u>	<u>Data de Início</u>	<u>Reembolso</u>	<u>Remuneração</u>
Caixa Central	102.163.842	31-10-2016	1 ano, com renovações automáticas de igual período	taxa fixa 0,5%
Caixa Central	24.000.000	11-12-2015	1 ano, com renovações automáticas de igual período	taxa fixa 0,5%
Caixa Central	5.000.000	28-04-2016	1 ano, com renovações automáticas de igual período	taxa fixa 0,5%
Caixa Central	2.000.000	26-12-2016	1 ano, com renovações automáticas de igual período	taxa fixa 0,5%
	<u>133.163.842</u>			

23. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a estrutura accionista da CA SGPS é a seguinte:

	2016		2015	
	N ° de acções	%	N ° de acções	%
Accionistas:				
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	62.500	100%	62.500	100%
	<u>62.500</u>	100%	<u>62.500</u>	100%

24. Reserva de reavaliação e reserva por impostos diferidos

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros disponíveis para venda. Esta reserva não poderá ser distribuída.

Os valores reconhecidos na reserva por impostos diferidos correspondem à aplicação de uma taxa de imposto de 25%, sobre os valores reconhecidos nas reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor.

25. Reserva Legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

26. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O movimento nos interesses que não controlam durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresenta-se de seguida:

Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2015	29.966.717
	=====
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam:	
Crédito Agrícola Seguros	102.659
Agrocapital SCR	10.187
Credito Agrícola Seguros & Pensões SGPS	1.913.273
Credito Agrícola Vida	60.572
Credito Agrícola Informática	49.030

	2.135.722
Variação nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	(94.114)

Interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2016	32.008.325

27. PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Ramo Vida

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro referentes ao ramo Vida são analisados como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prémios brutos emitidos	166.822.692	342.946.819
Prémios de resseguro cedido	-6.653.447	-6.240.514
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	<u>160.169.245</u>	<u>336.706.306</u>

Os prémios de resseguro cedido dizem exclusivamente respeito às coberturas dos produtos de risco.

De acordo com os princípios de classificação da IFRS 4, os valores recebidos relativamente a contratos de seguro que apenas transferem risco financeiro sem participação nos resultados são classificados como contratos de investimento e contabilizados no passivo. Desta forma, os valores recebidos de contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

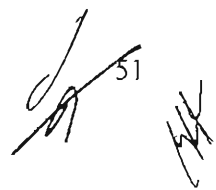
Ramo Não Vida

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro referentes ao ramo Não Vida são analisados como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prémios brutos emitidos	95.890.022	87.075.428
Prémios de resseguro cedido	19.336.328	18.330.523
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-2.572.362	-762.763
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	483.440	282.237
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	<u>74.464.772</u>	<u>68.264.378</u>

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou fracções de prémios respeitantes a períodos de risco nos respectivos exercícios.

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.



28. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Ramo Vida

Os custos com sinistros líquidos de resseguro referentes ao ramo Vida são analisados como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Seguro direto	<u>225.384.104</u>	<u>217.161.929</u>
Montantes pagos	226.374.007	214.190.391
Prestações	225.643.629	213.568.050
Custos de gestão de sinistros imputados	730.378	622.341
Provisão para sinistros (variação)	-989.903	2.971.538
Resseguro cedido	<u>-2.843.087</u>	<u>-3.061.855</u>
Montantes pagos	-2.594.981	-3.896.024
Provisão para sinistros (variação)	-248.106	834.169
Resseguro cedido	<u>222.541.017</u>	<u>214.100.074</u>

Ramo Não Vida

Os custos com sinistros líquidos de resseguro referentes ao ramo Não Vida são analisados como se segue:

Montantes expressos em Euros

Ramos técnicos	2016			2015		
	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido	Seguro directo	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos:						
Acidentes e doença:						
Acidentes de trabalho	8.974.615	10.342	8.984.957	7.889.073	3.726	7.892.799
Acidentes pessoais	1.684.594	-	1.684.594	1.137.530	-	1.137.530
Doença	3.277.317	(3.277.317)	-	2.805.595	(2.805.595)	-
Incêndio e outros danos	13.087.896	(3.772.343)	9.315.553	8.698.561	(1.313.625)	7.384.936
Automóvel:						
Responsabilidade civil	10.968.187	(108.020)	10.860.167	10.263.438	-	10.263.438
Outras coberturas	6.115.324	-	6.115.324	4.761.982	-	4.761.982
Marítimo, aéreo e transportes	12.273	(121)	12.152	8.790	-	8.790
Responsabilidade civil geral	737.534	-	737.534	908.610	-	908.610
Outros	2.867.716	(2.793.266)	69.250	20.975	-	20.975
	47.725.456	(9.945.626)	37.779.630	36.494.553	(4.115.493)	32.379.060
Custos de gestão imputados	3.982.453	-	3.982.453	3.890.377	-	3.890.377
	51.707.909	(9.945.626)	41.762.083	40.384.930	(4.115.493)	36.269.437
Variação da provisão para sinistros:						
Acidentes de trabalho	835.360		835.360	3.525.321	-	3.525.321
Acidentes pessoais	(189.464)	(354)	(189.818)	818.044	43	818.087
Doença	51.151	(51.151)	-	30.996	(30.996)	-
Incêndio e outros danos	(2.217.263)	1.465.290	(751.973)	911.653	(1.115.033)	(203.380)
Automóvel:						
Responsabilidade civil	(2.283.020)	563.113	(1.722.907)	(235.079)	(734.636)	(970.515)
Outras coberturas	588.308	-	588.388	(193.963)	-	(193.963)
Marítimo, aéreo e transportes	4.678	(5)	4.673	(7.570)	-	(7.570)
Responsabilidade civil geral	118.430	-	118.430	(209.974)	-	(209.974)
Outros	791.707	(761.125)	30.578	16.465	-	16.465
	(2.360.012)	1.212.764	(1.087.248)	4.655.092	(1.880.621)	2.774.471
	49.407.896	(8.733.062)	40.674.835	45.040.022	(5.996.114)	39.043.908

Refira-se que a variação da provisão para sinistros não coincide com a diferença entre os valores das provisões para sinistros em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, devido ao facto de a variação da provisão para sinistros ser também afectada: (i) pela dedução dos montantes recuperáveis relativos a reembolsos a emitir, reconhecidos na rubrica de outros devedores, no activo, e (ii) pela variação das responsabilidades futuras estimadas, relativas a entregas a efectuar ao Fundo para Acidentes de Trabalho ("FAT"), reconhecidas como um passivo por impostos.

29. OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

Ramo Vida

A variação das outras provisões técnicas, líquidas de resseguro referentes ao Ramo Vida, decompõe-se da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para estabilização de carteira	12.089.490	-1.606.280
Prémios de resseguro cedido	10.903.246	-8.462.920
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	<u>-1.186.244</u>	<u>10.069.200</u>

No que respeita à provisão para estabilização de carteira, a mesma foi desmobilizada na sua totalidade em 2016, no montante de 12.089.490 Euros. Esta provisão tinha sido constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte e tarifados com base numa taxa única, com objectivo de fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro.

No âmbito de Solvência II, estes contratos foram projectados até ao seu termo, considerando-se os prémios futuros, uma vez que a grande maioria dos produtos em carteira, apesar de serem temporários anuais renováveis, têm durações pré-definidas, algumas com bastante longevidade, e as tarifas de cada produto permanecem inalteradas durante todo o prazo dos contratos.

No que respeita à provisão para compromissos de taxa, a variação da mesma ficou a dever-se essencialmente à descida da curva de taxas de juro disponibilizada pela EIOPA.

30. PROVISÃO MATEMÁTICA DO RAMO VIDA, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados.

31. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Ramo Vida

Os custos e gastos de exploração líquidos referentes ao ramo Vida são analisados como se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição - Remunerações de mediação	12.123.815	11.488.795
Custos de aquisição imputados	2.938.659	2.593.744

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

Custos gestão de fundos de pensões	59.896	51.397
	15.122.371	14.133.936
Gastos administrativos imputados	4.409.539	3.928.299
Comissão e participação nos resultados de resseguro	-2.662.355	-2.258.706
Custos de exploração líquidos	<u>16.869.555</u>	<u>15.803.529</u>

Os custos por natureza (custos indirectos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros, a custos com investimentos e a custos de gestão de fundos de pensões.

A metodologia de imputação utilizada em 2016 foi consistente com a adoptada em 2015.

Ramo Não Vida

Os gastos por funções, em 2016 e 2015, são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos de aquisição - Remunerações de mediação	18.583.770	16.770.709
Custos de aquisição imputados	4.161.147	4.708.997
Custos de aquisição diferidos	-228.125	-361.806
Gastos administrativos imputados	8.548.787	8.430.219
Comissão e participação nos resultados de resseguro	-3.055.475	-2.706.008
Custos de exploração líquidos	<u>28.010.104</u>	<u>26.842.111</u>

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

55
MM

32. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categoria de activos financeiros decompõe-se da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	58.506.810	63.132.781
<u>Activos disponíveis para venda</u>		
Juros	50.968.904	55.250.846
Amortização segundo a taxa efectiva de títulos de dívida	3.892.476	4.470.008
Títulos de rendimento fixo de dívida pública	2.372.568	2.085.879
Títulos de rendimento fixo de outros emissores	1.072.448	965.494
<u>Empréstimos concedidos e contas a receber</u>		
Juros	0	70.101
<u>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</u>		
Juros	163.323	226.906
<u>Outros rendimentos</u>		
Outros	37.091	63.547
Outros	10.710.126	13.211.701
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>		
Juros - swaps	5.866.736	7.116.432
<u>Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</u>		
Juros	4.044.397	4.186.070
<u>Activos disponíveis para venda</u>		
Dividendos	138.332	809.145
<u>Outros rendimentos</u>		
Outros	660.661	1.100.054
Total	69.216.936	76.344.482

33. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros é analisada da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	14.552.204	8.011.540
<u>Ativos disponíveis para venda</u>		
Custos amortizado pela taxa efectiva	13.715.826	7.762.241
Outros	836.378	249.299
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	14.224.633	8.549.756
Outros	11.701.323	11.033.207
<u>Ativos financeiros detidos para negociação</u>		
Juros decorridos - swaps	5.017.225	5.355.796
Upfront payment - swaps	659.718	826.708
Comissões - futuros	11.247	0
<u>Gastos imputados à função investimentos</u>	6.013.133	4.850.703
Total	40.478.160	27.594.503

56

34. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

A 31 de Dezembro de 2016 a rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor apresentava a seguinte composição:

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Activos disponíveis para venda						
<u>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</u>						
De emissores públicos	18.485.366	5.132.878	13.352.488	29.647.373	30.976.594	-1.329.221
De outros emissores	1.629.479	3.377.130	-1.747.651	9.632.631	9.330.750	301.881
Outros ganhos e perdas	0	2.989.049	-2.989.049	0	840.033	-840.033
<u>Ações</u>	483.667	2.049.401	-1.565.734	9.089.878	364.660	8.725.218
<u>Outros títulos de rendimento variável</u>	1.179.961	2.162.046	-982.085	4.563.896	70.451	4.493.445
Subtotal	21.778.473	15.710.504	6.067.969	52.933.778	41.582.488	11.351.290
<u>Anulação Consolidado</u>	0	0	0	0	0	6.626.400
Total	21.778.473	15.710.504	6.067.969	52.933.778	41.582.488	4.724.890

35. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

A rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas apresenta a seguinte composição de saldos a 31 de Dezembro de 2016:

	2016			2015		
	Ganhos	Perdas	Total	Ganhos	Perdas	Total
Activos financeiros ao justo valor por via de ganhos e perdas classificados como detidos para negociação						
<u>Derivados detidos para negociação</u>						
Futuros	4.268.014	2.578.827	1.689.187	0	0	0
Swaps	476.282	213.299	262.983	136.172	705.878	-569.706
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas						
Ganhos e perdas realizados						
<u>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</u>						
De emissores públicos	0	333	-333	1.553	501	1.052
De outros emissores	12.090	5.936.835	-5.924.745	0	0	0
Ganhos e perdas pela alteração do justo valor						
<u>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</u>						
De emissores públicos	0	79.434	-79.434	0	0	0
De outros emissores	18.133.894	593.942	17.539.952	1.147.721	15.591.594	-14.443.873
Passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas						
<u>Variações do justo valor de passivos financeiro de contratos de seguros</u>	99.275	53.268	37.007	0	0	0
Total	22.980.565	9.455.938	13.524.627	1.285.446	16.297.973	-15.012.527

36. PERDAS DE IMPARIDADE, LÍQUIDAS DE REVERSÃO

A rubrica de perdas de imparidade desagrega-se como se segue:

	2016	2015
<u>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</u>		
De outros emissores	6.501.379	31.445
<u>Ativos não correntes detidos para venda - Imóveis</u>	1.374.760	0
<u>Outros devedores</u>	-107.038	4.377.750
Total	7.769.101	4.409.195

38. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Como previsto na norma IFRS7 e para efeitos de apresentação, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Cotações em mercado activo. Neste nível englobam-se os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (bids executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado. Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos que utilizam dados observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis em mercado. Englobam-se neste nível os instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente inputs não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou valorizados com base em bids indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

2016	Nível 1	Nível 2	Total
Activos financeiros detidos para negociação		23.900.380	23.900.380
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	7.493.531	77.952.006	85.445.537
Activos disponíveis para venda	1.910.070.498	23.114.590	1.933.185.088
	1.917.564.029	124.966.976	2.042.531.005

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da elaboração e conclusão das presentes Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo CA SGPS, não se verificava nenhum evento subsequente a 31 de Dezembro de 2016, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 - Acontecimentos após a data do balanço.

A RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Susana Alves

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Rua Castilho nºs 233/233-A – 1099-004 Lisboa

ANEXO I – INVENTÁRIO DE TÍTULOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

CA Vida

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balança	
Código	Designação						unitário	Total
PTSQUBHM0002	CA Património Crescente	653 762			11,47	7.498.421	15,25	9.970.132
PTOTEMOE0018	OT 4.45% 15/06/18		6.125.000	87,65%		5.380.606	108,80%	6.664.071
PTOTEMOE0027	OT 4.75% 14/06/19		28.765.000	114,20%		32.850.162	112,63%	32.387.369
PTOTEMOE0029	OT 4.8% 15/06/20		18.800.000	110,63%		20.793.540	114,20%	21.469.974
PTOTEQDE0015	PGB 5.65% 15/02/24		1.247.000	120,87%		1.507.249	119,44%	1.489.415
LU0256881128	Allianz RCM Europe Equity Growth-IT	3.145			2.080,60	6.542.951	2.571,58	8.086.943
LU0272941112	Amundi Funds-Abs Vol Eur Equities	3.425			1.482,25	5.075.695	1.460,11	5.000.176
IE00B3TH3V40	BNY Mellon Absolute Return Equity Fund	708.010			1,16	822.000	1,17	827.452
LU0411704413	BlackRock Str Fd-Europ Abs Rtn-ABS-A	20.288			130,62	2.648.396	123,90	2.513.662
PTYCFFLM0009	CA Açoes Europa (UP)	952.525			3,77	3.587.858	4,10	3.905.925
FR0010813105	Candriam Diversified Futures-I	471			10.723,67	5.045.935	11.202,05	5.271.035
LU0304860645	Candriam Equities L Europe OPTS	49.804			148,86	7.413.703	148,42	7.291.890
LU0641746143	DNCA Invest Miun	39.640			127,32	5.047.000	128,99	5.113.199
LU0318940003	Fidelity Funds-European Dynamic Growth	314.916			13,17	4.148.494	17,02	5.358.868
IE00B527HL34	Fundlogic Alt. PLC Saler Conv. Abs. Ret. Fund	34.025			101,07	3.439.000	99,96	3.401.173
LU004139078	Invesco Global Targeted Returns Eur	493.611			11,20	5.528.000	11,30	5.575.732
LU0935229152	Nalix AM FDS- Seeyond MINV-A	375			16.467,43	6.179.087	16.982,42	8.372.329
LU0915363070	Nordea 1 SICAV-Flexible Fixed Income Fund	46.900			108,23	5.076.000	107,06	5.021.127
LU0941348807	Pictet Multi-Asset Global Opportunities	44.019			114,25	5.029.000	120,19	5.280.591
LU0771687610	Pioneer Funds - European Potential - I	4.531			1.426,72	6.484.818	1.557,55	7.057.648
LU0848002365	UBS Lux Equity EU OPPUNCEUR-0A	51.117			152,46	7.793.091	138,78	7.094.008
BE0000334434	BGB 0.8% 22/06/25		31.700.000	103,24%		32.728.190	104,04%	32.981.257
BE0000337460	BGB 1% 22/06/26		18.800.000	107,06%		20.126.904	104,82%	19.705.978
BE0000379384	BGB 1.25% 22/06/18		959.000	100,58%		954.539	103,48%	992.513
IT000526491	BTPS 0.35% 01/11/21		18.400.000	97,78%		27.773.681	98,87%	28.078.378
IT0005210650	BTPS 1.25% 01/12/26		28.900.000	96,33%		28.801.660	95,07%	28.425.254
IT0006094088	BTPS 1.65% 01/03/32		6.100.000	98,72%		6.021.965	94,44%	5.760.933
IT0004992308	BTPS 2.5% 03/05/19		3.000.000	103,86%		3.115.800	106,27%	3.188.081
IT0005024234	BTPS 3.5% 01/03/30		29.577.000	115,47%		34.151.678	116,84%	34.557.734
IT0004907843	BTPS 3.5% 01/06/18		179.000	107,93%		193.185	105,47%	188.787
IT0004968401	BTPS 3.75% 01/05/21		2.400.000	108,66%		2.607.594	114,58%	2.750.197

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

[Handwritten Signature]
59

IT0004008673	BTPS 3.75% 01/08/21	70.950.000	116,52%	24.410.388	116,26%	24.381.004
IT0003493258	BTPS 4,25% 01/02/19	1.630.000	103,94%	1.746.120	110,86%	1.862.237
IT0004381041	BTPS 4,5% 01/08/18	2.700.000	113,94%	3.076.407	109,25%	2.949.722
IT0004773480	BTPS 4,50% 01/02/18	875.000	99,54%	970.487	107,03%	1.043.579
IT0004853417	BTPS 4,50% 01/03/17	22.278.000	122,42%	27.272.008	123,33%	27.476.380
IT0004889033	BTPS 4,75% 01/09/28	50.366.000	123,38%	67.139.269	130,15%	65.550.196
IT0003242747	BTPS 5,25% 01/09/17	2.575.000	101,98%	2.626.077	105,39%	2.717.904
IT0004848583	BTPSM 0 01/02/19	3.560.000	70,61%	2.506.507	100,04%	3.551.420
IT0004848716	BTPSS 0 01/08/18	5.130.000	77,22%	3.705.000	100,15%	5.137.541
DE0001102309	DBR 1,50% 15/02/23	1.450.000	98,00%	1.420.947	112,65%	1.633.350
FR0013200813	FRTR 0,25% 25/11/26	17.600.000	86,59%	16.989.080	85,87%	16.872.884
FR0013131877	FRTR 0,5% 25/05/26	4.400.000	102,19%	4.493.632	99,32%	4.371.005
FR0011394345	FRTR 1% 25/05/18	2.000.000	102,59%	2.051.890	101,96%	2.058.215
FR0011337690	FRTR 2,25% 25/10/22	25.200.000	112,86%	28.440.929	114,00%	28.726.743
IE000J38CQ36	IRISH 0,8% 15/03/22	24.000.000	100,00%	24.456.816	105,42%	25.300.274
IE000J38CR43	IRISH 2,4% 15/05/30	21.400.000	112,83%	24.144.820	116,44%	24.918.659
IE00028HXX02	IRISH 4,50% 18/10/18	4.380.000	78,69%	3.446.577	110,07%	4.818.978
IE0008DLL038	IRISH 5,5% 18/10/17	51.779.000	104,96%	54.245.421	106,01%	54.889.365
NL0011819040	NETHER 0,5% 15/11/26	500.000	101,11%	505.525	101,57%	507.803
NL0010418910	NETHER 1,75% 15/07/23	6.377.000	105,97%	6.757.989	113,21025	7.231.025
PTPBTJGE0024	PORTB 0 20/01/2017	32.325.000	100,01%	32.328.818	100,01%	32.328.233
AT0000A12B08	RAGB 1,15% 19/10/18	2.030.000	100,38%	2.057.819	102,49%	2.121.484
AT0000A185T1	RAGB 1,65% 21/10/24	34.360.000	109,92%	37.350.339	112,40%	38.552.843
ES0000072808	SPGB 0,75% 30/07/21	8.200.000	102,31%	8.389.420	107,50%	8.406.118
ES00000178H5	SPGB 1,3% 31/10/26	9.400.000	98,58%	9.288.050	99,44%	9.347.572
ES000002821	SPGB 1,6% 30/04/25	14.000.000	105,46%	14.764.540	104,54%	14.636.156
ES00000127A2	SPGB 1,95% 30/07/20	9.400.000	104,95%	9.865.300	102,69%	9.653.053
ES000002402	SPGB 2,1% 30/04/17	1.560.000	104,31%	1.564.650	102,23%	1.533.519
ES00000174V3	SPGB 3,8% 30/04/24	58.743.000	114,42%	67.214.093	122,61%	72.072.256
ES00000121A5	SPGB 4,1% 30/07/18	6.045.000	94,77%	5.728.580	108,62%	6.566.224
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/23	878.000	103,18%	949.818	124,39%	1.092.147
ES0000012307	SPGB 4,50% 31/01/18	2.500.000	103,30%	2.587.503	109,28%	2.732.096
ES00000121L2	SPGB 4,8% 30/07/19	2.040.000	114,74%	2.340.045	114,00%	2.325.613
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/28	56.446.000	127,17%	71.784.688	138,11%	78.519.582
ES00000123B8	SPGB 5,5% 30/04/21	3.510.000	126,25%	4.386.230	126,42%	4.437.229
ES0000012783	SPGB 5,5% 30/07/17	2.925.000	98,76%	2.868.651	105,68%	3.091.156
ES00000123K0	SPGB 5,85% 31/01/22	17.580.000	129,33%	22.736.283	137,72%	23.322.000
XS1072141861	ADIFAL 3,5% 27/05/24	7.000.000	102,46%	7.173.543	118,74%	8.311.899
XS1017435782	BANDES 3,625% 21/01/19	2.200.000	95,10%	2.092.200	106,68%	2.346.850
EU000A1287U3	ESMTB 0% 18/05/17	2.300.000	100,24%	2.305.456	100,21%	2.304.715
XS0925003737	GBKOR 2% 30/04/20	2.400.000	100,00%	2.400.051	107,52%	2.580.371
ES0378641155	FADE 3,875% 17/03/18	500.000	105,89%	529.630	107,88%	538.416
ES0378641114	FADE 4,875% 17/12/17	600.000	101,10%	606.600	104,98%	679.862
XS0900792473	ICD 4% 30/04/18	200.000	102,18%	204.310	108,27%	216.550
XS0428862921	ICD 4,375% 20/05/19	6.575.000	92,88%	6.106.740	113,22%	7.444.012
XS0736467159	ICD 4,625% 31/01/17	6.060.000	98,00%	6.810.810	104,36%	7.266.581
ES0000101802	MADRID 4,125% 21/05/24	6.600.000	100,06%	6.605.154	122,41%	8.079.292
ES0000101396	MADRID 4,688% 12/03/20	1.700.000	117,60%	1.999.146	117,75%	2.001.803
XS0540501359	RATFPF 2,875% 09/09/22	750.000	93,07%	743.048	116,60%	874.478
XS1052877207	AALLN1 75% 03/04/18	4.400.000	91,98%	4.047.120	107,80%	4.517.969
XS1014539289	ABBREY 2% 14/01/19	2.760.000	100,75%	2.720.233	105,80%	2.856.479
XS1520887683	ABBVO 3,75% 18/11/19	3.000.000	100,04%	3.001.050	100,86%	3.020.256
XS0602534637	ABESM 5,75% 08/03/18	2.600.000	102,18%	2.658.804	111,24%	2.892.282
XS1348254573	ABNANV 2,875% 18/01/28 - 23	2.700.000	89,09%	2.675.481	108,12%	2.919.283
XS1508972046	ACEIM 1% 24/10/26	1.900.000	98,38%	1.869.163	95,02%	1.805.462
XS108783688	ACEIM 1,625% 15/07/24	3.450.000	90,49%	3.421.395	110,93%	3.876.927
FR0012861821	ADPPF 1,5% 24/07/21	1.100.000	107,35%	1.114.891	106,84%	1.173.090
XS1004226185	ADRIE 3,25% 20/07/21	1.000.000	99,82%	988.740	113,38%	1.133.626
XS1004874621	AEMSPA 3,625% 13/01/22	5.550.000	101,84%	5.651.859	118,14%	6.556.672

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

60
MK

XS1148074518	ALB 1.675% 08/12/21	6.247.000	97,04%	6.056.986	105,06%	6.557.730
XS1074479384	AMXLLM 1% 04/08/18	3.700.000	100,00%	3.699.959	101,71%	3.763.431
XS1316567343	ATLIM 1.125% 04/11/21	1.000.000	101,72%	1.017.200	103,44%	1.034.377
IT0005108490	ATLIM 1.625% 12/06/23	1.800.000	100,01%	1.800.138	104,82%	1.886.870
XS1490131056	AVLN 6.1% 13/12/18	2.700.000	99,97%	2.699.217	100,13%	2.703.454
ES0370148019	AYTCE0 4.75% 04/12/18	4.100.000	96,40%	3.952.227	108,46%	4.489.146
XS0736300293	BAA 4.375% 25/01/17	1.350.000	100,27%	1.353.699	104,34%	1.408.597
XS0530879658	BAC 4.625% 07/08/17	1.050.000	103,03%	1.081.789	104,67%	1.099.004
XS0408681821	BAC 4.75% 03/04/17	3.700.000	99,22%	3.671.252	104,76%	3.875.998
XS0479945353	BACR 4% 20/01/17	400.000	97,91%	391.849	103,98%	415.918
XS0955552178	BANBRA 3,75% 25/07/18	13.550.000	102,40%	13.874.959	104,38%	14.145.056
IT0004067658	BANCAR 3,875% 24/10/18	10.000.000	100,23%	11.075.630	105,56%	11.611.811
XS1016720853	BBVASM 2,275% 22/01/19	3.300.000	101,29%	3.342.586	106,87%	3.529.653
XS0872702112	BBVASM 3,75% 17/01/18	2.800.000	99,91%	2.997.660	107,41%	2.792.603
XS1190663952	BBVASM 6,75% 29/12/19 - 20	6.200.000	99,96%	6.197.619	96,38%	5.975.511
ES0413307127	BKQASM 1% 14/03/23	3.500.000	100,38%	3.513.449	103,02%	3.606.595
XS1014670733	BKTR 3,25% 15/01/19	5.000.000	107,18%	5.359.001	109,41%	5.470.490
ES0413673178	BKTSM 4,125% 22/03/17	500.000	99,86%	499.300	104,10%	520.483
XS1321956333	BMW 0,875% 17/11/20	3.800.000	100,25%	3.809.441	103,15%	3.919.718
XS0582852375	BNP 3,75% 25/11/20	1.000.000	98,51%	985.080	114,31%	1.143.069
XS1247508903	BNP 6,125% 29/12/18 - 22	3.000.000	100,00%	3.000.000	104,97%	3.149.207
PTBSSG0E0009	BRCOR0 6,875% 02/04/18	9.000.000	105,58%	9.502.596	113,50%	10.214.921
XS1457608101	C 0,75% 26/10/23	2.000.000	99,63%	2.889.386	98,21%	2.848.108
ES0440609040	CABKSM 4% 16/02/17	1.300.000	100,44%	1.305.735	103,94%	1.351.211
ES0414970402	CAIXAB 4,625% 04/06/19	3.400.000	94,06%	3.198.170	113,54%	3.860.273
ES0414950693	CAJAMM 5% 28/06/19	2.550.000	92,85%	2.370.751	114,68%	2.874.288
ES0427214074	CAJARU 3,75% 22/11/18	14.000.000	100,75%	14.104.615	107,20%	15.008.655
XS1031019562	CARGIL 2,50% 15/02/23	1.850.000	100,17%	1.853.084	113,28%	7.095.732
XS0807106006	CFSORA 4,125% 23/07/19	250.000	99,82%	249.553	110,65%	776.774
XS1114452060	CNH 2,875% 27/09/21	2.500.000	100,78%	2.519.400	105,85%	2.646.157
FR0011215508	COFP 3,994% 09/03/20	300.000	100,00%	300.000	115,77%	347.160
XS1529581182	CONGR 0% 05/02/20	1.500.000	99,41%	1.491.150	99,63%	1.494.470
XS1074053130	CS 1,375% 29/11/18	5.300.000	100,84%	5.344.678	103,84%	5.492.694
XS028470257	CitigroupInc 4,375% 30/01/17	400.000	96,20%	384.785	104,34%	417.374
XS0963671127	Cor-sair 5% 28/07/17	3.400.000	100,00%	3.400.000	100,88%	3.429.887
DE000A2AAL23	DAIGR 0,5% 09/09/19	5.600.000	99,79%	5.568.408	101,57%	5.695.220
XS1190987427	DANBNK 5,875% 29/04/18 - 22	6.200.000	100,20%	6.212.537	105,87%	6.554.142
XS1071748187	DEMETER 3,75% - B - F	4.000.000	100,00%	4.000.000	102,07%	4.082.888
XS1027854822	DEMETER 4% 20/03/18	10.000.000	100,00%	10.000.000	101,58%	10.156.466
XS0984085174	DEMETER 4,75% 20/12/18	10.000.000	100,00%	10.000.000	107,90%	10.790.216
XS1071747882	DEMETR 3,85% 20/03/19	2.000.000	100,00%	2.000.000	102,74%	2.054.764
XS1071747530	DEMETR 4,05% 20/03/19	2.000.000	100,00%	2.000.000	102,18%	2.043.506
XS1071747700	DEMETR 4,1% 20/03/19	2.000.000	100,00%	2.000.000	102,12%	2.042.207
XS1071747819	DEMETR 4,3% 20/03/19	2.000.000	100,00%	2.000.000	98,78%	1.975.554
XS1071977539	DEMETR 4,75% 20/03/22	4.000.000	100,93%	4.077.000	101,56%	4.067.234
XS1071975830	DEMETR 4,9% 20/03/22	4.000.000	101,10%	4.044.000	101,76%	4.070.287
XS1071973389	DEMETR 5,1% 20/03/22	4.000.000	100,60%	4.074.000	94,10%	3.763.938
XS1071974601	DEMETR 5,25% 20/03/20/22	4.000.000	101,20%	4.048.000	101,80%	4.072.034
XS1071972225	DEMETR 5,25% 20/03/22	4.000.000	100,53%	4.071.000	99,93%	3.997.135
XS0569434351	DILNA 4,25% 17/11/17	2.250.000	98,57%	2.216.025	103,97%	2.339.407
XS0968894883	Douro 7,85% 20/09/18	7.500.000	100,00%	7.500.000	105,39%	7.903.946
XS1529589525	ECLLEAR 1,125% 07/12/16	2.800.000	99,76%	2.790.188	100,44%	2.817.403
FR001687028	EDF 5% 22/01/18 - 26	2.200.000	97,51%	2.145.200	99,97%	2.199.240
XS1222580488	ELEPOR 2% 22/04/25	100.000	99,92%	99.919	98,62%	99.616
XS0970695572	ELEPOR 4,875% 14/09/20	20.400.000	108,69%	22.173.425	115,65%	23.582.482
XS0831847845	ELEPOR 5,75% 21/09/17	3.531.000	103,63%	3.659.142	105,64%	3.730.187
BE0007239086	ELIASO 1,375% 27/05/14	7.500.000	100,80%	7.519.983	104,89%	7.622.731
XS1405770907	ENBW 3,375% 05/04/17 - 22	1.150.000	99,40%	1.131.069	100,97%	1.180.443
IT0004794142	ENELIM 4,875% 20/02/18	3.640.000	101,32%	3.697.969	109,60%	3.989.283
XS1014997073	ENELIM 5% 15/01/17 - 20	1.600.000	100,20%	1.603.250	110,61%	1.709.761
XS0306644344	ENELIM 5,25% 20/06/17	2.000.000	101,46%	2.029.700	105,21%	2.104.268
XS1052843908	ENESM 2,5% 11/04/22	2.000.000	99,71%	1.994.140	112,61%	2.252.244
XS0834643727	ENESM 4,25% 05/10/17	500.000	103,78%	518.891	104,25%	521.235
XS1490322355	ENHIM 0,625% 19/09/24	8.000.000	99,24%	7.939.540	97,19%	7.774.830
XS0996354956	ENHIM 2,625% 22/11/21	2.100.000	101,34%	2.128.092	110,58%	2.222.085
XS0563739696	ENHIM 3,5% 28/01/18	250.000	97,43%	243.580	106,87%	267.169

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

XS0993712862	ERSTBK 1.875% 13/05/19	2.300.000	100,40%	2.309.251	105,45%	2.425.437
XS0827573766	ESBIRE 6,25% 11/09/17	500.000	100,00%	500.000	100,26%	531.318
DE000A1850C1	EVKGR 0% 08/03/21 - 20	4.700.000	99,77%	4.100.387	89,08%	4.159.302
DE000A1850A5	EVKGR 0,375% 07/09/24	1.800.000	99,49%	1.790.820	96,12%	1.730.181
XS1232188267	F 1,114% 13/05/20	2.100.000	99,54%	2.090.308	102,68%	2.160.545
XS1321405968	FCACAP 1,25% 13/06/18	2.900.000	99,91%	2.897.526	101,98%	2.957.372
XS0764640149	FCALM 7% 23/03/17	4.000.000	106,94%	4.277.870	106,43%	4.257.176
XS0940284937	FERSM 3,375% 07/06/21	1.700.000	99,72%	1.685.189	113,98%	1.937.712
XS1004189904	FERROV 3,5% 13/12/21	2.800.000	100,86%	2.824.177	113,32%	3.172.949
XS0982584004	FGACAP 4% 17/10/18	4.000.000	99,71%	3.588.780	107,45%	4.298.157
XS0906420574	FIAT 6,625% 15/03/18	8.500.000	109,75%	9.329.025	111,83%	9.505.792
XS0182242247	FNCIM 5,75% 12/12/18	1.000.000	113,13%	1.131.250	110,38%	1.103.823
FR001182112	FRFP 5,75% 19/07/17	2.000.000	107,00%	2.039.960	105,71%	2.114.250
XS0981428592	GASSM 3,50% 15/04/21	2.700.000	101,79%	2.748.444	115,83%	3.190.222
XS0479541688	GASSM 4,125% 26/01/18	2.750.000	94,05%	2.586.275	108,06%	2.971.779
XS0741942576	GASSM 5% 13/02/18	5.900.000	97,68%	5.763.411	109,84%	6.480.791
XS0436928872	GASSM 6,375% 09/07/19	1.600.000	104,58%	1.673.354	118,56%	1.896.888
XS0794230507	GE 1,875% 18/08/18	3.800.000	105,37%	4.003.660	108,73%	4.131.696
XS0767815599	GLEINT 4,125% 03/04/18	1.600.000	101,42%	1.612.665	108,53%	1.736.457
XS0495973470	GLEINT 5,25% 22/03/17	3.000.000	103,18%	3.095.475	105,05%	3.151.648
XS1051003538	GLENLN 2,75 01/04/21 - 21	1.900.000	100,50%	1.909.520	107,99%	2.051.798
XS0494098043	GS 4,375% 16/03/17	3.000.000	97,72%	2.931.490	104,36%	3.190.861
XS0284727814	GS 4,5% 30/01/17	850.000	101,12%	859.512	104,47%	888.022
XS0459410787	GS 5,125% 23/10/19	2.800.000	100,29%	2.808.131	114,96%	3.219.408
FR0017602753	GSZFP 0,5% 13/03/22	4.100.000	99,49%	4.079.243	101,07%	4.143.803
XS1401174633	HEDANA 1% 04/05/26	3.100.000	99,12%	3.072.844	99,76%	3.077.564
XS1084043451	HERIM 2,375% 04/07/24	2.300.000	99,46%	2.287.672	111,12%	2.555.811
XS1753558398	HNZ 2% 30/06/23	1.100.000	100,85%	1.109.374	105,83%	1.165.221
XS1291004270	IBESM 1,75% 17/09/23	1.700.000	99,82%	1.696.974	105,70%	1.813.875
XS1057055060	IBESM 2,5% 24/10/22	4.900.000	102,62%	5.078.398	111,19%	5.448.700
XS0829209195	IBESM 4,50% 21/08/17	1.700.000	100,65%	1.711.015	104,47%	1.776.028
XS1204431887	IGT 4,125% 15/02/20 - 19	13.450.000	101,43%	13.642.175	109,09%	14.672.722
XS1080078478	INTNEO 1,25% 13/12/18	5.300.000	100,61%	5.332.173	103,65%	5.493.696
XS0731153291	INTNEO 4,25% 13/01/17	500.000	80,75%	498.730	104,22%	521.120
XS1511781467	IREM 0,875% 04/11/24	6.100.000	98,97%	6.037.414	95,45%	5.822.599
IT0004872328	ISPM 3,625% 03/12/22	1.300.000	99,03%	1.287.390	118,66%	1.542.828
XS0304506971	ISPM 4,75% 15/06/17	5.550.000	87,35%	5.403.002	104,67%	5.809.115
XS0576376334	ISPM 5,15% 18/07/20	4.300.000	115,36%	4.960.460	112,26%	4.827.112
XS0543758246	JPM 3,875% 23/09/20	1.750.000	100,62%	1.760.532	114,76%	2.008.371
BE0002186352	KBCBB 0,75% 18/10/23	2.800.000	100,27%	2.807.560	98,78%	2.766.178
XS0307005545	LGFP 5,375% 28/06/17	1.650.000	103,41%	1.788.763	105,33%	1.737.953
XS0473114542	LGFP 5,50% 16/12/18	3.300.000	120,47%	3.975.422	115,47%	3.810.412
XS0997829519	LINHL 3,875% 28/11/18	2.500.000	99,44%	2.486.100	106,10%	2.652.509

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

62
[Handwritten signature]

XS0740795041	LLOYDS 4.625% 02/02/17	3.775.000	100,54%	3.795.553	104,61%	3.948.974
XS0449361350	LLOYDS 5.375% 03/09/19	2.500.000	99,29%	2.482.333	116,19%	2.604.660
XS0497187640	LLOYDS 6.50% 24/03/20	6.600.000	111,10%	7.332.498	122,47%	8.082.817
XS0758640279	LUXIM 3.625% 10/03/19	300.000	99,45%	298.367	110,79%	332.362
XS1324446092	MAERSK 1,5% 24/11/22	1.500.000	99,23%	1.488.375	101,92%	1.528.801
XS1381093748	MAERSK 1,75% 18/03/21	1.300.000	100,40%	1.305.135	105,25%	1.368.313
XS1233732194	MLFP 1,125% 28/05/22	2.590.000	99,82%	2.495.404	104,83%	2.620.171
XS0784387588	MLFP 2,75% 20/06/19	200.000	99,81%	199.824	108,65%	217.303
XS0998945041	MROGF 4,50% 04/12/23	3.700.000	108,85%	4.031.272	118,59%	4.387.715
XS1513055555	MRK 0,5% 02/11/24	3.700.000	99,70%	3.689.011	98,90%	3.659.293
XS0298899534	MS 5% 02/05/19	1.950.000	98,76%	1.925.857	114,87%	2.240.025
XS1001749107	MSFT 2,125% 08/12/21	1.800.000	99,03%	1.793.372	109,67%	1.974.106
XS0765621569	MTNA 4,50% 29/03/18	7.200.000	108,36%	7.802.093	110,82%	7.979.162
XS0558641146	MTNA 4,625% 17/11/17	2.350.000	100,31%	2.357.286	105,26%	2.473.545
XS0993748052	NAB 2% 12/11/20	2.000.000	99,94%	1.999.728	107,56%	2.151.150
XS0942100386	NDAQ 3,875% 07/06/21	2.000.000	107,59%	3.221.778	116,01%	3.460.168
XS1025752293	ODGR 2,375% 10/02/21	4.900.000	101,10%	4.953.958	110,32%	5.405.482
XS1294343337	OMVAVB 2,5% 29/12/19 - 25	4.000.000	100,00%	3.999.660	112,91%	4.516.508
OE000A12UA67	PBOGR 0,875% 20/01/17	5.000.000	99,90%	4.995.194	100,86%	5.043.210
OE000A13SWA4	PBOGR 1,375% 15/01/18	8.280.000	99,83%	8.245.828	102,46%	8.463.084
XS0997484430	PEMEX 3,125% 27/11/20	6.000.000	89,90%	5.994.289	104,57%	6.274.446
XS0456477578	PEMEX 5,5% 09/01/17	2.100.000	104,85%	2.203.020	105,53%	2.216.104
XS0882711997	PETBR 3,75% 14/01/21	7.300.000	98,61%	7.199.787	103,33%	7.543.423
FR0011233451	PEUGOT 5,625% 11/07/17	2.574.000	106,75%	2.747.745	105,03%	2.704.788
FR0011439975	PEUGOT 7,375% 06/03/18	3.000.000	113,40%	3.401.855	113,85%	3.418.579
ES0413780173	POPSM 4,125% 30/03/17	4.700.000	94,81%	4.460.971	104,09%	4.891.627
XS0715828913	PORTEL 4,375% 24/03/17	5.725.000	84,82%	4.437.029	30,87%	1.612.858
XS0487994343	PORTEL 5% 04/11/19	3.300.000	90,08%	2.972.768	30,92%	1.020.459
XS0933540527	RABOBK 2,375% 23/05/23	3.700.000	104,66%	3.872.355	113,43%	4.196.874
XS117914515	RABOBK 5,5% 22/01/19 - 29	4.800.000	97,49%	4.484.550	101,07%	4.649.319
XS1080051260	RBS 1,625% 25/06/19	1.800.000	99,87%	1.797.678	103,10%	1.855.772
XS0489133338	RBS 4,875% 20/01/17	1.885.000	100,14%	1.887.882	104,84%	1.976.208
XS0454984765	RBS 5,375% 30/09/19	3.400.000	97,39%	3.311.138	114,95%	3.908.355
XS0356705219	RBS 6,934% 09/04/18	8.000.000	107,39%	8.591.737	112,37%	8.899.302
XS1079698376	REESM 2,125% 07/07/23	1.700.000	99,59%	1.692.979	110,73%	1.882.434
XS0935803386	REESM 2,375% 31/05/19	2.750.000	94,05%	2.586.275	108,06%	2.971.779
XS0876289652	REESM 3,875% 25/01/22	5.000.000	97,08%	5.763.411	109,84%	6.480.791
FR0012758744	RENAUL 1,25% 08/06/22	1.800.000	104,58%	1.873.254	118,56%	1.896.888
XS0775870982	RENAUL 4,25% 27/04/17	3.600.000	105,37%	4.003.960	108,73%	4.131.698
FR0011321447	RENAUL 4,025% 18/09/17	1.800.000	101,47%	1.672.685	108,53%	1.738.457
PTRELBOE0017	RENEPL 4,125% 31/01/18	3.000.000	103,18%	3.095.475	105,05%	3.151.648
XS0982774399	RENEPL 4,75% 16/10/20	1.900.000	100,50%	1.909.520	107,98%	2.051.798
XS1334225361	REPSM 2,125% 18/12/20	3.000.000	97,72%	2.931.480	104,36%	3.130.881
XS0935803386	REESM 2,375% 31/05/19	2.200.000	101,93%	2.242.365	106,92%	2.252.206
XS0876289652	REESM 3,875% 25/01/22	900.000	100,33%	902.978	120,97%	1.087.815
FR0012758744	RENAUL 1,25% 08/06/22	4.800.000	98,38%	4.721.350	103,10%	4.948.583
XS0775870982	RENAUL 4,25% 27/04/17	1.425.000	100,49%	1.432.043	104,08%	1.483.150
FR0011321447	RENAUL 4,025% 18/09/17	400.000	89,89%	399.564	104,44%	417.767
PTRELBOE0017	RENEPL 4,125% 31/01/18	13.300.000	101,53%	13.503.457	107,99%	14.262.485
XS0982774399	RENEPL 4,75% 16/10/20	17.454.000	108,34%	18.909.637	115,88%	20.242.982
XS1334225361	REPSM 2,125% 18/12/20	7.300.000	99,90%	7.292.481	106,50%	7.779.196
XS0933804943	REPSM 2,625% 28/05/20	3.100.000	108,84%	3.311.990	109,35%	3.389.758
XS1207054608	REPSM 3,875% 29/12/19 - 21	6.300.000	97,48%	6.140.196	101,58%	6.399.302
XS0787409212	REPSM 4,75% 16/02/17	250.000	109,55%	273.875	104,65%	281.820
XS0963127279	RIOLN 2,875% 11/12/24	800.000	98,82%	790.520	116,41%	931.244
XS1219499032	RWE 3,5% 21/04/15 - 25	4.800.000	85,73%	4.115.137	88,70%	4.257.438
ES0413860323	SABSM 3,375% 23/01/18	1.200.000	101,58%	1.218.918	106,74%	1.280.843
ES0413860087	SABSM 4,25% 24/01/17	2.800.000	100,53%	2.613.751	104,22%	2.709.754
FR0013201621	SANFP 0% 13/09/22	600.000	99,54%	587.234	97,52%	585.114
FR0011580333	SANFP 1,875% 04/09/20	1.900.000	100,98%	1.918.692	105,73%	2.027.797
PTB900DE0020	SANTAN 1,503/04/17	1.100.000	99,98%	1.089.780	101,53%	1.116.795
XS0759014375	SANTAN 4% 27/03/17	6.700.000	97,82%	5.581.179	103,97%	5.928.270
XS0344548780	SANTAN 4,125% 04/10/17	200.000	100,36%	200.758	104,23%	208.455
ES0413900145	SANTAN 4,125% 09/10/17	800.000	97,49%	779.951	104,09%	832.749
XS0958352873	SMART 4,87% 20/08/18	7.500.000	100,00%	7.500.000	108,72%	8.009.708
XS1386463944	SOCGEN 018/08/26	5.400.000	100,00%	5.400.000	101,81%	5.503.140
XS1509588875	SRGIM 0% 25/10/20	3.700.000	98,71%	3.180.580	99,14%	3.172.480

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

Handwritten signature
63
Handwritten initials

XS1126183700	SRGIM1,5%21/04/23	4.600.000	99,14%	4.560.613	105,41%	4.848.945
XS1018326641	SRGIM3,25%22/01/24	4.700.000	100,97%	4.745.460	119,05%	5.595.197
XS1506554688	TELEFO 0,318%17/10/20	7.500.000	100,00%	7.500.250	99,30%	7.447.451
XS1290729208	TELEFO 1,477%14/09/21	3.600.000	99,88%	3.594.878	104,00%	3.746.089
XS0874864860	TELEFO 3,887%23/01/23	600.000	98,80%	599.370	121,15%	726.970
XS0462989573	TELEFO 4,683%11/11/19	1.950.000	97,97%	1.810.475	113,08%	2.205.019
XS0685904443	TELEFO 4,75%07/02/17	4.300.000	99,44%	4.276.177	104,84%	4.489.598
XS0746276335	TELEFO 4,797%21/02/18	3.900.000	97,01%	3.686.420	109,38%	4.156.609
XS0828012863	TELEFO 5,81105/08/17	300.000	100,00%	300.000	105,72%	317.350
XS1050461034	TELEFO 5,87531/03/19 - 24	4.600.000	103,14%	4.744.319	109,15%	5.020.871
XS1439749109	TEVA 0,375%25/07/20	10.600.000	100,54%	10.656.792	99,27%	10.572.976
XS0831389865	TITIM 4,5%20/09/17	700.000	100,93%	706.497	104,16%	729.089
XS0630483965	TITIM 4,75%25/05/18	1.850.000	98,81%	1.828.013	109,03%	2.016.881
XS0184378925	TITIM 5,375%28/01/18	1.700.000	100,45%	1.707.635	114,87%	1.852.843
XS0784393396	TITIM 6,125%14/12/18	23.500.000	111,66%	26.740.775	111,38%	26.173.893
XS0693940511	TITIM 7%20/01/17	4.100.000	102,41%	4.198.678	106,77%	4.377.590
IT0004957137	UCGIM 2,625%31/10/20	3.200.000	100,29%	3.209.376	108,83%	3.514.614
IT0004988563	UCGIM 3%31/01/24	900.000	105,90%	853.100	116,63%	1.067.642
XS0863482338	UCGIM 3,375%11/01/18	2.250.000	99,51%	2.239.002	106,35%	2.392.910
XS0754588787	UCGIM 4,875%07/03/17	2.400.000	97,11%	2.330.541	104,81%	2.515.457
XS036777884	UCGIM 6,7%05/06/18	4.300.000	114,72%	4.933.082	110,30%	4.742.704
XS0802953165	VALEBZ 3,75%10/01/23	3.000.000	103,18%	3.085.438	108,85%	3.285.806
XS0497362748	VALEBZ 4,375%24/03/18	11.377.000	99,65%	11.337.565	108,05%	12.293.206
XS1061028614	VOTORA 3,25%25/04/21	4.800.000	98,75%	4.739.813	101,34%	4.864.513
XS1130067140	WFC 1,125%29/10/21	7.300.000	99,18%	7.281.140	103,54%	7.381.355
XS1506396974	WSTP 0,25%17/01/22	6.200.000	99,68%	6.180.346	99,47%	6.167.411
771010015501	IRSwap (A-SUPER 4,25 I)	8.600.000				3.317.246
771010015502	IRSwap (A-SUPER 4,25 II)	3.900.000				1.738.436
771010015503	IRSwap (A-SUPER 4,25 III)	6.000.000				2.613.369
771012871801	IRSwap (A-SUPER 4,25 IV)	5.275.000				2.239.848
771010015504	IRSwap (A-SUPER 4,25 V)	4.860.000				2.086.326
771010015505	IRSwap (A-SUPER 4,25 VI)	3.595.000				1.469.059
771010015506	IRSwap (A-SUPER 4,25 VII)	5.865.000				2.287.210
771012871802	IRSwap (A-SUPER 4,25 VIII)	5.600.000				2.142.924
771010015507	IRSwap (A-SUPER 4,25 IX)	3.400.000				1.300.889
771010015508	IRSwap (A-SUPER 4,25 X)	4.750.000				1.771.884
771012871803	IRSwap (A-SUPER 4,25 XI)	5.650.000				2.065.476
771010015509	IRSwap (A-SUPER 4,25 XII)	2.300.000				883.655
	sub-total	57.783.000				23.900.380
3 - TOTAL GERAL		3.420.581	1.614.732.000	1.724.561.360		1.873.661.852

CA Seguros

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
i - Filiais, Associadas, Empreendimentos conjuntos e outras Empresas Participadas e Participantes							
1.1 - Títulos Nacionais							
1.1.2 - Partes de capital em empresas associadas							
Rede Nacional de Assistência, SA	240.000	1,00	20,00	1,00	240.000	1,00	240.000
	<u>240.000</u>				<u>240.000</u>		<u>240.000</u>
2 - Outros							
2.1 - Títulos Nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
Património Crescente	461.500			10,84	5.001.903	14,78	6.819.309
Fundo Florestal - Floresta Atlântica	10.000			50,00	500.000	67,64	676.413
	<u>471.500</u>				<u>5.501.903</u>		<u>7.495.722</u>
2.2 - Estrangeiros							
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB 0.8% 22/06/25	2.500.000	2.500.000	100,00	101,42%	2.535.550	98,90%	2.472.546
BGB 2.6% 22/06/24	5.000.000	5.000.000	100,00	115,44%	5.772.070	116,42%	5.821.052
BTPS 1.5% 15/12/16	1.000.000	1.000.000	100,00	101,96%	1.019.550	101,52%	1.015.197
BTPS 3.5% 01/06/18	2.500.000	2.500.000	100,00	103,47%	2.586.775	108,47%	2.711.661
BTPS 3.75% 01/05/21	15.500.000	15.500.000	100,00	108,28%	16.783.935	116,48%	18.054.157
BTPS 4.50% 01/03/24	3.800.000	3.800.000	100,00	123,30%	4.685.472	125,95%	4.786.033
BTPS 4.75% 01/09/28	2.500.000	2.500.000	100,00	105,69%	2.642.150	133,59%	3.339.801
DBR 3% 04/07/20	6.000.000	6.000.000	100,00	107,62%	6.457.200	115,42%	6.925.416
FRTR 2.25% 25/10/22	14.500.000	14.500.000	100,00	111,46%	16.162.125	112,78%	16.352.815
FRTR 4.25% 25/10/18	6.080.000	6.080.000	100,00	109,98%	6.686.784	113,35%	6.891.657
IRISH 0.8% 15/03/22	4.400.000	4.400.000	100,00	102,37%	4.504.296	102,77%	4.521.803
IRISH 2.4% 15/05/30	2.000.000	2.000.000	100,00	119,41%	2.388.160	119,50%	2.210.095
NETHER 4% 15/07/18	4.550.000	4.550.000	100,00	104,76%	4.766.398	112,72%	5.128.666
RAGB 1.15% 19/10/18	5.000.000	5.000.000	100,00	104,07%	5.203.500	104,16%	5.207.876
RAGB 1.65% 21/10/24	2.000.000	2.000.000	100,00	108,18%	2.163.620	108,27%	2.165.392
SPGB 1.6% 30/04/25	5.000.000	5.000.000	100,00	101,35%	5.067.400	100,62%	5.031.020
SPGB 2.75% 31/10/24	900.000	900.000	100,00	111,09%	999.828	109,66%	966.903
SPGB 4.50% 31/01/18	2.500.000	2.500.000	100,00	107,95%	2.698.750	113,24%	2.630.878
SPGB 5.15% 31/10/28	2.500.000	2.500.000	100,00	109,64%	2.741.000	133,95%	3.348.685
SPGB 5.5% 30/04/21	16.000.000	16.000.000	100,00	119,88%	19.181.550	128,06%	20.489.075
SPGB 5.85% 31/01/22	2.500.000	2.500.000	100,00	129,65%	3.241.150	134,00%	3.350.104
	<u>106.730.000</u>	<u>106.730.000</u>			<u>118.287.303</u>		<u>123.640.833</u>
2.2.2.2 - Outros fundos Públicos							
MADRID 4.125% 21/05/24	500.000	500.000	100,00	99,72%	498.600	119,97%	599.864
	<u>500.000</u>	<u>500.000</u>			<u>498.600</u>		<u>599.864</u>

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABBEY 2% 14/01/19	500.000	500.000	100,00	104,88%	524.375	105,89%	529.453
ACEIM 2,625% 15/07/24	500.000	500.000	100,00	99,27%	496.325	105,99%	529.936
ADIFAL 3,5% 27/05/24	1.000.000	1.000.000	100,00	99,59%	995.520	114,45%	1.144.513
ADOFF 2,375% 11/06/19	500.000	500.000	100,00	99,67%	498.345	107,92%	539.604
ADRTT 3,25% 20/02/21	600.000	600.000	100,00	99,92%	599.544	112,84%	677.025
AEVSPA 3,625% 13/01/22	1.000.000	1.000.000	100,00	100,48%	1.004.805	116,17%	1.161.728
AZB 2,875% 26/11/16	500.000	500.000	100,00	99,70%	498.500	102,17%	510.855
ALB 1,875% 06/12/21	900.000	900.000	100,00	97,25%	875.250	96,59%	869.337
AYTCED 4,75% 15/06/16	600.000	600.000	100,00	103,90%	623.400	104,54%	627.214
BANBRA 3,75% 25/07/18	300.000	300.000	100,00	102,30%	306.912	94,76%	294.275
BANCAR 3,875% 24/10/18	500.000	500.000	100,00	99,47%	497.330	108,87%	544.333
BNVASM 2,375% 22/01/19	500.000	500.000	100,00	106,71%	533.590	107,80%	539.012
BCPPL 3,375% 27/02/17	1.000.000	1.000.000	100,00	100,75%	1.007.490	102,41%	1.024.029
BNW 0,875% 17/11/20	1.000.000	1.000.000	100,00	99,94%	999.370	100,06%	1.000.606
BNFP 2,60% 28/06/23	500.000	500.000	100,00	99,89%	499.435	118,79%	553.952
CAJARU 3,75% 22/11/18	500.000	500.000	100,00	100,04%	500.185	109,08%	545.379
CARLB 2,625% 03/07/19	500.000	500.000	100,00	99,38%	496.885	107,63%	538.162
CESORA 4,125% 23/07/19	500.000	500.000	100,00	99,82%	499.105	110,55%	552.764
CS 1,375% 29/11/19	500.000	500.000	100,00	99,86%	499.275	102,98%	514.905
DPW 1,875% 27/06/17	500.000	500.000	100,00	99,47%	497.335	103,33%	516.657
EDF 2,75% 10/03/23	500.000	500.000	100,00	99,21%	496.055	111,98%	559.883
ELEPOR 2% 22/04/25	300.000	300.000	100,00	99,92%	299.757	91,89%	275.662
ELEPOR 2,625% 18/01/22	500.000	500.000	100,00	99,31%	496.560	101,90%	509.409
ELIASO 1,375% 27/05/24	300.000	300.000	100,00	99,84%	299.505	99,50%	295.753

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

66



DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
						Unitário	Total
2.2.2.3 - De outros emissores							
ENISM 2.5% 11/04/22	300.000	300.000	100,00	99,78%	299.131	109,96%	329.883
ENIM 2.625% 22/11/21	500.000	500.000	100,00	99,96%	499.785	107,94%	539.704
ENIM 4.25% 03/02/20	250.000	250.000	100,00	99,50%	248.755	117,37%	293.422
ERSTBK 1.675% 13/05/19	500.000	500.000	100,00	99,41%	497.030	104,81%	524.058
ESBIRE 3.484% 12/01/24	500.000	500.000	100,00	100,00%	500.000	117,78%	586.914
FERROV 3.5% 13/12/21	500.000	500.000	100,00	99,55%	497.750	111,81%	559.073
FERROV 4% 22/07/20	300.000	300.000	100,00	99,07%	297.207	114,31%	342.919
FERSM 3.375% 07/06/21	500.000	500.000	100,00	112,00%	559.985	112,03%	560.125
FERSM 3.375% 30/01/18	300.000	300.000	100,00	99,69%	299.076	108,79%	326.385
FGACAP 2.875% 26/01/18	500.000	500.000	100,00	99,98%	499.905	105,96%	529.790
GALPPL 4.125% 25/01/19	1.000.000	1.000.000	100,00	99,44%	994.430	108,65%	1.086.458
GASSM 3.50% 15/04/21	500.000	500.000	100,00	100,05%	500.235	114,40%	572.015
GE 2.875% 18/06/19	500.000	500.000	100,00	104,94%	524.690	109,90%	549.482
GLENLN 2.75 01/04/21 - 21	500.000	500.000	100,00	99,45%	497.240	79,15%	395.746
HERIM 2.375% 04/07/24	1.190.000	1.190.000	100,00	103,09%	1.226.771	108,01%	1.286.266
HOUNVX 2.625% 07/09/20	500.000	500.000	100,00	99,79%	498.930	107,87%	539.360
HTHROW 1.50% 11/02/30	1.000.000	1.000.000	100,00	98,95%	989.520	89,90%	898.975
IBESM 2.5% 24/10/22	500.000	500.000	100,00	99,72%	498.600	107,79%	538.937
INTNED 1.25% 13/12/19	500.000	500.000	100,00	99,75%	498.750	102,66%	513.289
MLFP 2.75% 20/06/19	300.000	300.000	100,00	99,91%	299.824	100,35%	316.700
MROGF 4.50% 04/12/23	500.000	500.000	100,00	99,53%	497.625	118,14%	590.681
NAB 2% 12/11/20	500.000	500.000	100,00	99,21%	496.070	105,94%	529.721
NDAQ 3.875% 07/06/21	300.000	300.000	100,00	102,38%	307.140	112,63%	337.900
ODGR 2.375% 10/02/21	500.000	500.000	100,00	99,69%	496.470	107,17%	535.849
OMNAV 1.75% 25/11/19	500.000	500.000	100,00	99,50%	497.495	104,36%	521.795
PBBGR 1.375% 15/01/18	900.000	900.000	100,00	99,83%	898.434	101,06%	909.503
PEMEX 3.125% 27/11/20	500.000	500.000	100,00	99,36%	496.790	95,94%	479.719
RABOBK 2.375% 22/05/23	1.000.000	1.000.000	100,00	101,46%	1.014.600	109,38%	1.093.786
REESM 2.125% 01/07/23	200.000	200.000	100,00	99,59%	199.174	106,28%	212.561
REESM 2.375% 31/05/19	500.000	500.000	100,00	106,95%	534.770	107,77%	538.846
REESM 3.875% 25/01/22	500.000	500.000	100,00	99,86%	499.290	120,04%	600.206
RENAUL 0.625% 04/03/20	500.000	500.000	100,00	99,83%	499.165	98,33%	491.627
RENRED 4.75% 16/10/20	1.000.000	1.000.000	100,00	115,88%	1.158.825	115,67%	1.156.733
REPSM 2.125% 16/12/20	1.000.000	1.000.000	100,00	99,90%	998.970	99,29%	992.879
REPSM 2.625% 28/05/20	300.000	300.000	100,00	107,51%	322.530	103,37%	310.124
RIOLN 2.875% 11/12/24	500.000	500.000	100,00	112,21%	561.050	107,24%	536.220
ROSW 2% 25/06/18	500.000	500.000	100,00	99,81%	499.060	105,73%	528.666
SANFP 1.875% 04/09/20	300.000	300.000	100,00	99,20%	297.591	106,58%	319.727
SRGIM 3.25% 22/01/24	500.000	500.000	100,00	99,09%	495.450	115,76%	578.785
STLNO 1.25% 17/02/27	1.000.000	1.000.000	100,00	99,88%	998.780	93,14%	931.380
TELEFO 3.987% 23/01/23	500.000	500.000	100,00	101,33%	506.650	116,89%	584.473
TELNO 1.75% 15/01/18	500.000	500.000	100,00	99,10%	495.505	104,59%	522.954
TTTIM 4.5% 25/01/21	500.000	500.000	100,00	99,45%	497.235	115,20%	576.021
TRNIM 0.875% 02/02/22	1.000.000	1.000.000	100,00	99,42%	994.200	98,96%	989.583
ULFP 1.625% 26/06/17	500.000	500.000	100,00	99,49%	497.465	102,87%	514.331
VALEBZ 3.75% 10/01/23	500.000	500.000	100,00	99,61%	498.040	80,49%	402.443
VINCI 3.375% 30/03/20	400.000	400.000	100,00	99,50%	397.988	113,37%	453.497
VOD 1% 11/09/20	500.000	500.000	100,00	99,35%	496.740	100,81%	504.040
VOTORA 3.25% 25/04/21	500.000	500.000	100,00	98,67%	493.360	73,00%	365.014
WFC 1.125% 29/10/21	500.000	500.000	100,00	99,18%	495.900	100,48%	502.394
WSTP 3.875% 20/03/17	500.000	500.000	100,00	99,30%	496.483	107,53%	537.666
BPLN 1.526% 26/09/22	500.000	500.000	100,00	100,00%	500.000	101,18%	505.907
CXGD 1% 27/01/22	1.000.000	1.000.000	100,00	99,34%	993.360	100,67%	1.006.668
CXGD 1% 15/01/19	500.000	500.000	100,00	99,45%	497.260	110,43%	552.165
ESPM 3.625% 03/12/22	500.000	500.000	100,00	104,86%	524.300	118,04%	590.218
PBBGR 0.875% 20/01/17	1.000.000	1.000.000	100,00	99,87%	998.740	101,03%	1.010.255
UCGIM 2.625% 31/10/20	500.000	500.000	100,00	99,13%	495.635	110,14%	550.723
	<u>45.940.000</u>	<u>45.940.000</u>			<u>46.322.777</u>		<u>48.400.150</u>
	<u>153.641.500</u>	<u>153.170.000</u>			<u>170.610.583</u>		<u>180.136.569</u>
	<u>153.881.500</u>	<u>153.170.000</u>			<u>170.850.583</u>		<u>180.376.569</u>

3 - Total (1+2)

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

67
MM

CA SGPS

Designação	Quantidade	Valor de balanço	
		Unitário	Total
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA	10.125	5,00	50.625
Corretaje e Informação Monetária Y De Divisas, SA	29.040	118,21	3.432.818
Banco de Credito Social Cooperativo SA	5.000.000	1,00	5.000.000
Fundo de Compensação do Trabalho	1.584	1,02	1.623
Total	5.040.749		8.485.066

CA Imóveis

Designação	Quantidade	Valor de balanço	
		Unitário	Total
CA MONETÁRIO	215.123	5,62	1.209.203
CA IMOBILIÁRIO, F.E.I.I.A.	1.896.490	5,24	9.937.228
Total	2.111.613		11.146.431

CA Gest

Designação	Quantidade	Valor de balanço	
		Unitário	Total
Fundo de garantia trabalho/compensação	268	1,03	276
Total	268		276

CCCAM GI

Designação	Quantidade	Valor de balanço	
		Unitário	Total
FCR PORTUGAL VENTURES - FIEP	380	838,05	318.460
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (B)	111	10.514,77	1.167.140
FCR PORTUGAL VENTURES GLOBAL 2 (C)	100	7.484,25	748.425
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR	7.722	946,20	7.306.539
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR	966	946,49	914.307
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR	44	941,05	41.406
FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL FCR	3	1.022,33	3.067
NEXPONOR - SICAFI, S.A.	535.000	3,9642	2.120.847
PRIMEIRO FUNDO FLORESTA ATLANTICA	18.000	62,39	1.123.099
UNICAMPOS - FEIF	500	1.009,34	504.669
Total	562.826		14.247.959

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

Paul
J
A
A

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório consolidado de gestão e as Demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração do Crédito Agrícola, SGPS, SA (Empresa) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Relatório

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e a apresentação das demonstrações financeiras. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas, verificámos o seu relatório adicional, nos termos do art. 4º da Lei nº 18/2015 de 09 de setembro e apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, em anexo, a qual merece o nosso acordo. Verificamos e acompanhamos, ainda, a Independência do Revisor Oficial de Contas nos termos legais (Lei n.º 148/2015 artigo 2.º n.º 3 e) e artigo 63º dos Estatutos da OROC) não tendo detetado qualquer irregularidade.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- o Balanço consolidado, a Demonstração dos resultados consolidada, a Demonstração do rendimento integral consolidado, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o correspondente Anexo, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas Consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira consolidada da Empresa, do resultado consolidado e do rendimento integral consolidado das suas operações, das alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
- o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos.



CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

Na sequência do exposto, emitimos o seguinte **Parecer**:

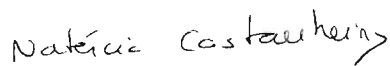
Tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- seja aprovado o Relatório consolidado de gestão;
- sejam aprovadas as Demonstrações financeiras consolidadas.

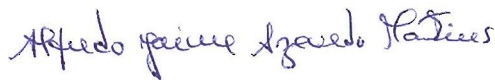
Finalmente, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração no desempenho das nossas funções.

Lisboa, 3 de agosto de 2017

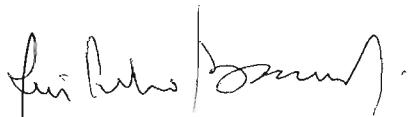
O Conselho Fiscal



Natércia Pires Fernandes Castanheira
Presidente



Alfredo Jaime Azevedo Martins
Vogal



Rui Pedro Medeiros de Amaral Barrote
Vogal

CRÉDITO AGRÍCOLA, S.G.P.S., S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras Consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Crédito Agrícola, SGPS, SA (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.158.153 milhares de euros e um total de capital próprio de 79.153 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.579 milhares de euros), a demonstração de resultados consolidados, a demonstração do rendimento integral consolidado, a demonstração das alterações no capital próprio consolidado e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Crédito Agrícola, SGPS, SA em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.


Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Valorização de instrumentos financeiros**Divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas 2.3, 8, 9, 10 e 38 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas**

Os instrumentos financeiros, apresentados no balanço consolidado nas rubricas de ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros disponíveis para venda, no montante líquido de 2.042.531 milhares de euros (2015: 2.078.649 milhares de euros), constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço consolidado, mas também por requererem, no que respeita à sua valorização, um conjunto de julgamentos, essencialmente por parte da gestão da Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA, relativamente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimento, em especial no que respeita à mensuração de investimentos menos líquidos.

Os instrumentos financeiros menos líquidos, representam cerca de 6% do total da carteira de instrumentos financeiros (124.967 milhares de euros) e incluem *swaps* de taxa de juro e obrigações com derivados embutidos (CLNs), encontrando-se inseridos no nível 2, em termos da hierarquia de justo valor prevista na IFRS 13 (Justo Valor), sendo o seu justo valor determinado através da utilização de modelos de avaliação que incorporam julgamento profissional e o recurso a um conjunto de pressupostos ou técnicas. Na sua mensuração são considerados *inputs* (ou preços) observáveis em mercados correntes transacionáveis (preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições

A nossa equipa, integrando especialistas em instrumentos financeiros, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria: (i) identificação e compreensão dos principais controlos relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros derivados e dos instrumentos financeiros contendo derivados embutidos; (ii) verificação da efetividade dos controlos associados à mensuração dos instrumentos financeiros derivados e dos instrumentos financeiros contendo derivados embutidos; e (iii) avaliação de metodologias, dados e pressupostos de valorização adotados para os instrumentos financeiros derivados e instrumentos financeiros contendo derivados embutidos.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento).

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas – ramo vida**Divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 2.3, 14.1 e 20 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas**

As provisões técnicas de contratos de seguros – Ramo vida constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão no balanço consolidado, mas também por requererem, no que respeita à sua determinação, a aplicação de todo um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Crédito Agrícola Vida - Companhia de Seguros, SA (CA Vida ou Companhia). Em 31 de dezembro de 2016 estas provisões ascendem a 1.451.970 milhares de euros (2015: 1.492.050 milhares de euros) sendo, de entre outras, constituídas pelas seguintes rubricas: (i) Provisão matemática no montante de 1.353.105 milhares de euros (2015: 1.395.303 milhares de euros) e (ii) Provisão para compromissos de taxa no montante de 39.670 milhares de euros (2015: 28.767 milhares de euros). Adicionalmente, no balanço consolidado estão refletidos os Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, que em 31 de dezembro de 2016 ascendem a 232.492 milhares de euros (2015: 252.278 milhares de euros).

A avaliação da adequação das responsabilidades em contratos de seguros do ramo vida envolve julgamentos relativamente à seleção dos

A nossa equipa, integrando especialistas atuariais, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria: (i) identificação e compreensão do processo e dos controlos considerados chave para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, em particular no que respeita a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas; (ii) identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pelos serviços da Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; (iii) verificação da efetividade dos controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa de juro e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações que para efeitos contabilísticos são considerados como contratos de investimento; e (iv) desenvolvimento de testes independentes para as carteiras de contratos de seguro e de contratos de investimento comparando os resultados apurados com os que foram obtidos pelos serviços da Companhia.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

pressupostos a utilizar, tais como taxas de desconto e taxas de resgates. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas em relação aos contratos comercializados, quando não exista uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e das maturidades para projetar os fluxos de caixa futuros associados a cada contrato. Estes fluxos de caixa englobam o recebimento de prémios e os pagamentos relacionados com mortes, maturidades, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Esta avaliação é efetuada produto a produto e a curva utilizada para desconto da responsabilidade é uma curva de taxas de juro sem risco. Os contratos de seguro e operações que para efeitos contabilísticos são considerados como contratos de investimento, são produtos de curta duração (de 5 a 8 anos de maturidade) onde se acautelou a correspondência entre ativos e passivos aquando do lançamento do produto.

Os serviços da Companhia executam periodicamente testes de aferição de compromisso de taxa de juro, no respeitante a contratos de seguros cuja duração máxima é superior a 8 anos e cuja periodicidade de pagamento de prémios não se restringe a entrega única.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.


O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- 
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - f) obtemos prova de auditoria suficiente a apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
 - h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
 - i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Crédito Agrícola, SGPS, SA pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 28 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018.

- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 28 de julho de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

28 de julho de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Fernando Manuel Miguel Henriques, R.O.C.